

INTRODUÇÃO.....	3
1. A GÊNESE DO INDEPENDENTISMO EM MOÇAMBIQUE. A FRELIMO E O COREMO	4
1.1 A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).....	6
1.2 O Comité Revolucionário de Moçambique.....	9
2. O INDEPENDENTISMO E O PODER PORTUGUÊS EM CONFRONTO. A “RESPOSTA POSSÍVEL” E/OU INICIATIVAS PORTUGUESAS FACE À SUBVERSÃO	10
2.1 A manobra política/diplomática	11
2.1.1 A concentração de poderes.....	12
2.1.2 Os laços políticos com a Rodésia e com a África do Sul.....	13
2.1.3 O complexo hidroeléctrico de Cahora Bassa	15
2.1.4 A revisão da Constituição em 1971	17
2.2 A manobra militar.	18
2.2.1 A preparação para a guerra.....	18
2.2.2 Cronologia da manobra militar	21
2.2.2.1 A evolução da guerra entre 1964 e o período de Kaúlza de Arriaga	22
2.2.2.2 De Kaúlza de Arriaga ao 25 de Abril de 1974.....	32
2.2.3 O recrutamento e a localização de efectivos	40
2.3 A manobra psicológica.....	43
2.3.1 A manobra psicológica desenvolvida pelo Poder português.....	44
2.3.2 A manobra psicológica sobre as comunidades muçulmanas	52
2.3.3 A manobra psicológica conduzida pela FRELIMO	53
2.4 A manobra sócio-económica.....	56
2.4.1 Breve análise da economia portuguesa	56
2.4.2 O esforço sócio-económico em Moçambique	58
2.4.3 A assistência sanitária e educativa	60
2.4.4 A estratégia do colonato e do aldeamento.....	61
2.5 A manobra de Informações	65
2.5.1 Estrutura organizacional.....	65
2.5.2 As Informações e o estudo das populações	69
2.5.3 O relacionamento das comunidades sócio-religiosas de Moçambique com o Poder português e com a subversão.....	72
2.5.3.1 A Igreja Católica	72
2.5.3.2 Igrejas protestantes e seitas cristãs nativas.....	74
2.5.3.3 Comunidades muçulmanas.....	76

CONCLUSÃO.....	76
BIBLIOGRAFIA E OUTRAS FONTES	80

Introdução

A ora generalizadamente chamada “guerra colonial” teve na História Contemporânea um significado de destaque na memória e no imaginário português, excedendo largamente o campo estritamente militar e inscrevendo-se na sociedade numa perspectiva global: a actividade politico-diplomática, os movimentos sociais, as repercussões económicas e o próprio destino do regime vigente até 25 de Abril de 1974.

Com este livro que se insere numa colecção sobre as Batalhas de Portugal e versa a guerra em Moçambique entre 1964 e 1974, não é nossa intenção analisar a história das campanhas em Moçambique, no período em apreço, na perspectiva das Forças Armadas Portuguesas. A análise de vasta documentação oficial e a recolha de depoimentos de algumas personalidades permitiu-nos, sim, facultar uma visão original da génese, desenvolvimento e condução da Guerra não só no aspecto militar, mas enquanto problema político e social; pelo que o campo de actuação das Forças Armadas é analisado numa óptica em que se tenta demonstrar o grau da sua importância no combate da contra-subversão, que é, em última análise, uma luta política. Assim, o papel daquelas não consistiu em procurar assegurar apenas a vitória no campo militar, mas sim ganhar o tempo necessário para que o confronto fosse solucionado politicamente.

Esta abordagem, apesar de poder ser considerada parcelar, procura descrever o modo como Portugal definiu e analisou a situação, destacando sobretudo a “resposta possível” ou as iniciativas portuguesas face à subversão, para a afirmação da soberania, exercendo acções oportunas, internas e externas.

Nesta ordem de idéias, organizámos o livro de forma a que, numa primeira parte, seja possível identificar a génese do independentismo moçambicano, nomeadamente dos principais movimentos, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO), quanto à sua composição, articulação, ideologia e práticas. Numa segunda parte, analisamos e descrevemos a resposta do Poder português, assente na integração de cinco manobras interdependentes e a actuarem de forma dinâmica entre si: político/diplomática, militar, psicológica, sócio-económica e de informações.

O livro baseia-se, essencialmente, em quatro núcleos documentais, a saber: a documentação militar, a documentação diplomática, a documentação referente à ordem política interna e a documentação memorialística.

No que diz respeito à primeira atribuímos prioridade à documentação arquivística da Divisão de Informações Militares do Estado-Maior General das Forças Armadas, do Serviço de Documentação e História Militar e do Arquivo Histórico-Militar.

Na documentação diplomática considerou-se não só a impressa e publicada mas, essencialmente, os fundos arquivísticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa. Estes são fundamentais para o conhecimento das relações político-diplomáticas entre Portugal e as diversas potências e seus respectivos objectivos quanto aos territórios portugueses em África.

No respeitante à política interna, considerámos também uma multiplicidade de fontes impressas e arquivísticas. Destacamos a legislação publicada no “Diário do Governo”, mas privilegiámos a análise de alguma documentação do Arquivo Oliveira Salazar, na Torre do Tombo em Lisboa.

A documentação de âmbito memorialístico reúne correspondências, memórias, depoimentos e outro tipo de informação dos principais intervenientes políticos e militares, portugueses e moçambicanos, com quem tivemos a singular oportunidade de privar. Estes contributos revelaram-se complementares da documentação oficial, sendo importantes na medida em que nos possibilitaram o acesso aos bastidores político-militares da época, permitindo contextualizar muitas das decisões e medidas adoptadas.

1. A génese do independentismo em Moçambique. A FRELIMO e o COREMO

A importância geoestratégica do continente africano, para além da sua orla mediterrânea, foi praticamente posta em relevo após a II Guerra Mundial e, especialmente, após a constituição da OTAN. Desde então, a África passou a ser um teatro de operações, ambicionado pelas superpotências, que tinham em vista atingir objectivos decisivos para a dominação mundial. Estas apoiaram as ideologias e os movimentos independentistas, que lhes facilitavam a expulsão dos colonizadores europeus.

No campo político, pode dizer-se que foi a criação da ONU, e a luta pelo voto que ali imperou, sobretudo a partir dos anos 50, que impulsionaram a descolonização africana. As independências do continente assegurariam um manancial de votos, na Assembleia-Geral das Nações Unidas, àquele dos dois blocos que conseguisse captar a adesão dos novos Estados aos seus programas.

Com a formação de dois blocos opostos e em equilíbrio de forças, surgiu uma nova estratégia, que relegou para segundo plano a estratégia clássica. Esta nova estratégia, ao

consagrar formas subtis de acção indirecta, trouxe consigo a penetração ideológica e a subversão revolucionária. A guerra transbordou do campo das armas para o campo das ideias e da reivindicação social e passou a processar-se em âmbitos territoriais nacionais, mas com amplitudes internacionais.

Após a Conferência dos Países Não Alinhados, reunidos em Bandung, em 1955, foi apoiada e desenvolvida em África a acção subversiva, que se propagou lentamente, acabando por “carbonizar” o Poder instituído. A situação política no continente africano tendia a alterar-se rapidamente. Em 1956 a dinâmica do movimento atinge Marrocos, Tunísia e Sudão. O Gana seria o primeiro país da África Subsariana a tornar-se independente e, daí até 1968, surgiram em África mais 34 novos Estados independentes. Após estas independências, restavam os territórios africanos da Rodésia, do Saara Espanhol, do Sudoeste Africano e outros territórios coloniais menos significativos, e persistiam ainda os territórios de expressão portuguesa.

Apesar dos esforços levados a efeito pela Administração Portuguesa, a tarefa de isolar os seus territórios africanos do processo internacional de descolonização era impossível. A situação social do território assentava no sistema de culturas obrigatórias, remunerações deficientes, condicionamento de mobilidade geográfica, elevado imposto de palhota e de capitação, recurso amplo a formas de trabalho forçado e desfavoráveis relações de troca com o comércio local. Encontravam-se assim reunidas as condições propícias ao desenvolvimento do tipo de actividade política de resistência anti-colonial e mesmo de cariz independentista.

Os principais movimentos moçambicanos viriam a estruturar-se entre as populações emigradas nos países circunvizinhos e independentes entre 1961 (actual Tanzânia) e 1964 (actuais Malawi e Zâmbia). Estes pequenos movimentos tinham em comum o facto de, quer a direcção quer os seus militantes, terem residido muito tempo no exterior, logo não possuíam uma noção clara das condições reais do território, sendo todos eles largamente influenciados pelos tipos de organizações existentes na tradição colonial inglesa.

Eduardo Mondlane, no seu livro “Lutar por Moçambique”, retoma as origens da resistência moçambicana no século XX, na tradição local, na criação da Liga Africana, em Lisboa, em 1920, na formação em Moçambique do Grémio Africano, depois Associação Africana, no Centro Associativo dos Negros de Moçambique e na Associação dos Naturais de Moçambique. Mais tarde, a partir de 1949, nos intelectuais esclarecidos que formaram o Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique.

Na Metrópole, a Casa dos Estudantes do Império desempenhou também papel de relevo. Além desta e das associações académicas, foram diversas as instituições que contribuíram para

transformar o pensamento dos estudantes africanos, como o Clube Marítimo Africano, a Casa de África e o Centro de Estudos Africanos.

Em Moçambique, foi uma minoria de assalariados urbanos, principalmente do sul do país, quem primeiro desenvolveu uma resistência activa e organizada contra as autoridades portuguesas. O fenómeno “nacionalista”, que despertara nos finais dos anos 50 nos diversos territórios, teve como catalisador em Moçambique a greve dos estivadores de Lourenço Marques, em 1956, e os problemas com os produtores de algodão, em Mueda, a 16 de Junho de 1960. Este último incidente foi interpretado como repercussão da independência do Congo, demonstrando a intranquilidade sentida pela população branca no Norte de Moçambique.

1.1 A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

A União Nacional Africana de Moçambique (MANU), constituída a partir de pequenos grupos já existentes, foi fundada no Tanganica (actual Tanzânia) em 1959, com o intuito de reunir os Macondes moçambicanos aí residentes, e orientá-los, subversivamente, de acordo com os interesses da Tanzânia. Os Macondes terão sido impulsionados por elementos da Tanganica *African National Union* (TANU), de Julius Nyerere. A MANU era presidida por Mateus Mmole e tinha por Secretário-Geral M. Millingo (nunca reconhecidos pelos moçambicanos). Segundo um relatório das informações militares, a MANU nunca foi “(...) além de um agrupamento de Macondes, africanos primitivos e penetrados de fortes sentimentos de tribalismo, que sempre resistiram à direcção de estrangeiros escolhidos pela TANU e pela KANU (*Kenya African National Union*) (...)”, tendo por principal actividade a reunião com os trabalhadores emigrados no Tanganica, a emissão de cartões de membros e a angariação de fundos, sem no entanto possuírem ainda uma perspectiva clara de trabalho concreto.

A União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) foi criada em 1960 por Adelino Gwambe, na antiga Rodésia do Sul, integrando, principalmente, trabalhadores emigrados de Manica e Sofala, Gaza e Lourenço Marques. Marcelino dos Santos representara a UDENAMO na 1.ª reunião da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), em Casablanca, em 1961. Este partido denunciava ainda os Acordos económicos entre Portugal, a União Sul-Africana e a Rodésia do Sul, afirmando o direito inalienável do povo moçambicano à autodeterminação e à independência nacional, insurgindo-se contra a repressão de que eram vítimas os “patriotas moçambicanos”, e apoiando o povo moçambicano na sua luta emancipadora.

Em 1961, surge a União Africana de Moçambique Independente (UNAMI), descendente da Associação Nacional Africana de Moatize, criada em 1959, com intuítos, segundo uma publicação do Estado-Maior do Exército datada de 1970, “(...) aparentemente culturais, mas na prática com uma finalidade política, visando subverter o pessoal da região (...)”. Aquela associação era constituída exclusivamente por autóctones e tinha por objectivo a defesa dos interesses dos seus associados, entrando na clandestinidade em virtude do não reconhecimento oficial. A UNAMI, baseada no actual Malawi, obtinha o seu apoio entre as populações do Distrito de Tete.

A FRELIMO foi constituída em 25 de Junho de 1962, em Accra, durante uma reunião da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), pela junção da UDENAMO, MANU e UNAMI. O reconhecimento desta frente pelos países independentes da Organização de Unidade Africana (OUA) foi imediato. Em 1962, Adelino Gwambe (presidente da UDENAMO) assumiu comportamentos pouco convenientes para a direcção da FRELIMO, pelo que foi expulso, vindo a criar um novo partido, a UDENAMO-Monomotapa.

De acordo com os seus próprios estatutos, a FRELIMO, tinha por objectivo a liquidação total da dominação colonial portuguesa e de todos os vestígios do colonialismo e do imperialismo, a conquista da independência imediata e completa de Moçambique e a defesa e realização das reivindicações de todos os moçambicanos explorados e oprimidos pelo regime colonial português.

A argumentação da FRELIMO para a guerra baseava-se na rejeição do colonialismo como uma já longa tradição, referindo-se como “resistência” o conjunto de reacções dispersas e de cunho tribal contra a conquista colonial. Aquela argumentação assentava ainda, segundo Samora Machel, na justificação da natureza do colonialismo português e das alianças que o apoiavam.

Para a FRELIMO, estes factores, que criavam oposição à considerada dominação estrangeira, impunham a luta armada como único instrumento para a resolução da situação. Assim, a FRELIMO, ao considerar-se sem alternativas, enveredou por uma guerra prolongada, considerando Samora Machel que a luta desencadeada fazia parte da luta geral dos povos por um mundo novo, livre de todas as formas de exploração, opressão e guerra.

O apoio da *Ford Foundation* à FRELIMO representava um indicador nítido de que esta ainda não se reclamava de marxista, pelo que só podia ser considerada como uma força independentista não comunista. O trabalho político decisivo era levado a cabo no meio rural, em áreas onde o controlo da malha administrativa era incipiente. O marxismo-leninismo começava a ser admitido como uma inclinação tendencial por Mondlane apenas em 1969.

O assassinato do dirigente Eduardo Mondlane, a 3 de Fevereiro de 1969, atribuído à Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) e a elementos dissidentes no seio da FRELIMO, provocou uma crise na liderança do partido que levou à criação de um Conselho de Presidência, constituído pelo triunvirato Uria Simango, Samora Machel e Marcelino dos Santos. A situação só foi ultrapassada em Maio de 1970, quando do assumir da Presidência por Samora Machel e do afastamento de Uria Simango.

Podemos afirmar que a FRELIMO implantada no território de Moçambique era constituída por uma vertente organizativa político-administrativa e outra militar. À vertente organizativa competia a organização das regiões não afectadas pela subversão, em estado pré-insurreccional, e o governo civil daquelas que se encontravam já na fase armada da manobra subversiva. O controlo destas regiões competia ao Departamento de Organização do Interior, através de uma hierarquia correspondente à divisão administrativa colonial. Aos Distritos, Postos Administrativos, Regulados e concentração de povoações correspondiam a Província, o Distrito, o *Loko* e o *Tawi*. Todos os departamentos estavam representados nos *Branchs*, que correspondiam à divisão político-administrativa já estabelecida pela Administração Portuguesa; por outro lado, o comandamento apenas era viável desde que aquela malha não abrangesse uma dimensão superior à possível de ser enquadrada pelos meios disponíveis no sector. Esta divisão englobava vários *Bolanges*¹ e *Mocambines*².

Cada *Branch* possuía as suas milícias populares, que desempenhavam um papel importante de ligação entre a população e as Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM). Estas eram a espinha dorsal da luta armada, pois viabilizavam a actuação do primeiro. As milícias eram organizadas com base nas estruturas de linhagem, usando os chamados “segmentos”.

A estrutura militar assentava nas FPLM, que eram controladas pelo Estado-Maior, composto por um órgão político, logístico e operacional. A organização militar da FRELIMO abrangia dois outros níveis importantes: as bases (provinciais, sub-provinciais, gerais, de segurança, operacionais, de logística e de instrução) e os acampamentos.

As FPLM foram reorganizadas em 1966, por decisão do Comité Central. Até aí, existiam os Batalhões, Destacamentos, Companhias e Unidades. As áreas de combate dividiam-se em regiões militares, encabeçadas por um comando regional. A partir daqui passou a dispor de um alto comando com Quartel-General fixo, e o exército foi dividido em 12 secções.

¹ Campo de instrução e treino, com população, comandada por dois *chairmen* e um secretário.

² Locais de concentração e controlo das populações fugidas, as quais forneciam alimentos aos *Bolanges* e participavam no corte de estradas.

A FRELIMO conseguiu organizar as designadas áreas libertadas a partir de 1966, no Niassa. Aí ensaiou a administração, organizando a vida das populações do ponto de vista político e económico, e progredindo para Sul, em direcção ao Zambeze. Em Cabo Delgado, atingiu a estrada Montepuez-Porto Amélia. Até 1968, a FRELIMO considera ter libertado 1/5 do território.

O desenvolvimento e consolidação de áreas libertadas terão sido acelerados pelos bombardeamentos encetados pelas tropas portuguesas, situação agravada pela retirada dos cantineiros e pela agricultura de culturas diferentes das tradicionais. Assim, numa procura de garantir a segurança, a FRELIMO, transferiu populações para a mata e, controlando os seus movimentos, dificultou eventuais infiltrações inimigas.

A segurança estava a cargo dos grupos de elementos femininos de Cabo Delgado e do Niassa. Estes elementos, que também participavam em combates, desempenhavam ainda relevante papel na educação e mobilização, pois cada *região libertada* era, necessariamente, uma fonte de recrutamento de novos elementos.

1.2 O Comité Revolucionário de Moçambique

Em Novembro de 1964, por iniciativa da UDENAMO, realizou-se em Lusaka, uma conferência com a finalidade de reagrupar todos os movimentos independentistas de Moçambique. A FRELIMO, ao rejeitar o convite, inviabilizou o projecto. Em Março de 1965, realizou-se nova conferência com a mesma finalidade. A intransigência da FRELIMO, que abandonou as negociações, provocou o agrupar a 31 de Março de 1965 das duas UDENAMO, do *Mozambique African National Congress* (MANC) e da nova MANU no Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO), que ficou sediado em Lusaka.

O novo partido, segundo o seu programa, propunha-se organizar, unir, mobilizar e instruir, militar e politicamente, todo o povo africano de Monomotapa, no país e no estrangeiro; combater principalmente com a luta armada e aceitar outros métodos progressivos no sentido de pôr rapidamente termo ao imperialismo e ao colonialismo moderno e clássico sob disfarce do imperialismo e colonialismo português em Monomotapa; formar um regime republicano democrático do povo, com base na independência total, através da constituição de um governo do povo, com a participação de toda a população, referindo-se, implicitamente, à nacionalização de todos os meios de produção e mercados e à liquidação da cultura imperialista e colonialista.

Na documentação da PIDE, o COREMO surge como o movimento que reclamava ser o representante de toda a população africana de Moçambique em geral e os seus garbosos valentes

“combatentes da liberdade”, envolvidos numa implacável e feroz luta contra as forças selvagens do governo colonial português, defendendo sempre a necessidade de uma frente unida de todos os movimentos na luta que se estava a travar.

O seu único órgão legislativo eram as conferências anuais, e por órgãos executivos tinha entre outros, o Comité Executivo ou Conselho de Acção, a Presidência, a Secretaria-Geral, a Tesouraria, o Departamento de Administração, o Departamento de Segurança e Defesa e o Departamento de Organização. A este último competia aliciar e organizar a população, preparando-a para posteriores infiltrações armadas, tendo por unidade base de actuação a aldeia.

O órgão militar com organização ternária (Batalhão, Companhia, Pelotão) seria o Exército Revolucionário do Povo de Moçambique (EREPOMO), que segundo dados das informações militares portuguesas, em 1 de Setembro de 1967, disporia de 200 elementos armados e treinados. Havia no entanto indicações de que totalizariam 1300 elementos.

Mesmo com todas as contrariedades políticas, para Borges Coelho, o movimento intensificou operações armadas durante o ano de 1967, começando, no ano seguinte, os desaires militares e intensificando-se também o processo de deserção dos seus quadros em favor da FRELIMO.

Em 1971, o COREMO já se encontrava esvaziado de significado, quer militar quer político, não sendo sequer reconhecido como movimento de libertação pela OUA. Fruto da sua perspectiva de independência, por meios pacíficos e negociados, acabou por ser instrumentalizada pela PIDE contra os outros movimentos.

2. O independentismo e o Poder português em confronto. A “resposta possível” e/ou iniciativas portuguesas face à subversão

Portugal enfrentava nos seus territórios continentais africanos, desde 1961, uma subversão insidiosa, de tipologia popular, que, sem frente nem retaguarda, se disseminava e infiltrava nas populações.

A luta com vista a garantir a soberania portuguesa nos territórios africanos, num contexto internacional de guerra-fria, tinha de ter um carácter estratégico total, ao nível interno e externo, e obedeceu a uma constante da história de Portugal, que sempre fora conduzido a defender os territórios de além-mar. Tendo em consideração aquela constante histórica, o Poder português enfrentou a mais extensa linha de operações do mundo, exercendo acções de afirmação da soberania em três Teatros de Operações diferenciados, distantes da capital política, e distanciados entre si. Neste período, nunca foi decretado o estado de sítio; as Forças Armadas,

oficialmente, foram chamadas a colaborar em “operações de polícia” contra a agressão preparada e lançada de territórios estrangeiros, sendo os elementos sublevados/rebeldes designados por “terroristas” e, alguns anos mais tarde, por “inimigo”.

Pelas suas características, a subversão visava a população como um todo, contexto que foi desgastando o Poder português perante a comunidade internacional, principalmente devido à falta de iniciativa política para negociações paralelas à acção militar, sobretudo em períodos de supremacia. Esta situação de desgaste arrastou-se até à entrega formal de poderes, na sequência da intervenção do vector político-militar ocorrida com o “Movimento das Forças Armadas”, em 25 de Abril de 1974.

Porque de uma guerra total se tratava, a manobra contra-subversiva desencadeada pelo Governo Português, exigia uma acção muito estreita e coordenada entre as Forças Armadas, a administração e as populações, uma constante vigilância na retaguarda, e uma integração de cinco manobras parcelares, política/diplomática, militar, sócio-económica, psicológicas e de informações, sendo envolvidos nesta acção numerosos efectivos da Metrópole, cujo recrutamento se alargou também aos territórios africanos.

A actuação portuguesa foi a «possível», claro está, pois Portugal teve de conduzir a guerra de forma a minimizar o impacto desta nas estruturas sociais portuguesas, pelo que tinha de manter, forçosamente, um ritmo lento, compatível com os recursos disponíveis e, em simultâneo, disseminar um tal fardo o mais possível pelos territórios africanos. Em última análise, traduzir-se-ia naquilo a que John Cann designou por “o modo português de fazer a guerra”, derivado de uma estratégia nacional de poupança dos recursos limitados de que dispunha, dependendo a eficácia da organização global da contra-subversão muito do espírito de cooperação entre as autoridades civis/militares.

2.1 A manobra política/diplomática

A nível político-diplomático, a resposta portuguesa assentou na procura de angariar apoios e de os manter nas principais Organizações Internacionais da qual fazia parte, como a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) e a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA). Face às Nações Unidas, quando inquirido nos termos do Art.º 73.º da respectiva Carta, Portugal respondeu durante 19 anos (desde 14 de Dezembro de 1955), que os seus territórios ultramarinos já eram independentes com a independência da Nação, pelo que o imperativo era o de manter, defender e desenvolver o Ultramar.

Bilateralmente, Portugal procurou sempre manter os apoios da República Federal da Alemanha, da França e da Espanha. Com os EUA, as oscilações foram frequentes e de acordo com as suas conveniências a cada momento, desempenhando a base norte-americana das Leges, nos Açores, um papel importante.

Nesta vertente da designada resposta possível, relativamente a Moçambique destacamos quatro situações, que nos parecem ter sido as mais significativas na condução da guerra total com que Portugal se defrontava. Estas são:

- Uma concentração de poderes do Governador-Geral e do Comando-Chefe numa só entidade;
- Os laços políticos com a Rodésia e com a África do Sul, que confirmavam a forte decisão de Portugal permanecer no território;
- Ao nível político-económico, a decisão da construção do complexo hidroeléctrico de Cahora Bassa e todas as consequências que esta trouxe no decorrer do confronto;
- Por último, a revisão da Constituição, em 1971, acto político decisivo para a tentativa de legalização das operações que se desenvolviam nos territórios continentais africanos sob Administração Portuguesa.

2.1.1 A concentração de poderes

A nomeação dos Governadores-Gerais e Comandantes-Chefes de Angola e Moçambique em 1961, à semelhança do que os ingleses fizeram na Malásia a partir de 1954, enquadrava-se na revisão do esquema administrativo e no regresso à concentração de poderes exigida pela natureza institucional dos territórios que, segundo Adriano Moreira, não podia deixar de ser aplicada naquelas circunstâncias, não podendo no entanto levar à confusão da administração com a resolução exclusiva dos problemas militares; antes, mais do que nunca, era necessário não esquecer as prementes carências das populações, da economia, da política social, do ensino e da saúde. Na tomada de posse do Governador-Geral Sarmiento Rodrigues, alertava o então Ministro do Ultramar: “(...) atrevo-me a sugerir que merecem especial atenção os Distritos de Cabo Delgado, Tete e Niassa, onde deverá, na medida do possível, intensificar-se o já apreciável volume de empreendimentos em curso (...)”. E referia-lhe, na qualidade de Comandante-Chefe, a necessidade de manter a paz, residindo a maior força de Portugal “(...) na convivência pacífica e voluntária de todos os grupos étnicos que se juntaram à sombra da bandeira nacional, prestando homenagem à mesma soberania que é fonte de justiça para todos (...)”.

A posterior separação de poderes terá sido ditada pela prática política, mas também se deveu em Angola a uma rejeição militar em ter um Tenente-Coronel (Silvino Silvério Marques) como Comandante-Chefe, ficando este apenas Governador-Geral, e, em Moçambique, a recusa para esse mesmo cargo, ainda que em acumulação, de um civil. Note-se que, em Moçambique, só com Baltazar Rebelo de Sousa a desconcentração de poderes voltou. Porém, por muito esforço e boa vontade que existisse, o processo de decisão era moroso, com a agravante de, internamente, a nível de Comando-Chefe, existirem já dificuldades na coordenação de operações inter-ramos e, a nível civil, a burocracia estrutural instaurada tornar o sistema rígido, tendo, como seria de esperar, as Forças Armadas uma maior disponibilidade de recursos. Independentemente das diferenças assinaladas, havia uma correspondência entre as divisões administrativa e militar.

2.1.2 Os laços políticos com a Rodésia e com a África do Sul

Em Novembro de 1965, Ian Smith declarou a independência unilateral da Rodésia do Sul, facto que veio a ter grande influência na situação que se vivia em Moçambique. A ONU declarou sanções económicas, e o Governo de Londres proibiu às companhias britânicas o fornecimento directo ou indirecto de combustíveis à Rodésia e reuniu vastos meios navais ao largo da Beira, controlando a entrada do rio Pungué. Esta situação deu origem a diversos incidentes diplomáticos, por ingerência na soberania portuguesa.

Lisboa não participava do embargo nem tencionava violar o mesmo, não interferindo na circulação daqueles combustíveis, como país transitário. Salazar decidiu que se fizesse tudo para auxiliar casos reconhecidamente vitais. Assim, iniciou-se o reabastecimento aos caminhos-de-ferro, vindo as locomotivas rodesianas abastecer-se aos terminais moçambicanos da Malvéria e Machipanda, ou deixando vagões do outro lado da fronteira. O bloqueio afectou, como era evidente, as receitas cambiais do território.

Foram veiculadas informações de um eventual ataque aéreo à Beira ou, eventualmente, um ataque aeronaval e operações de comando para tomada do porto. A Inglaterra só atacaria se não houvesse reacção militar. Porém, reforçou-se o dispositivo defensivo terrestre com a transferência de tropas e meios aéreos de Angola, e o grau de empenhamento de alguns navios oceânicos portugueses aumentou. Militares, como Jaime Neves, foram solicitados para colaborar no planeamento que evitasse o desembarque britânico.

As relações diplomáticas entre Portugal e a Grã-Bretanha agravaram-se quando o petroleiro Joana V, que transportava carga com destino à Rodésia, solicitou autorização para descarregar na cidade da Beira, tendo-lhe sido concedida. O navio enfrentou dificuldades para entrar na barra do rio e, note-se, foram os próprios ingleses, que efectuavam o embargo ao porto a orientarem a manobra. Porém, as pressões inglesas continuaram. Salazar referia a necessidade de não se ceder e de, ao mesmo tempo, se encontrar uma solução pacífica.

Após conversações com Ian Smith, este declarou publicamente não necessitar de combustíveis, pois a Rodésia era auto-suficiente. Assim, o Joana V pôde sair do porto da Beira. Ian Smith estava sem problemas de reabastecimento porque o bloqueio só afectava aquele porto, sendo a Rodésia reabastecida com a entrada de mercadorias por Lourenço Marques, que seguiam para a África do Sul e dali para o seu destino final. No entanto, este apoio veio apenas reforçar o isolamento diplomático internacional em que Portugal se encontrava, fragilizando também a sua posição estratégica, ao aumentar a dependência daqueles dois países, agravada com a transferência do esforço da FRELIMO para Tete.

A penetração subversiva para Sul do Zambeze conduziu a uma maior colaboração entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia. Estas passaram a fornecer apoio em material e mesmo com intervenções directas. Oficialmente, a Rodésia não cedia apoio para as operações. Todavia, localmente, e de acordo com Freire Antunes, os comandos entendiam-se, e aquele apoio acabava por acontecer, obtendo a Rodésia, por parte de Kaúlza de Arriaga, o direito militar exclusivo de toda a região de Tete, a Sul do Zambeze. Quanto ao Regime de Pretória, segundo documentação da PIDE, o Ministro da Defesa sul africano, Vorster teria declarado que combateria os terroristas onde quer que estivesse autorizado a fazê-lo, o que significava estabelecer uma linha desde Angola, através da Rodésia, até Moçambique além da qual os terroristas encontrariam resistência não somente dos países interessados mas também, previsivelmente, de unidades sul-africanas, significando o desvanecimento da neutralidade desta potência. Já em 1974, Silva Cunha, então Ministro da Defesa, teve conversações com o seu homólogo sul-africano em São Julião da Barra, em completo segredo, onde ficou estabelecida a cedência de material e se negociou ainda o empréstimo de 6 milhões de contos (não concretizado). A África do Sul pretendia em troca negociar as ramas de petróleo de Angola.

Os apoios e a condução estratégica da guerra assentavam, nomeadamente, nas designadas “operações Alcora” que englobavam os territórios de Angola, Moçambique, Rodésia e África do Sul. Com elas, podemos dizer que as intervenções daqueles dois países ficaram definidas. Angola seria apoiada pela África do Sul e Moçambique pela Rodésia.

Esta aliança triangular originou uma eventual alternativa para Moçambique, idêntica à da Rodésia, liderada por Jorge Jardim. Aquela espécie de eminência parda do poder em Moçambique inicia ainda uma aproximação a Keneth Kaunda, com o conhecimento de rodesianos e sul-africanos. A guerra já não tinha um comando unificado. Este encontrava-se disperso pelo Governador-Geral, pelo Comandante-Chefe e pelo Engenheiro Jorge Jardim.

Quando Ken Flower, Chefe das Informações rodesianas (CIO) se deslocou, em Setembro de 1971, a Lisboa, a guerra em Moçambique alastrava para Sul, em Tete. Na capital portuguesa, foi recebido por Marcello Caetano e Venâncio Deslandes. Com este último, numa tentativa de ganhar proximidade e de procurar apoio para convencer Caetano a mudar o rumo da guerra, falou do plano secreto de 1969 para a invasão do Malawi, caso Banda fosse derrotado. A Caetano alertou que a solução preconizada para Tete, essencialmente militar, estaria errada e especificava a abordagem contraditória da situação, feita pelo Governador-Geral, pelo Comandante-Chefe, pela PIDE/DGS e pela CIO.

2.1.3 O complexo hidroeléctrico de Cahora Bassa

O projecto Cahora Bassa tem de ser enquadrado como um aspecto fundamental da disputa pela soberania do território. Os portugueses, para além das operações militares destinadas a evitar o alastramento do conflito a Sul do Zambeze, conceberam uma estratégia passível de ser interpretada numa dupla vertente político-económica e político-militar.

Para o Poder português, a barragem representava a vontade de permanência e de afirmação perante a comunidade internacional, da certeza de que era possível a vitória, mobilizando capitais e tecnologia. A obra era realizada em proveito do desenvolvimento da África Austral, aproveitando os recursos hídricos de um grande rio, e a sua construção integrava-se num projecto mais vasto que tinha início na barragem do Caribe, na Rodésia, e se prolongava por todo o vale do rio até à foz, no Índico.

O concurso para a adjudicação da obra hidroeléctrica de Cahora Bassa foi aberto em 1966. Em 1968 teve lugar a adjudicação provisória ao consórcio ZAMCO, grupo constituído por diversas firmas estrangeiras e portuguesas. Os italianos e os suecos acabaram por retirar o financiamento prometido pelo consórcio. Esta grandiosa obra de engenharia estava implantada a 200 quilómetros da fronteira com a Zâmbia e a 600 do porto da Beira. Tinha cerca de 6.000 postes de suporte ao longo de aproximadamente 900 quilómetros de linha de transporte de energia, no território de Moçambique.

Além de um alvo importante, a FRELIMO encarava-a como um desafio, um sinónimo de fraqueza no controlo das populações e do território, mas, sobretudo, receava a instalação no vale do Zambeze de aproximadamente um milhão de novos colonos, com todas as suas consequências no decurso do conflito; receava ainda a criação de uma barreira humana ao longo do rio, protegida por militares sul-africanos, a retirada de terras ao povo e, eventualmente, um Regime de *apartheid*.

Nesta ordem de ideias, a barragem materializava assim para ambas as partes o objectivo decisivo da vitória. Porém, esta visão clássica do problema da barragem é hoje posta em causa, pelo menos, por dois destacados dirigentes da FRELIMO: Sérgio Vieira e o General Sebastião Mabote. Para o primeiro, “(...) manteve-se sempre a grande propaganda contra Cahora Bassa, porque neutralizava um grande efectivo, sem custos nenhuns (...)”. O General afirma: “(...) nós tínhamos uma orientação de que não podíamos destruir a barragem, mas devíamos atravessar o rio (...)”. Nesta ordem de ideias, as acções da FRELIMO no sentido de impedir a construção daquele complexo foram típicas de uma manobra subversiva de estratégia total bem montada, onde foram utilizados processos de acções internas, violentas ou não, acções externas com intensa utilização de propaganda e, sobretudo, acções por lassidão.

Durante as operações de defesa do complexo de Cahora Bassa, incluindo o que envolvia a sua construção atempada, era fundamental assegurar a todo o custo a não interferência das acções de guerrilha. Gomes de Araújo e Sá Viana Rebelo garantiram a protecção militar dos trabalhos de construção da barragem, da estação hidroeléctrica e da linha de transporte, pois consideravam que estava dentro das possibilidades das Forças Armadas a solução das dificuldades de defesa. Com a decisão de Cahora Bassa, era necessário assegurar a montagem de uma segurança relativamente afastada e muito discreta, de forma a que não aparecessem militares, porque era uma obra de realização internacional onde iriam afluir cidadãos de várias partes do mundo; por conseguinte, não podiam ser assustados e tinha de se dar a imagem de que era uma zona perfeitamente pacífica, de que não havia riscos, ou quaisquer problemas.

Os avanços das acções da FRELIMO para Sul exigiam um emprego e concentração de elevado número de efectivos e de meios para se poder isolar toda a área circundante do complexo, bem como os eixos rodoviários e ferroviários que permitiam o abastecimento desde a Beira, e assegurar ainda a defesa de toda a linha de transporte energético. A construção da barragem prosseguia, mas subsistia também a incerteza sobre o futuro do território.

2.1.4 A revisão da Constituição em 1971

O Governo de Marcello Caetano sabia desde o início que enfrentava uma guerra prolongada, que a guerrilha persistia devido aos apoios externos e tinha por objectivo a conquista progressiva da adesão das populações. Nesta ordem de ideias, o Conselho Superior de Defesa Nacional traçou a orientação relativa das operações contra-subversivas a desencadear em África. Por conseguinte, para Caetano a contra-subversão tinha de consistir numa acção de conjunto, apoiada pelas forças militares, mas não exclusiva delas. O importante era durar por forma a permitir a evolução política conveniente, resistir à acção de desgaste da guerra subversiva e opor, à vontade do inimigo, uma outra vontade determinada e resoluta.

Em 1971, a resposta política ao conflito também se consubstancia através de uma cautelosa revisão da Constituição e de nova Lei Orgânica, a Lei N.º 5/72. A primeira dotava as Províncias Ultramarinas de autonomia político-administrativa, podendo, as mesmas inclusivamente, adoptarem o título honorífico de Estados.

Pelo N.º 5 do Art.º 109.º da nova Constituição, o Governo tinha poderes para, provisoriamente, declarar o estado de sítio, com os efeitos referidos no N.º 8 do Art.º 91, não podendo aquela situação exceder o prazo de 90 dias sem o decreto ser ratificado pela Assembleia Nacional, excepto se a reunião daquela continuasse a ser absolutamente impossível. No N.º 6 do Art.º 109.º, especificava-se: “(...) Ocorrendo actos subversivos graves em qualquer parte do território nacional, poderá o Governo, quando não se justifique a declaração de estado de sítio, adoptar as providências necessárias para reprimir a subversão e prevenir a sua extensão, com a restrição de liberdades e garantias individuais que se mostrar indispensável (...)”. E acrescenta-se no Art.º 136.º: “(...) o exercício da autonomia das Províncias Ultramarinas não afectará a unidade da Nação, a solidariedade entre todas as parcelas do território português, nem a integridade da soberania do Estado (...)”, competindo aos órgãos de soberania da República “(...) assegurar a defesa nacional (...)”, “(...) proteger, quando necessário, as populações contra as ameaças à segurança e bem-estar que não possam ser remediadas pelos meios locais (...)”, tendo o governador, em cada Província Ultramarina, o indeclinável dever de sustentar os direitos de soberania da Nação e promover o bem da Província. Assim, como o texto constitucional não discriminava o tipo das providências autorizadas por via legislativa ou administrativa, a acção do Governo legalizou as operações que se desenvolviam nos territórios continentais africanos sob a Administração Portuguesa. E como a Assembleia Nacional, por unanimidade, resolveu verificar a persistência daquela, considerada como grave subversão, ficou o Governo salvaguardado, a

nível constitucional, quanto à restrição de liberdades que necessitasse de impor para prosseguir a defesa dos territórios em África.

Na Lei Orgânica do Ultramar, de 19 de Junho de 1972, especificava-se que, uma vez declarado o estado de sítio, o Governador podia assumir, por tempo indispensável e sob a sua inteira responsabilidade, as funções de qualquer órgão, autoridade civil ou militar, dando rapidamente, através da Tutela, conhecimento ao Governo. Acrescenta-se ainda que, verificando-se situações previstas no N.º 6 do Art.º 109º da Constituição, poderia o Governador ser autorizado pelo Governo a adoptar as medidas consideradas necessárias para reprimir a subversão e prevenir a extensão da mesma.

2.2 A manobra militar.

2.2.1 A preparação para a guerra

As medidas militares, adoptadas ao longo de toda a guerra pelo Poder português, tinham por base algumas iniciativas desenvolvidas durante os anos cinquenta e que constituiriam o suporte da sua preparação para o conflito e da estruturação da sua doutrina.

A entrada de Portugal na OTAN, como membro fundador, levou a que, do conceito de tropas massificadas, orientadas para actuarem em “teatro de operações peninsular”, se passasse para um modelo de emprego de forças aeronavais num teatro de operações provável, a Europa. As forças estacionadas em territórios ultramarinos ficavam concentradas nas capitais provinciais e destinavam-se, em caso de guerra, a reforçar a Metrópole.

A OTAN iria também servir de escola para uma geração de oficiais, a quem transmitiu novas tecnologias e organização. Mas de extrema importância foi o facto de esta organização proporcionar um alargar de horizontes e a criação de uma nova mentalidade. Esta nova geração iria ser o sustentáculo do Poder militar português ao longo dos treze anos que durou a guerra em África.

No início do ano de 1958, através dos Decretos-Lei 41559 e 41577, a organização militar de Portugal é alterada. Alargam-se os quadros e as forças ultramarinas deixam de ter de reforçar a metrópole em caso de guerra. Esta alteração permite o dispersar das unidades pelos territórios. O envio de forças expedicionárias em comissões de dois anos foi também previsto. Ainda em 1958, intensificou-se o envio de oficiais para frequentarem cursos em Espanha, Bélgica, EUA e França. Entre 1958 e 1959, o Exército enviou para *Maresfield Park Camp* 5 oficiais para frequentarem, no *Intelligence Centre of the British Army*, cursos de Informações, de cuja carga horária constava uma significativa componente sobre guerras subversivas. Em 1959, Costa

Gomes envia 6 militares em missão de observação à Argélia, onde, em *Arzew*, frequentam o curso de “Pacificação e Contraguerrilha”.

Em Fevereiro de 1959, é nomeada uma comissão para analisar as condições particulares que envolviam a segurança dos vários territórios da Nação Portuguesa - quer metropolitanos, quer ultramarinos - e para estudar a criação de unidades especiais de utilização imediata. Era a preocupação de mudança das políticas de defesa em curso. No que diz respeito ao território de Moçambique, aquela comissão considerava inadequado o conceito vigente, centralizador de meios, que assentava num escalão divisionário. No seu relatório, a comissão alertava igualmente para a circunstância de, tendo em conta o provável tipo de luta que se previa para o Ultramar, serem as regiões fronteiriças com o Tanganica e Niassalândia as que requeriam maior atenção, porquanto os meios estavam a pender manifestamente para o Sul, propondo ainda, tanto quanto possível, a divisão administrativa, civil-militar, por escalões similares, justapostos.

Em consequência, dado o tipo de guerra que se esperava, o Ministro do Exército, na sua Directiva de 22 de Abril de 1959, deu início a uma profunda reorganização do seu Ministério, que, a partir de Novembro de 1960, passou a ter jurisdição em todo o território nacional, metropolitano e ultramarino. Naquela Directiva, referia-se o Ministro às condições particulares que envolviam a segurança dos vários territórios da Nação Portuguesa, quer metropolitanos, quer, e sobretudo, ultramarinos. Estes aconselhavam a urgente disponibilidade de unidades terrestres que, pela sua organização, apetrechamento e preparação pudessem ser empregues, sem perda de tempo, na execução das operações de tipo especial, previsíveis - como operações de segurança interna, de contra-subversão e de contraguerrilha -, para actuar em especial na Guiné, Angola e Moçambique. Solicitou ainda à Aeronáutica o plano existente para transportes aéreos militares.

Com esta reorganização também se procurou dar aos quadros uma preparação mínima para a contra-subversão, sendo criado por despacho ministerial de 6 de Novembro de 1959 o Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), que tinha a finalidade de preparar tropas na luta contraguerrilha, acção psicológica e operações especiais, ministrando uma formação similar à do curso de operações especiais e do estágio de contra-insurreição. O primeiro trabalho deste Centro foi a instrução ministrada em Abril de 1960 a três companhias de Caçadores Especiais.

A Directiva de 20 de Janeiro de 1960, do General Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), provocou uma alteração profunda nos objectivos estratégicos nacionais. Esta apontava para a preparação de uma futura guerra no Ultramar, face às seguintes ameaças: guerra defensiva com os países vizinhos, guerra subversiva conduzida no interior dos territórios e sublevação. Assim, transfere-se o esforço militar da Europa para África e, em

Angola e Moçambique, remodela-se o dispositivo para fazer frente às ameaças que viessem dos países que se haviam tornado independentes, uma vez que, anteriormente, aquele estava orientado para a África Inglesa. A reorganização territorial fixou, quanto a Moçambique, a divisão em três Comandos Territoriais, aos quais se sobrepunha uma quadrícula que tinha por unidade base o batalhão.

Este novo tipo de guerra impunha uma regulamentação também nova. “O Exército na Guerra Subversiva”, publicado em 1963, e novamente em 1966, era composto por 5 volumes — Generalidades, Operações Contra Bandos Armados e Guerrilhas, Acção Psicológica, Apoio às Autoridades Civis, Administração e Logística — e foi influenciado pelas doutrinas francesa e inglesa. Assim, quando a guerra deflagrou, existia já no Exército uma doutrina táctica de contra-subversão, ainda que incipiente. Ao longo de toda a guerra, o CIOE, a Academia Militar e o Instituto de Altos Estudos Militares vão editando publicações cada vez mais ajustadas.

A partir de 1961, as designações das diferentes unidades do Exército não eram indicativo da tarefa que estas desempenhavam. Quase todas as unidades estavam estruturadas e combatiam como Infantaria Ligeira. No entanto, mantinham as suas designações e mesmo as tradições anteriores.

A necessidade de criar forças especiais de intervenção leva o Exército a criar os “Comandos”, que se notabilizaram pela sua eficácia na luta contra-guerrilha. Estes nasceram em 1962, pela mão do fotógrafo italiano Dante Vachi, na Zemba, Norte de Angola. Mas a designação “Comando” só aparece em 1964, na altura da criação do Centro de Instrução na Quibala. Mais tarde, em Fevereiro de 1964, são criados em Moçambique (na Namacha) e, em Julho, na Guiné (em Brá/Bissau). Sob o lema *audaces fortuna juvat*, esta tropa distinguia-se pela dureza da instrução e pela preparação psicológica para a guerra. Em Moçambique, apesar de haver a Unidade Territorial, tipo Batalhão a 10 Companhias, nunca actuaram organizados como tal.

Nos outros ramos das Forças Armadas foram também criadas forças de elite. Na Força Aérea, os Pára-quedistas apareceram em 1955, sob o auspício do então Subsecretário de Estado da Aeronáutica, Kaúlza de Arriaga. Na Armada, os Fuzileiros foram reactivados em 1961. As forças navais e aérea apoiavam a actuação do Exército, que tinha responsabilidades acrescidas na condução da guerra.

As forças não chegavam aos “Teatro de Operações” com o grau de proficiência desejado. A Instrução de Aproveitamento Operacional (IAO) - que procurava adaptar as tropas ao meio envolvente, centrado no combate contra-subversivo, tal como ele ocorria em operações - sofria, por vezes, de diminuição do tempo que lhe era atribuído. Verificou-se, assim, a necessidade de

esta instrução ser ministrada, pelo menos em parte, naqueles territórios. Contrariamente à Guiné e a Angola, a IAO nunca foi desenvolvida em Moçambique.

Nas regiões onde a subversão fosse violenta, o dispositivo assentava em sectores aos quais eram atribuídas unidades tipo batalhão, cujo número era variável de acordo com a área do sector, grau de subversão e efectivos disponíveis. Por sua vez, os sectores, dividiam-se em áreas de acção/subsectores, onde os batalhões disseminavam as suas unidades tipo companhia, por vezes reforçada, outras diminuída dos seus efectivos orgânicos. Esta malha constituía a quadrícula, com a missão de defesa do terreno contra as incursões do inimigo. Este era um dispositivo essencialmente administrativo, dado existir correspondência com a implantação das autoridades administrativas, e permitia um maior controlo das populações, bem como um apoio social e sanitário mais extensivo. Além disso, facilitava a pesquisa de Informações, permitindo, assim, uma mais eficaz Acção Psicológica e a intervenção oportuna das forças especiais.

A tropa de quadrícula deveria efectuar acções de nomadização, patrulhamentos, protecção de itinerários, acções psicológicas e acções de apoio às populações e de redução da capacidade de domínio da subversão sobre essas populações.

Este dispositivo de quadrícula era complementado por forças de intervenção locais e gerais. Estas estavam sob a dependência directa do Comando-Chefe. Actuavam, entre períodos de actividade e de repouso (normalmente um mês), em função da situação do momento em cada sector.

Relativamente aos outros territórios, Moçambique beneficiou da atempada previsão dos acontecimentos. Porém, foi penalizado na prioridade de atribuição de meios. Assim, quando a subversão eclodiu nos Distritos a Norte do território, não podendo o Poder português contar com os meios militares necessários oriundos da Metrópole, foi necessário deslocar unidades atribuídas a outras regiões não afectadas, enfraquecendo, assim, o precário dispositivo existente.

2.2.2 Cronologia da manobra militar

A actuação contra-subversiva partia da premissa de que este tipo de guerra não se ganha pela acção militar, mas perde-se pela inacção militar. O objectivo primário das Forças Armadas era o garante da liberdade de acção política, governativa e administrativa. Os militares estavam no território para manter a ordem e permitir liberdade de circulação e a normalização da vida diária, contribuindo para que as populações trabalhassem tranquilamente.

Era essencial o controlo do território com esta finalidade, mas também a protecção de pessoas e instituições, procurando conter a subversão armada até ao seu isolamento, destruição e

mesmo dissuasão de entrada na 4.^a fase subversiva (Estado Revolucionário). Assim, todas as acções militares deviam ser conduzidas, conjuntamente, pelas autoridades militares e civis, pois, onde quer que o controlo administrativo tivesse sido perdido, a imposição da soberania com as Forças Armadas devia ser oportuna. No entanto, esta acção podia prolongar, interminavelmente, a ultimização da pretendida vitória política, pelo que todas as acções militares deviam ser avaliadas e ponderadas relativamente ao seu efeito sobre os objectivos políticos e administrativos e subordinadas a ambos.

À contra-subversão competia impedir o alastrar das actividades subversivas, designadamente efectuar uma actividade de vigilância e controlo nas áreas ainda não sublevadas, eliminando a existente, evitar o isolamento de qualquer parcela do território e garantir a segurança dos centros ou regiões importantes das actividades básicas e dos elementos fundamentais da infra-estrutura económica, cooperando a Região Militar de Moçambique (RMM) na acção psico-social e no apoio às populações. Além disso a contra-subversão levava ainda a cabo acções de interdição de fronteira, estando previstos o emprego das Forças de Intervenção em qualquer ponto do território e em qualquer momento.

O dispositivo das Forças Armadas evoluía conforme os avanços concretos e as ameaças da FRELIMO. Iremos descrevê-los, salientando cronologicamente a evolução das zonas do território onde a subversão desencadeada pela FRELIMO exercia o seu esforço e alastrava.

2.2.2.1 A evolução da guerra entre 1964 e o período de Kaúlza de Arriaga

São as acções de 21 e 24 de Agosto de 1964, levadas a cabo pelos movimentos independentistas MANU e UDENAMO, em Cabo Delgado, que determinam o iniciar das actuações violentas. A FRELIMO iniciou, e quase em simultâneo, as suas operações de guerrilha no Distrito do Niassa com o ataque à secretaria do posto administrativo do Cóbue, a 24 de Setembro, e na Província de Cabo Delgado com o ataque ao posto de Chai, na noite de 24 para 25 do mesmo mês. O primeiro ataque em Tete ocorreu a 23 de Dezembro de 1964, à sede do posto administrativo de Charre. Nessa altura, a FRELIMO, segundo Eduardo Mondlane, possuía apenas 250 homens treinados e equipados.

O Niassa, que ficou conhecido pelo “Estado de Minas Gerais”, foi inicialmente uma das zonas de esforço prioritárias da FRELIMO. Tal como em Cabo Delgado, o Poder português era pouco expressivo em número de autoridades administrativas e militares, em população, e mesmo em infra-estruturas de apoio à civilização europeia. Esta situação permitiu à FRELIMO movimentar-se com certa liberdade, pois beneficiava dos apoios da Tanzânia e do Malawi. Para

Mondlane, em Novembro de 1964, a luta já se estendia para além de Cabo Delgado, ao Niassa, Zambézia e Tete, conseguindo consolidar-se nas duas primeiras, sendo as unidades que actuavam nas restantes reorganizadas a fim de actuar em reforço da capacidade ofensiva, de forma a assegurar os avanços feitos e a estabelecer uma base firme de acção político-militar.

Foi o General Caeiro Carrasco, Comandante Militar, que, apesar de uma visão mais clássica da guerra, iniciou a preparação para o confronto que eclodiria em 1964. O Comando da RMM tinha em 1962 a perfeita noção de que “(...) nem todos os Comandos se encontram mentalizados para o tipo de guerra subversiva, em contraste nítido com a maioria dos oficiais subalternos, que, em virtude de terem sido instruídos somente neste aspecto da guerra moderna, se encontram satisfatoriamente adaptados (...)”, chegando mesmo a propor cursos de sensibilização a este tipo de luta para os oficiais superiores. Aquele Comando procurou mentalizar as tropas para as missões que lhes competiam no âmbito da guerra subversiva. Para aperfeiçoamento e actualização dos quadros, realizaram-se cursos de guerra subversiva, cães de guerra, sapadores, educação física, transmissões e operações/informações.

Em 1964, o dispositivo do Exército assentava em três Comandos Territoriais: Norte, Centro e Sul, com sedes, respectivamente, em Nampula, Beira e Lourenço Marques. Neste ano, o Distrito do Niassa foi dividido em dois sectores de Batalhão, sediados em Vila Cabral e Marrupa, sendo Cabo Delgado guarnecido por um batalhão em Mocímboa da Praia e por outro em Porto Amélia. O Comando dispunha ainda de forças de intervenção próprias. Em Tete, a responsabilidade militar do “Comando Territorial Centro” (CTC) era atribuída a um batalhão de Artilharia, o N.º 162.

Quando se iniciou a guerra em Cabo Delgado, o Coronel Basílio Seguro, então Governador do Distrito, desempenhou papel de destaque com o reagrupar das populações, situação que dificultou o alastramento subversivo para Sul.

Com o iniciar das hostilidades, as forças portuguesas desencadearam em Moçambique, à semelhança de Angola e da Guiné, operações de grande envergadura nos Distritos afectados do Niassa e de Cabo Delgado. Numa visão exclusivamente militar deste tipo de guerra, denotando afinal alguma impreparação inicial para enfrentar este tipo de conflito, procurava-se restabelecer a situação e acelerar a implantação da linha de contenção, que, pela construção de aldeamentos se julgava poder constituir. Atingidos aqueles objectivos, o Poder português passou a actuar em operações de contra-guerrilha e em acções sócio-económicas de maior ou menor envergadura, realizando, ocasionalmente, grandes operações, como a “Águia” e a “Nó Górdio”, que duraram de 2 de Julho até 6 de Setembro de 1965 e de 1 de Julho a 6 de Agosto de 1970, respectivamente.

Após a visita de inspecção do General Venâncio Deslandes a Moçambique, reorganizou-se a quadrícula e completou-se o esquema defensivo com aldeias fortificadas ou defendidas militarmente, envolvendo o planalto dos Macondes. A partir destas lançar-se-ia uma série de operações para o centro, procurando impedir a expansão da FRELIMO a Sul do rio Messalo, mantendo-a em insegurança constante e enfraquecendo-a progressivamente. A maioria das acções foi desencadeada por forças de efectivos reduzidos, de forma a evitar a dispersão do inimigo.

Pela Directiva N.º 22, de Setembro de 1965, do Ministro da Defesa Nacional, era aconselhado que se estabelecesse uma Zona de Intervenção Norte (ZIN) com comando próprio, podendo o seu comandante entender-se directamente com os governadores dos Distritos coincidentes com a sua área de responsabilidade. Este Comando veio a estabelecer-se a 1 de Outubro do mesmo ano em Nampula, sendo o cargo assumido, em acumulação, pelo comandante da Região Militar. Este coordenava com os Governadores de Distrito as acções das forças militarizadas, entre outras, e, ainda a conduta a ter para com as populações. Foi também a Directiva em análise que definiu a divisão da ZIN em três sectores (Alfa, Bravo e Charlie), correspondendo respectivamente ao Distrito do Niassa e a parte do de Cabo Delgado, ao Distrito de Cabo Delgado (excepto as regiões atribuídas ao Sector Alfa) e ao Distrito de Moçambique (excepto as regiões atribuídas ao Sector Alfa), criando-se “Centros Conjuntos de Operações”, de forma a rentabilizar os meios e a conseguir a máxima colaboração entre as autoridades administrativas e militares.

O facto de os resultados da ZIN não serem os ambicionados justificou a criação de um Comando-Chefe Adjunto. A este Comando competia a condução das operações de contra-guerrilha. Todavia, como o seu gabinete dispunha de um efectivo reduzido, todas as operações eram conduzidas pelo comandante terrestre. Por outro lado, o Comandante Naval e o da Força Aérea realizavam operações separadas do Comandante Militar, o que constituía um erro gravíssimo. Com estas alterações, o Gabinete Militar do Comandante-Chefe passou a dedicar-se, essencialmente, às actividades civis de contra-subversão.

No segundo semestre de 1965, a actividade da FRELIMO no Distrito do Niassa foi incrementada, melhor orientada e mais eficiente, o que teve como consequência um rápido e progressivo aumento de *zona activa*. Esta actividade foi facilitada pela quase ausência de população não negra, por comunicações muito deficientes e difícilimas e por meios militares limitadíssimos, factor que permitiu uma relativa liberdade de acção, iniciativa e domínio sobre as populações autóctones. Nesta data, o Comando-Chefe de Moçambique definia a implantação com acções armadas da FRELIMO da seguinte forma:

- Distrito do Niassa – particularmente na Circunscrição do Lago, para Norte de Metangula, e área de Macaloge, procurando estender a sua actividade para Sul e Este. Possuía comandos regionais em Mtwara e Songea, na Tanzânia, dispondo ainda este último de dois subcomandos em Zomba e Limbe, no Malawi, com a finalidade de auxiliarem a infiltração no Sul do Distrito e na Zambézia.
- Cabo Delgado – a actividade era considerada mais dispersa e menos intensa no planalto dos Macondes, desenvolvendo contudo acções de guerrilha a Sul do rio Messalo e um forte aliciamento das populações nas áreas de Balama e Montepuez. As informações militares portuguesas delimitavam a organização da FRELIMO em Cabo Delgado, a Norte do Lúrio, onde fora imposta a compra de cartões e onde o armamento era rudimentar. Uma mensagem de 16 Março de 1965 refere “(...) região de Pundanmar (4005.1051) foi imposta compra cartões FRELIMO, grande número Macondes armados canhangulo (...) grupo Macondes armados flechas, zagaias, catanas atacaram povoação (...)”.
- A possibilidade de extensão desta actividade ao Distrito de Moçambique e a ameaça de infiltração em Tete e na Zambézia, não se prevendo ainda a actuação, por parte de “bandos armados”, nos restantes Distritos, onde, no entanto, se exercia esforço no sentido de aliciar as populações.

O então Comandante-Chefe, numa visão de estratégia exclusivamente militar, para evitar o alastrar subversivo para Sul, procurou a sua repulsão para o Norte do rio Messalo. Podia repelir “grupos armados”, mas esquecia que a subversão como um todo não se repele da mesma forma e que esta Guerra ultrapassava os limites e competências militares...

Em Agosto de 1966, Salazar era informado da situação pelo Chefe do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, Brigadeiro Rafael Alves, nos seguintes termos:

“(...) Constatei elevado moral, espírito de missão para cumprimento dever manter Moçambique soberania portuguesa. Terrorismo abrange Distrito de Cabo Delgado área Macondes a Norte de Messalo e leste da linha Negomano-Nairoto, população está sob controlo das nossas forças, no sentido que pode ser percorrido todas direcções embora com medidas de segurança. Planalto está bastante limpo. Populações forçadas a acompanhar terroristas e esconderem-se áreas refúgio situadas vertentes planalto, especialmente nas costas Sul e SE. Estas áreas refúgio vão sendo cada vez mais reduzidas quando bem orientada, o que mantém nítido o perfeito ascendente sobre terroristas (...)”.

No final de 1966, a situação militar podia definir-se para o Poder português como contida em Cabo Delgado e reduzida no Niassa, caracterizando-se por uma progressiva diminuição da área afectada e do número e tipo de acções desencadeadas. Em Tete, verificava-se um ligeiro agravamento, nomeadamente a Norte do Zambeze. Esta melhoria da situação tendia para se esbater, face à concentração de meios alémfronteiras.

Desde o desencadear dos acontecimentos, em Setembro de 1964, a percentagem de acções contra as forças militares aumentaram constantemente (22% em 1964, 52% em 1965, 61% em 1966). Esta situação era interpretada pelo comando português como reveladora do progressivo aumento do estado de aliciamento e do grau de apoio conferido pelas populações nas áreas de subversão violenta.

No início de 1967, a FRELIMO, segundo Eduardo Mondlane, cercava Porto Amélia e, no Niassa, onde a situação era mais crítica, avançara até à linha Marrupa-Maula, aproximando-se das fronteiras das províncias de Moçambique e Zambézia e criando, a Ocidente, condições para desenvolver a luta em Tete e na Zambézia. Perante o desenvolvimento destas acções da FRELIMO, o Poder português decide exercer o esforço contra-subversivo no Niassa, tendo em vista melhorar e incrementar a coordenação civil/militar e a promoção sócio-económica.

O Comando da ZIN é assim extinto, aumentando o Posto de Comando Avançado do Quartel-General da Região Militar o respectivo volume e importância. O dispositivo militar da ZIN é dividido em cinco novos sectores, contando com um efectivo de 17 unidades tipo Batalhão. No CTC surgem quatro subsectores de batalhão, dos quais dois estacionados no istmo de Tete, um Batalhão com sede no Fingoé e outro em Tete.

Durante o segundo semestre de 1967, actuou em Tete, sobretudo na Macanga, uma diversidade de grupos que iam para além da FRELIMO. Estas actuações foram desencadeadas pelo COREMO, pela PAPOMO (Partido Popular de Moçambique) e, inclusivamente, por um contingente de dissidentes do Malawi.

O cargo de Comando-Chefe-Adjunto também foi extinto em 1967, quando a função de Governador-Geral passou a ser desempenhada por um civil e o Comandante Militar, General Moura dos Santos, foi substituído pelo General Paiva Brandão, que procurou alimentar, logisticamente, em apoio de retaguarda, os Agrupamentos de Porto Amélia e do Niassa, através do corredor de Nacala. Assim, a sua manobra passava por garantir a liberdade de circulação do caminho-de-ferro até Catur, mantendo afastada a subversão armada para Norte daquela linha.

Paiva Brandão era apologista das operações de grande envergadura, pelo que entendeu realizar em Cabo Delgado a operação “Finalmente”, dirigida pelo Comandante do Sector, o Brigadeiro Augusto de Jesus Remígio. Esta operação pretendia forçar a retirada da FRELIMO do

rio Lúrio ao rio Messalo, expulsando elementos nacionalistas, e depois colocar um tampão que garantisse que não havia novas infiltrações. No rio Messalo, criaram-se 18 postos de 100 homens, guarnecidos e distanciados de 35 quilómetros.

O Brigadeiro Costa Gomes opôs-se à sua realização: primeiro, porque não era apologista deste tipo de operações naquele tipo de guerra, e cinco batalhões era quase toda a tropa no Norte. Depois, era impossível reabastecer os postos ao longo do rio Messalo, pois não havia meios de comunicação. Nos intervalos, a FRELIMO passava quando e como queria e atacava os postos. Assim, houve necessidade de se começar a retirar os postos que já não aguentavam os ataques, alguns com 400 homens.

A partir de finais de 1967, as fontes militares portuguesas registam uma melhoria na actuação da FRELIMO que, até aí, flagelava, colocava minas e efectuava retiradas rápidas. A melhoria da situação deveu-se a uma infiltração de elementos reinstruídos, que se revelaram mais aguerridos e melhor comandados.

Naquele ano de 1967, o esforço da FRELIMO transferira-se do Niassa para Cabo Delgado, na intenção de avançar para Sul do rio Messalo, contando para isso com o apoio centrado no triângulo estratégico formado por Serra Mapé-Macomia-Chai. Naquele Distrito, foram realizadas 696 acções (86% dirigidas contra as Forças Armadas, 10% contra a população), das 1304 levadas a cabo durante o ano em todo o território.

Em Tete, face à fragilidade de implantação da FRELIMO e às atitudes das autoridades do Malawi a subversão recuou nos concelhos de Moatize e Mutarara, sendo a frente encerrada. Contribuíram para esta situação não só o aperfeiçoamento da actividade de Informações e da presença militar e policial, mas sobretudo a atitude sobre as populações.

No ano de 1968, para Borges Coelho, o fortalecimento do movimento de libertação associado à configuração particular do território, ao abandono a que estava votado, à ligação entre as suas populações e as populações dos territórios vizinhos que ascendiam à independência, eram indícios claros para a Administração Portuguesa da proximidade do início da luta armada no Distrito de Tete, pelo que seria necessário adoptar medidas para o prever. Nesta ordem de ideias, o dispositivo inicial, composto por dois Batalhões e duas Companhias, leva a que, em Março de 1968, o contingente do denominado sector F passasse a ser constituído por três Batalhões e mais algumas Companhias. Aqueles estavam distribuídos pelos subsectores FFG, FFR e FFT, com sede, respectivamente em Fingoé, Furancungo e Tete.

Em Março de 1968, de acordo com as informações militares, admitia-se que a FRELIMO possuísse 12.500 homens de identidade conhecida, entre combatentes (FPLM e milícias), militantes e suspeitos, distribuídos da seguinte forma:

- FPLM: Niassa, 1900 Homens, Cabo Delgado, 2.300 a 2.500 Homens;
- Milícias: Niassa, 800 Homens, Cabo Delgado, 2.500 Homens;
- Grupos Femininos: Niassa 125, Cabo Delgado, 26.

Estes números perfaziam aproximadamente 7.800 efectivos armados, valores estimados e aproximados, aos quais se adicionariam 1.500 reservas na Tanzânia e 500 no Malawi, totalizando entre 15 a 20 unidades do tipo Batalhão ou destacamento de guerrilheiros, tendo aproximadamente 1.800.000 pessoas em “áreas libertadas”, organizadas em cooperativas, que terão contribuído para o plano de desenvolvimento das aldeias, onde se estabeleceram, por exemplo, escolas e clínicas.

As intervenções armadas da FRELIMO em Tete recomeçam em 8 e 11 de Março de 1968, atingindo grande profundidade, o que levantou problemas de reabastecimento e de ligação com a retaguarda. O seu dispositivo militar era considerado forte, possuindo diversas bases na área Chofombo-Foz do Rio Capoché-Furancungo. Nos restantes Distritos, e mesmo nos já referidos, a situação mantinha-se aparentemente calma e considerada sob controlo do Poder português. No entanto registava-se uma actividade clandestina generalizada, típica da fase de aliciamento das populações.

A contra-ofensiva militar portuguesa em Tete, com capacidade para inverter a progressão, foi desencadeada apenas em Setembro do mesmo ano, com sucessos pontuais, pois a FRELIMO conseguiu sempre o controlo da população, diversificando ainda as suas linhas de reabastecimento, evitando a tradicional infiltração do rio Capoché e retomando os ataques em Janeiro de 1969. Em Tete, o COREMO actuava por infiltração de elementos.

Em Cabo Delgado, para ser cumprida essa missão e tendo em conta a necessidade de criar condições para o desenvolvimento de acções ulteriores de manobra para o rio Rovuma, o Brigadeiro Costa Gomes pretendia actuar militarmente para reduzir a área subversiva em fase violenta, de Sul para Norte, em três etapas distintas, mas complementares. A primeira consistia na “limpeza e libertação” de toda a Serra Mapé. Seguidamente, procurar-se-ia “limpar” a região de Chai-Macomia-Quiterajo, levando a contenção até ao rio Messalo e continuando, numa terceira fase, o esforço para Este, de forma a que a linha de contenção permanecesse na estrada definida por Mueda-Diaca-Mocímboa da Praia ou, no mínimo, a de Mueda-Macopela-Nambude, garantindo para Norte todo o vale do rio Messalo.

Também no Niassa, a manobra seria faseada, sendo intenção daquele oficial General libertar completamente as regiões de Metangula-Maniamba, Norte de Bandece, Norte de Chicomo, Norte de Nova Viseu e Cassero-Metarica, levando a frente de contenção da subversão

até à linha definida pela Foz do Lunho – rios Luculcerce-Lucuisse e Luatize. Concretizada esta tarefa, o “esforço de limpeza” prosseguiria para Mepotxe-Miandica e Norte de Unango, região a Sul do Lugenda, para Este do Rio Luatize, deslocando a frente para Tumbi-Chissindo-rio Malibangua-Matila-rios Luatize e Lugenda. Por fim, a intenção era a de “limpar” completamente as regiões de Cobué, Macaloge e Norte dos rios Luatize e Lugenda, deslocando a frente para a linha geral definida por Chigoma-Rio Utonga-Monte Jau-rio Metapire-Monte Namanhanga-rios D’Jengue e Miuro, actuando persistentemente com uma acção de quadrícula, nas áreas da retaguarda, de forma a “aniquilar” qualquer foco subversivo que ainda se revelasse e exercendo, em simultâneo, acções de interdição de fronteira com o Malawi.

Em Abril de 1968, a FRELIMO tinha já nos territórios controlados pelos sectores A e E portugueses um dispositivo político-administrativo de enquadramento da população que o Quartel-General português considerava implantado no Niassa Ocidental e em formação no Niassa Oriental, onde era visível uma organização económica com base na cooperativa. O seu dispositivo militar era considerado denso e apoiado em bases operacionais subordinadas a três comandos regionais, nas zonas de Mepotxe e Cassero, infiltrando reforços e reabastecimentos por cinco principais linhas de infiltração, ao longo dos rios Ludimille-Lucheringo-Luambala-Luculumezi-Lugenda, sobre as quais também dispunha de bases de apoio, revelando ainda actividade a Norte e Oeste da linha definida pelos rios Luambala-Lugenda-Candulo-Cahamba e exercendo, ainda que esporadicamente, acções na região de Revia-América.

Em Cabo Delgado, também em Abril de 1968, o dispositivo político-administrativo e militar estava praticamente concentrado ao longo de uma faixa de aproximadamente 150 quilómetros de largura, que se estendia da região de Negomano-Pundanhar (a Norte) até à linha definida por Macomia-Quiterajo (a Sul), constituído por bases de efectivos de unidade tipo Companhia ou Companhia reforçada e organizado em três sectores distintos, sendo especialmente denso no planalto de Mueda e no esporão a Norte da Serra Mapé. Desenvolvia ainda actividade a Este e Norte da linha definida pelos rios Matiu-Mambole-Messalo e, além desta área, nas bolsas de Chai, Macomia e Quiterajo, a partir da qual se esforçava para alastrar a toda a Circunscrição de Quissanga, onde se procurava fixar.

Entre 20 e 25 de Julho de 1968, realizou-se no Distrito do Niassa o II Congresso da FRELIMO. O Comando da Região Militar adoptou medidas para que este Congresso não se realizasse, referindo-se na Directiva N.º 9/68 as acções a desenvolver contra a efectuação do mesmo. Este documento, além de indicar a zona mais provável da realização do Congresso, definia por missão, em estreita coordenação com as autoridades administrativas, em todos os escalões, a detecção de infiltração de elementos “In”, e a localização dos pontos onde o

Congresso tivesse lugar, transmitindo instruções expressas no sentido da “captura ou aniquilamento” dos respectivos participantes.

Em 1969, a FRELIMO, de acordo com dados da Região Militar, contava em Cabo Delgado com um dispositivo que podemos caracterizar como assente em quatro núcleos de grande importância: o complexo da base Limpopo, considerado o principal órgão logístico do Distrito, dispondo de cerca de 150 homens; o núcleo central à volta de Mueda, onde se situavam as bases Nampula, Gungunhana, Negomano e Moçambique, com um efectivo estimado em cerca de 600 homens; o núcleo de Mocímboa da Praia, com um efectivo de cerca de 650 homens, distribuídos pelas bases Niassa, Montepuez, Lourenço Marques, Tete e Inhambane; e o núcleo da Vanguarda, que materializava o esforço para Sul, contando com um efectivo que rondava os 700 homens, distribuídos pelas bases Macanga, Lúrio, Gaza, Marrupa, Pemba, Maputo e sub-província Moçambique. Dispunha ainda de um complexo dispositivo político-administrativo, sendo de considerar um efectivo na ordem dos 2 mil *Ussiliks* (milícias populares), com capacidade de reforçar a acção militar.

No Niassa, o efectivo médio das bases era inferior ao de uma companhia. Na zona da Serra Jéci-rio Nossi, onde o seu dispositivo era disperso entre as populações, possuindo as seguintes bases: Unango, Maniamaba, Beira, Nausache, Chipamalu, Bissau, Iambene, Guiné, Nova Freixo, Catembe, Maguiguane, Lumumba. Gungunhana, Mepoxe, Nampula, Chissindo, Catur, Chala, Makangila e Maleta.

Em Tete, o dispositivo dos cerca de 400 homens, disperso por diversas bases, era deficientemente conhecido pelos Serviços de Informações portugueses; sabia-se apenas que ocupava uma extensa área definida pelo triângulo Chofombo-Cabora Bassa-Furancungo, sendo caracterizado pela sua fluidez e mobilidade. Na Zambézia, prosseguiram as acções de propaganda e aliciamento das populações.

Em Abril de 1969, em reunião do Comité Central da FRELIMO, decidiu-se criar nas regiões por si controladas, escolas de formação de quadros, pois a escassez e a dificuldade de treino no exterior era já constatada. Neste mesmo ano de 1969, o COREMO, que actuava apenas em três locais do Distrito de Tete (Zumbo, Vila Gamito e Mutarara), tinha um efectivo estimado entre 1.500 a 2.000 homens.

Para fazer face às violações de fronteira de que a Zâmbia se queixava, o Poder português estabeleceu entre os rios Luatize e Muangadzi uma faixa neutralizada para forças terrestres e uma zona imediatamente a Sul, para a Força Aérea, para além das quais eram proibidas as operações sem autorização do Comando-Chefe.

Face à experiência adquirida, decorridos que eram oito anos de operações militares em África, e à evolução do conflito, verificou-se a necessidade de alteração das estruturas de Comando portuguesas, de forma a adaptar o emprego dos meios militares e implementar uma mais estreita colaboração entre os Comandos Militares e as Autoridades Administrativas no mesmo esforço. Assim, pelo Decreto-Lei N.º 49107, de 7 de Julho de 1969, reorganizaram-se os Comandos-Chefes que, até aí, só dispunham de um gabinete e se limitavam a coordenar os três ramos das Forças Armadas, obtendo cooperação destes para a realização de operações conjuntas. Com este Decreto-Lei, os Comandantes-Chefes passaram a ser os responsáveis pelas operações militares, criando-se um Quartel-General que contava com uma repartição de Operações e Informações centralizadas. Kaúlza de Arriaga pediu para acumular as funções de Comandante-Chefe e da Região Militar.

Este Decreto estruturava as Forças Armadas nas “Províncias Ultramarinas” onde as circunstâncias obrigassem à realização de operações militares tendentes a garantir a soberania nacional sobre os territórios e a manter a ordem e a tranquilidade públicas, quando gravemente ameaçadas. As Forças ficaram organizadas em guarnição normal e de reforço. A primeira seria de carácter permanente e organizada, tanto quanto fosse possível, à base do recrutamento local, excepto os quadros e especialistas. A estas forças competia:

- contribuir para a protecção geral da província, assegurando a defesa de pontos sensíveis e garantindo as possibilidades de utilização das vias de comunicação;
- organizar o serviço de informação na sua área de responsabilidade, incluindo todos os dados sobre o terreno e a população;
- colaborar com as Autoridades Administrativas e forças militarizadas na protecção das populações; evitar que o inimigo se estabelecesse na sua área e, quando tal acontecesse, aniquilá-lo ou, no mínimo, isolá-lo em zona de refúgio;
- exercer acção psicológica sobre o inimigo; servir de base a unidades de intervenção e ao seu apoio administrativo e logístico;
- mobilizar outras unidades ou formações; e servir, quando necessário, de centros de instrução.

A segunda, a força de reforço, interviria, quando os meios da primeira se mostrassem insuficientes para garantir a segurança na área de responsabilidade do Comando-Chefe. Em Moçambique, na sequência deste Decreto-Lei, foi criado em Novembro de 1969, o Comando Operacional das Forças de Intervenção (COFI), responsável pelas operações de grande envergadura.

Em Setembro de 1969, assume a Presidência do Conselho de Ministros o Professor Marcello Caetano, que encarava a subversão como um problema de segurança interna, pelo que a contra-subversão teria de ser uma acção global, onde se empenhassem todos os serviços e toda a população. Assim, em todo o território ameaçado deveriam ser organizadas forças territoriais de segurança, que teriam a vantagem de ser constituídas por homens fixados nos territórios, dispensando a mobilização de inúmeros efectivos militares. As Forças Armadas cobririam pontos estratégicos/sensíveis e executariam operações de intervenção.

Em 1970, o efectivo na ZIN passou a ser de quinze batalhões e, em Tete, devido ao início da construção da barragem e à reabertura da frente, surge, já separado do Comando Territorial Centro, o sector F, agora organizado em quatro subsectores de Batalhão (Furancungo, Bene, Fíngoe e Tete).

O General Augusto dos Santos caracterizou a situação militar geral em Moçambique, reportada à data do seu regresso a 20 de Março de 1970, em depoimento a Freire Antunes, da seguinte forma:

“(...) o terrorismo tinha recuado bastante e praticamente não passava do rio Lúrio. Daí para cima havia terrorismo, ainda havia aldeamentos, mas com dificuldade. Daí para baixo conseguimos que não houvesse nada (...)”.

Note-se a referência a terrorismo e não a subversão. A subversão armada estava de facto consignado ao Norte do rio Lúrio, mas a organização e a propaganda alastrava a Sul. O General Augusto dos Santos compreendia que a guerra não podia ser solucionada apenas pela via militar, mostrando-se preocupado, sim, com a conquista da adesão das populações.

2.2.2.2 De Kaúlza de Arriaga ao 25 de Abril de 1974

O General Kaúlza de Arriaga, que assumiu funções de Comandante-Chefe a 31 de Março de 1970, rompe com a forma dos Generais Costa Gomes e Augusto dos Santos fazerem a guerra. Estes desenvolveram um tipo de manobra em superfície, colocando um dispositivo militar de quadrícula, estando, assim, as unidades junto das populações e colocadas sobre os tradicionais eixos de infiltração da guerrilha. Esta manobra, que evitava grandes operações, conjugada com actuações da Administração, possibilitou a contenção da FRELIMO no Niassa, a Norte da linha geral – linha de caminho-de-ferro Nova Freixo-Catur, e em Cabo Delgado, a Norte do rio Messalo e na Serra Mapé.

A solução preconizada por Kaúlza de Arriaga, assentava em oito pontos, materializando-se quatro deles na conquista da adesão das populações e quatro na acção militar directa a saber:

- comunicação da verdade às populações, convencendo inteligências e conquistando corações;
- promoção das populações através da intensificação da política de paridade, harmonia e dignificação étnicas;
- promoção das populações, através do progresso económico, social e político;
- promoção das populações através do aldeamento voluntário dos grupos étnicos dispersos e nómadas;
- garantia do controlo geral do território e das águas territoriais, através da acção de quadrícula;
- realização da segurança específica prioritária de alvos de grande importância, igualmente através das forças de quadrícula;
- pesquisa, captura e destruição sistemática do inimigo, através de operações de intervenção;
- eliminação prioritária de eventuais bases e áreas libertadas.

Assim, apesar de considerar como essência da contra-subversão o *convencer inteligências e conquistar corações*, descurou a tessitura humana, onde aquela outra manobra se desenrolava. Nesta ordem de ideias, as quatro medidas sintetizadas da acção militar estritamente directa vieram introduzir uma nova forma na política de condução da guerra. A concepção de Kaúlza de Arriaga assentava basicamente em vencer militarmente um confronto em que a vertente armada acabava por desempenhar um papel pouco significativo.

Esta concepção vem modificar a situação militar existente no território. Até aí, podemos considerar que as actividades das unidades consistiam na gestão diária e rotineira, com actuações de patrulhamento e nomadização, evitando, sempre que possível, o confronto. Em 1969, este General vai criar ainda como Comandante-Militar, o Comando Operacional das Forças de Intervenção (COFI) e iniciar a preparação dos GE (grupos especiais) e dos GEP (Grupos Especiais Pára-quedistas).

Em meados do primeiro semestre de 1970, a situação “subversiva” podia ser caracterizada por uma intensa Acção Psicológica desenvolvida pela FRELIMO, na procura de fortalecer a “consciência das massas populares”, exercendo o seu esforço no Distrito de Cabo Delgado. No Niassa não executava grandes operações, e em Tete, embora com acções, estava controlada pela contra-subversão. A FRELIMO, procurava ainda consolidar estruturas e zonas controladas, expandir as acções militares e impulsionar os programas de reconstrução nacional.

O esforço português, primeiro defensivo, depois contra-ofensivo, concentrou-se sobre Cabo Delgado. Ao assumir as funções de Comandante-Chefe, Kaúlza de Arriaga inicia a preparação de duas grandes operações, a “Fronteira” e a “Nó Górdio”.

A operação Fronteira, que durou até ao final da guerra, caracterizava-se por um conjunto de medidas militares orientadas para a interdição da faixa da fronteira Norte, mas também por um conjunto de medidas sócio-económicas sobre as populações.

Durante o mês de Maio e Junho de 1970, desenvolveram-se acções preparatórias da grande operação “Nó Górdio”, que Kaúlza de Arriaga considerava, segundo o relatório da própria operação, “(...) a mais importante de todas quantas, até hoje, se realizaram em Moçambique. Importante quanto ao potencial de Combate empregado e importante quanto ao objectivo a atingir (...)”. Esta operação iniciou-se a 1 de Julho e findou a 6 de Agosto. E nela foram empenhados 7 Comandos Operacionais, 7 Companhias de Caçadores, 4 Baterias, 3 Esquadrões, 2 Destacamentos de Fuzileiros, 5 Companhias de Comandos, 4 Companhias Pára-quedistas, 3 Grupos Especiais, 2 Esquadrões de Reconhecimento, 1 Companhia de Morteiros Médios, 3 Baterias de Campanha e 2 Companhias de Engenharia.

O então Comandante-Chefe, em mensagem às forças que iriam participar na operação, especificava-lhes a missão: “(...) Destroçar o In que, armado, pretende dominar a região; libertar as populações escravizadas; restabelecer a ordem e a paz (...)”.

O conceito da operação estava assente numa estratégia de cerco e batida, empregando grandes meios e procurando isolar o planalto dos Macondes para posterior assalto e destruição das bases Gungunhana, Moçambique e Nampula (objectivos A, B e C, respectivamente). Estes objectivos, alcançados a 7, 6 e 15 de Julho, encontravam-se abandonados, situação minimizada pelo Comando português, dado que a operação não fora desencadeada de surpresa. Pelo contrário, o aviso fora claro a todas as populações e guerrilheiros, numa tentativa infrutífera de efectuar a recuperação de ambos com o “mínimo de sangue”.

A apreciação final da situação, feita pelo Comando português, foi a seguinte: desarticulação da FRELIMO; face às destruições provocadas, atemorização pelo potencial e espírito ofensivo das tropas portuguesas; desmoralização pelas carências de toda a ordem; e desprestígio perante as populações, que apresentaram acentuado desequilíbrio psicológico. Concluía o Comando português que a operação atingira todos os objectivos que lhe haviam sido fixados e se projectou muito para além dos mesmos, podendo as Forças deslocar-se para onde, como e quando quisessem.

A operação “Nó Górdio” foi uma grande operação militar, de características eminentemente convencionais, em ambiente subversivo. Apesar de se reclamar que os objectivos

propostos foram atingidos, aquela operação produziu, segundo Silva Cunha, o efeito de um murro num ninho de vespas. Esta actuação, conteste-se ou não a respectiva aplicabilidade em operações em ambiente subversivo, constituiu uma viragem. Depois dela, a FRELIMO esteve em permanente ofensiva.

Enquanto o esforço português, com as operações “Nó Górdio” e “Fronteira” se localizava no Distrito de Cabo Delgado, a FRELIMO reorientava as suas acções com prioridade para o Distrito de Tete e para o avanço em direcção a Sul, mantendo no entanto o esforço suficiente para fixar as forças portuguesas em Cabo Delgado.

Para Silva Cunha, o grande erro do Poder português foi desguarnecer Tete, mantendo uma quadrícula ténue, que permitiu a passagem para Sul do Zambeze. O então Ministro do Ultramar teve conhecimento dessa situação antes do Governador-Geral, através de informações do Bispo de Tete, D. Félix Nisa Ribeiro que, em Lisboa, explicou que foram os catequistas das missões que o informaram. Silva Cunha envia então um telegrama ao Governador-Geral, Arantes e Oliveira, pedindo para dar conhecimento ao Comandante-Chefe.

Nos meses posteriores à operação Nó Górdio, face ao agravar da situação em Tete e à crescente ameaça à barragem, Kaúlza de Arriaga teve de transferir o esforço militar para aquele Distrito, reforçando-o com unidades de intervenção. O Niassa ficou numa situação de economia de meios e Cabo Delgado com o dispositivo de quadrícula/forças de intervenção reduzido.

Apesar de, já na mensagem do Ano Novo de 1968-1969, Eduardo Mondlane, numa pura acção de propaganda, como já se referiu, mencionar para ordem do ano “ (...) Cahora Bassa *delenda est* — Cahora Bassa deve ser destruída (...)”, só em 1971 a FRELIMO orientou o seu esforço decisivamente para Tete, visando a zona da barragem, mas não a sua destruição. Neste ano, inicia-se a operação “Fronteira”, em Cabo Delgado, que pretendia complementar a acção da “Nó Górdio”. Em Tete, o Comando-Chefe insistia junto dos decisores políticos no sentido da construção maciça de aldeamentos e no reforço, em termos tácticos, da segurança da barragem. Neste ano de 1971, o sector F passa a designar-se por Zona Operacional de Tete (ZOT), dividida em três sectores.

Em 1972, a FRELIMO acentua o esforço em Tete, abandonando praticamente as operações no Niassa e em Cabo Delgado, onde a actuação passou a adoptar mais a vertente psicológica.

A lógica impunha que a contra-subversão também acentuasse o esforço militar em Tete. Assim, a 22 de Fevereiro de 1972, Kaúlza de Arriaga atribuiu ao COFI a responsabilidade da segurança do transporte de cargas críticas destinadas às obras de aproveitamento hidroeléctrico de Cahora-Bassa e determinou ao Estado-Maior daquele Comando que, em coordenação com os

elementos militares e civis adequados, iniciasse os estudos necessários à execução daquela missão.

Considerando que a segurança de transporte de cargas críticas para a barragem era de importância fundamental para a realização da obra nos prazos previstos, o Comando-Chefe, a 18 de Abril de 1972, difundiu a Directiva de Planeamento Operacional N.º 06/72, onde foram definidas as missões específicas do COFI, da RMM, da 3.ª RA, do CTC e da ZOT relativas à segurança dos transportes daquele tipo de cargas para a barragem. Em 26 de Julho de 1972, por despacho de Kaulza de Arriaga, foi criado o “Comando da Segurança do Transporte de Cargas Críticas”, atribuindo a correspondente dependência administrativa e logística ao Comando da Região Militar e a operacional ao Comando-Chefe. Neste despacho ficou ainda definido que este Comando tinha por missão planear, coordenar e garantir a segurança do transporte dos materiais considerados críticos destinados à barragem, no sentido da inviolabilidade da mesma, bem como dos acessos e das referidas cargas.

A FRELIMO progredia nos Distritos menos desenvolvidos economicamente, pelo que a guerra não afectava directamente nada de significativo. Para a FRELIMO era assim forçoso alargar a guerra à região central, procurando afectar a Zambézia, Manica e Sofala. Tete seria a ponte para essa penetração. A FRELIMO acreditava que a maior densidade de população nestes Distritos facilitaria a expansão subversiva. O primeiro ataque a Manica e Sofala foi lançado a 25 de Julho de 1972 por uma unidade sob o comando de Fernando Matavele. Nesta frente, e nos Distritos da Beira e de Vila Pery, a organização era baseada em “focos”.

Em termos militares, a grande ameaça da FRELIMO foi a passagem para Sul do Zambeze, facto inicialmente pouco relevante para o Poder português, mas preocupante para a Rodésia. Para Portugal, o perigo da passagem residia na aproximação à Beira. A partir daí foi difícil travar a progressão das actuações armadas da FRELIMO, porque não havia forças militares. O esforço estava concentrado, e não houve tempo de trabalhar de forma adequada as populações e fazer um “muro”, como no rio Messalo, com a população Macua. Fizeram-se esforços de aldeamento muito grandes, conseguiu-se ainda recuperar muita população, mas não foi com a mesma consistência que a Norte, tanto mais que não havia a mesma tensão étnica entre Macuas e Macondes.

No estado pré-insurreccional da evolução subversiva, em teoria, a luta contra-subversiva deve abranger medidas psico-sociais, policiais e outras da competência das autoridades civis, pese embora o apoio das Forças Armadas, nomeadamente através de medidas preventivas desenvolvidas pelos respectivos comandos.

Em Moçambique, o Comando-Chefe — ciente da teoria e que na região controlada pelo CTC se podiam diferenciar quatro áreas de sensibilidade política, económica e psicológica (região do planalto de Chimoio, o Parque Nacional da Gorongosa, a região Dondo-Beira e a região Sena-Vila), e ainda das necessidades decorrentes da construção de Cahora Bassa — procurou neutralizar a expansão subversiva pelo isolamento da zona envolvente do complexo hidroeléctrico, aniquilando, reduzindo ou, no mínimo, expulsando a FRELIMO e impedindo o reforço desta. Especificamente, procurou garantir a segurança do complexo Dondo-Beira e a segurança de circulação e do transporte das cargas críticas para a barragem, nunca descurando a promoção social e económica das populações sob seu controlo, impulsionando o reordenamento dos mesmos. Quanto à ZOT, onde as áreas fundamentais de defesa eram o istmo e a região da barragem, especificava-se o controlo da albufeira, impedindo o apoio aos elementos de Vila Pery e Beira, garantindo os objectivos económicos e os eixos de comunicação.

Em 1973, o dispositivo do Exército na ZIN volta a ser dividido apenas em 4 sectores, sendo extinto o sector E. Mantém-se, contudo, um efectivo de 17 unidades, tipo Batalhão. Em Julho de 1973, em Tete, foi ainda criado, um comando específico, o Comando Operacional da Defesa de Cahora Bassa (CODCB). Mas o agravar da situação a Norte do CTC leva, por um lado, à criação do Comando Geral dos Grupos Especiais (CGGE) e, por outro, à deslocação do COFI para esta zona, tendo o seu comando na localidade de Guro. E, para fazer face aos avanços para Sul, é ainda estabelecido um novo sector em Vila Gouveia, sendo estacionados um Batalhão em Paiva de Andrade e outro em Inhaminga.

Pela Directiva Operacional 10/73 do Comando-Chefe, de Julho desse ano, o Dispositivo da ZOT, de forma a fazer frente à situação, foi novamente alterado, passando a contar com: Sector F constituído por Comando em Tete, onde tinha um comando de Batalhão de Caçadores ou equivalente, outro Batalhão em Changar e em Caldas Chavier ou equivalente; o Sector H, com o comando em Furancungo, onde tinha também um comando de Batalhão de Caçadores ou equivalente, outro em Sabondo; o Comando Operacional da Defesa de Cahora Bassa, com sede em Estima, com um Batalhão de Caçadores em Fingoé ou equivalente e outro na Chicoa. A ZOT contava ainda com 5 unidades tipo Companhia de Caçadores para intervenção e 25 Grupos Especiais, e 3 unidades tipo Companhia para apoio de combate.

Estes foram o dispositivo e a situação encontrados pelo General Basto Machado, que substituiu Kaulza de Arriaga em Agosto de 1973. Globalmente o novo Comandante-Chefe, tencionava exercer a interdição de fronteiras, reduzir a implantação da subversão, aniquilando o inimigo e destruindo os seus meios de subsistência, impedir a sua expansão a Sul, garantir a segurança dos trabalhos de engenharia em curso e apoiar o reordenamento das populações.

Especificamente, quanto a Cabo Delgado, procurava proteger a operação "Fronteira" e garantir a segurança das localidades de Mueda, Mocímboa da Praia e de Porto Amélia. Em Tete, e a Sul dos rios Luenha e Zambeze, considerava prioritário garantir a segurança da construção da linha de transporte de energia de Cahora-Bassa, bem como a segurança do transporte das cargas críticas para a barragem.

O esforço frelimista em direcção à Beira desferiu golpes severos ao Poder português e semeou o pânico junto das populações brancas, convencendo-as de que a vitória já não era possível, perante a determinação e a capacidade político-militar da FRELIMO. Silva Cunha, já então Ministro da Defesa, procurando avaliar e encontrar uma solução para o problema, envia ainda o General Costa Gomes, então CEMGFA, a Moçambique, sugerindo ainda a instalação de uma antena do Comando-Chefe na Beira. Porém, os Generais Costa Gomes e Basto Machado, depois de avaliarem a situação, não concordaram com aquela sugestão.

Em 1974, o dispositivo do Exército Português no território perfazia um total de 31 Batalhões, 128 Companhias tipo caçadores, 1 Batalhão de Comandos, 1 Grupo de Artilharia, 3 Esquadrões de Cavalaria, 81 Grupos Especiais, 12 Grupos Especiais Paraquedistas, 5 Companhias de Polícia Militar e 1 Companhia de Morteiros. De Engenharia existia 1 Agrupamento, 1 Batalhão, 7 Companhias e 2 Destacamentos.

Em Janeiro de 1974, tendo em consideração a situação a Sul dos rios Luenha, Zambeze e nomeadamente a Sul do rio Pungué, e os previsíveis objectivos a alcançar pela FRELIMO, tornava-se imperioso o reforço do Comando Territorial Sul, pelo que se procedeu aí a uma remodelação do dispositivo das forças e ao reforço com treze grupos de instrução, considerados disponíveis. Contudo, no mesmo mês, as orientações para a actividade operacional de Fevereiro são precisamente idênticas às de Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior. Mas, face ao agravar da situação na região de Inhamitanga, visando o corte dos caminhos-de-ferro, tornava-se indispensável "eliminar" a FRELIMO nessa área, sendo reforçado o subsector daquela localidade.

A área afectada em Cabo Delgado estendia-se da fronteira Norte até à estrada Balama-Montepuez-Ancuabe e desde a linha geral Negomano-Balama até à costa do Índico. Aqui a FRELIMO exercia intensa acção de aliciamento sobre as populações africanas, elementos das forças policiais, organizações militarizadas e corpos administrativos. Procurava beneficiar do seu apoio, nomeadamente no que dizia respeito a informações, fornecimento de meios de subsistência e desgaste das estruturas contra-subversivas.

No Niassa, onde continuava a carência de estruturas de contra-subversão, a FRELIMO possuía algumas áreas óptimas para refúgio, como a Serra Jéci e os planaltos de Miandica,

Chiconono e Chipamulo. A área afectada pela subversão estendia-se pela fronteira Oeste e Norte até à linha geral Catur-Malapsia-rio Lugenda-Meridiano de Candulo.

Em Tete, onde a subversão violenta afectava todo o Distrito (excepto a Angónia e a região Doa-Mutarara), além da actuação sistemática sobre as populações, a FRELIMO procurava dificultar a conclusão da barragem e a exploração de infra-estruturas económicas já implantadas. A sua actividade caracterizava-se pela reacção à actuação das Forças Armadas, pela flagelação e ataques a estacionamentos, acções sobre meios aéreos e forças em operações. Em simultâneo, actuava sobre as populações. Não só o aliciamento, mas as acções violentas desempenhavam, aqui também, papel de destaque, pois dificultavam as condições de vida e descreditavam a protecção concedida pelas Forças Armadas Portuguesas, provocando o desequilíbrio psicológico das populações que mantinha sob controlo. Além do mais, evitava também que se apresentassem às autoridades.

Ainda em Janeiro de 1974, a FRELIMO actuava já nos Distritos da Beira e de Vila Pery, reagindo à actividade das Forças Armadas com as já tradicionais flagelações e acções sobre vias de comunicação, criando graves problemas políticos, económicos e mesmo psicológicos junto das populações. A zona afectada era limitada a Sul e a Leste pela envolvente Machipanda-Inchope-Muanza-Vila Fontes. A subversão não se manifestava sob forma violenta nos Distritos de Nampula, Ilha, Inhambane, Gaza e Lourenço Marques, embora se tivessem referenciado acções de aliciamento e, por vezes, de agitação.

A Directiva contra-subversiva “Rumo Norte” definia como missão do Comando-Chefe eliminar as ameaças subversivas existentes ou prováveis, desenvolvendo-se a manobra em colaboração com as Autoridades Administrativas, forças policiais e organizações militarizadas. Esta manobra definia um adensar do dispositivo em faixas de contenção e, em simultâneo, a actuação ofensiva, de forma a reduzir, sistematicamente, as áreas afectadas, de preferência actuando de Sul para Norte, no Niassa, Cabo Delgado e Vila Pery, de Sudeste para Noroeste, no Distrito da Beira, e de Leste para Oeste, em Tete. Esta tarefa seria realizada em sintonia com o reordenamento das populações.

Pensamos que por Samora Machel ser apologista da luta em zonas rurais (onde o inimigo era fraco, o que conduzia à libertação de determinadas áreas até à instauração do Poder Popular), explica o porquê da FRELIMO nunca atacar, directamente, as grandes cidades. Além do mais, tal não fazia parte dos seus planos. No entanto, o Comando-Chefe tinha prevista a defesa dos grandes centros urbanos, através da difusão de várias directivas, pois naquelas áreas as condições de proliferação subversiva eram propícias; contudo, não se verificara nenhuma acção violenta. A

defesa estava assim preventivamente organizada, procurando evitar a criação do ambiente subversivo e o recurso à repressão armada.

O facto de a FRELIMO não desencadear ataques armados não a impedia (apesar de não implantada significativamente em Lourenço Marques) de procurar intensificar as acções subversivas, verificando-se alguma intranquilidade nas populações nativas. Esta situação procurava ser o detonador para posterior actuação/exploração jornalística dos correspondentes e representantes diplomáticos e consulares ali estacionados.

Nas operações militares que decorreram em Moçambique entre 1964 e 1974, segundo dados do Estado-Maior do Exército, morreram em combate 1481 militares, sendo 454 de recrutamento local e 1027 de recrutamento da Metrópole, num total de 2893 mortos.

2.2.3 O recrutamento e a localização de efectivos

Com o prolongar e alastrar da guerra e a consequente utilização de militares em actividades sócio-económicas, a necessidade de efectivos, logo de recrutamento, aumentou. Mas, com aquelas necessidades, aumentaram também as atitudes de desesperança que se manifestavam de diversas formas, como a emigração, a deserção e a diminuição do número de candidatos às escolas de formação de oficiais, numa altura em que as facilidades de acesso tinham em consideração as necessidades superiores. Assim, o recrutamento na Metrópole reflectia cada vez mais a falta de entusiasmo para a guerra. Os contingentes recrutados na Metrópole iam diminuindo todos os anos. O ser “Oficial” deixara de ser aliciante, sintoma do abandono a que a juventude estava a votar o Regime saído da revolução de 1926.

Contrariamente à FRELIMO, que se deparava com dificuldades de recrutamento (a isso se referindo a rádio Tanzânia), o Poder português nunca teve essa dificuldade no território de Moçambique. A dificuldade existia na Metrópole, onde os meios universitários, afectados por várias organizações políticas contrárias ao Regime, com realce para o Partido Comunista, se mostravam adversos à política africana. A intensa Acção Psicológica, com a finalidade de empolar as dúvidas entre as classes de jovens, normalmente universitários, era também ela justificada como promovida pelo exterior. As manifestações de protesto estudantis iniciadas em 1962 tiveram o seu auge em 17 de Abril de 1968.

Sucedia que as Unidades eram inundadas todos os anos por jovens recém-formados ou que ainda frequentavam o ensino superior. Este fluxo influenciava as mentalidades nas Forças Armadas. E não esqueçamos que o tipo de recrutamento efectuado para os quadros de complemento das Forças Armadas Portuguesas partia do princípio de que a matrícula na

Universidade era o referencial para o oficialato miliciano, situação que veio a abrir as fileiras à acção subversiva desenvolvida nos meios académicos. Em virtude do esgotamento e da saturação internos, os quadros deparavam-se com a apatia e o imobilismo das estruturas superiores para resolver as situações. Uma outra situação tradicionalmente apontada para a mutação de mentalidades nos quadros permanentes foi a profunda alteração no recrutamento social dos Cadetes da Escola do Exército/Academia Militar a partir da Segunda Guerra Mundial; houve um incentivo ao ingresso na carreira militar a classes economicamente menos favorecidas.

Quanto à carência de “Oficiais do Quadro Permanente”, procurou-se solucionar o problema, sem resultados significativos, com a criação de quadros especiais e de passagens efémeras pela Academia Militar, iniciando-se, assim, a divergência entre *puros* e *espúrios*.

Estes quadros especiais pouco resolveram, no tocante à carência de oficiais. Os Batalhões partiam para África só com três ou quatro oficiais do Quadro Permanente, oriundos da Academia Militar, sendo quase todos os capitães oficiais milicianos. No Batalhão de Artilharia 2898, aquartelado em Valadim, no Niassa, entre Outubro de 1969 e de 1971, os únicos oficiais provenientes da Academia Militar eram o Major Comandante, o Adjunto e dois Comandantes de Companhia.

Uma das medidas adoptadas para minimizar o problema foi a extensão do serviço militar obrigatório de dois para quatro anos, e a outra foi a localização dos efectivos.

Para Marcello Caetano, o Comando terá ainda optado pela “localização” das forças, quer por não pretender dar à luta um cariz rácico, quer pela melhor adaptabilidade do autóctone ao meio, quer ainda pela impossibilidade de satisfazer as contínuas solicitações de reforço de efectivos, feitas insistentemente pelos comandos.

De acordo com Silva Cunha – de forma a não afectar o desenvolvimento económico da metrópole, necessário para manter a política de promoção social das populações e de sustento do esforço de guerra, observando o princípio de não chamar às fileiras classes na situação de disponibilidade –, foram definidas directivas para intensificar o recrutamento ao nível provincial. Esta medida de localização do recrutamento tinha já tradições em Portugal. Lembremo-nos da preferência do seu emprego por Mouzinho de Albuquerque, nas campanhas para o controlo do vale do Zambeze e a sua utilização durante a I Guerra Mundial.

Em Moçambique, segundo dados do Exército, quando do início da guerra, em 1964, o recrutamento local representava 43,9% de um efectivo de 18.049 homens, ou seja 7.917 homens. Em 1973, este número aumentou para 53,6% de 51.463, no total de efectivos, perfazendo 27.572 homens.

Esta alteração, que alargou a fonte de recrutamento, antes preferencialmente metropolitano, reduziu as despesas, conseguiu uma sustentabilidade em tempo quase infinita e manteve o conflito sob controlo e em baixa intensidade. A localização dos quadros das forças armadas servia também a Lisboa de arma preciosa para o reforço da legitimidade política necessária para ganhar a guerra e apoiar a sua propaganda de que esta não tinha carácter racial. Além do mais, para o General Júlio de Oliveira “(...) destes indivíduos, talvez se pudesse dizer com mais propriedade que lutavam pela terra deles (...)”.

Nestas tropas de recrutamento local, de acordo com a Comissão de Estudos das Campanhas de África, “(...) deve assinalar-se o esforço notável feito no sentido de se abolir, na realidade da vida diária do serviço, qualquer espécie de diferenciação que pudesse ainda existir, de facto, entre elas e as europeias. Neste aspecto, deve ser citada uma medida de relevante efeito psicológico: a intensificação e alargamento em todos os escalões da miscegenação das unidades com europeus e africanos (...)”. Assim, nos territórios africanos, formaram-se unidades quase só constituídas por naturais, recrutados e instruídos no local, e, posteriormente, graduados como oficiais, sargentos e praças. Em Moçambique, destacaram-se os Grupos Especiais (GE), recrutados entre voluntários que emanavam da população de uma zona étnica específica e, após a instrução militar, regressavam ao seu chão de origem, em missões caracteristicamente de contra-guerrilha, de flagelação e de redução do inimigo, tirando o máximo partido da sua adaptação natural ao meio e do profundo conhecimento do terreno e das populações. Em Abril de 1974, o seu efectivo estimava-se em cinco mil homens. Os Grupos Especiais Pára-quedistas (GEP) tinham recrutamento e actuação ao nível provincial, essencialmente em missões de redução do inimigo, mentalização, enquadramento e controlo das populações.

Estas tropas integraram-se perfeitamente nas Forças Armadas Portuguesas e lutavam com grande empenho contra a FRELIMO, pois não só tinham um emprego relativamente bem remunerado, com todas as regalias inerentes à condição militar, como, além do mais, acreditavam na vitória portuguesa.

À semelhança de campanhas anteriores, organizaram-se e prepararam-se unidades de “segunda linha”, não integradas na orgânica geral das Forças Armadas, com funções de guia, auxiliares, milícia civil e grupos de defesa de aldeamentos. Estas tropas irregulares, como as de Daniel Roxo, na dependência directa dos “Governadores de Distrito”, foram uma medida vantajosa, dado que libertavam daquelas tarefas as Forças Armadas e forçavam a um empenhamento das autoridades civis das zonas afectadas.

Em Moçambique, existiam as milícias de intervenção (depois Guardas Rurais), com a missão de combater o terrorismo e a subversão, “(...) quer pela perseguição activa tendente à

destruição de bandos In e detenção de elementos subversivos, quer pela defesa dos aldeamentos, recuperação de populações sob domínio In e a reconstrução económica das regiões afectadas pela acção terrorista (...)”, e as milícias de protecção (depois milícias), que constituíam um corpo militar de “segunda linha”, com a missão principal de autodefesa das populações da área administrativa a que pertenciam, preservando a manutenção da ordem instituída. Destas, destacamos a autodefesa na região de Mecanhelas, da iniciativa de Jorge Jardim, com o apoio do Comando-Chefe. Com as milícias, pretendia-se conferir às autoridades tradicionais um meio relativamente eficaz de policiar a periferia e o interior dos agregados populacionais a seu cargo. Estas estariam, assim, mais capazes de fornecer dados concretos às autoridades administrativas sobre as evoluções verificadas naqueles agregados por si controlados.

Para além das tropas de recrutamento local e das milícias, criou-se ainda a “Organização Provincial de Voluntários de Defesa Civil” (OPVDC), dependente do comandante militar, que apenas ganhou importância em Angola.

2.3 A manobra psicológica

De acordo com o terceiro volume do Regulamento de Guerra Subversiva português, entende-se por Acção Psicológica “(...) a acção que consiste na aplicação de um conjunto de diversas medidas, devidamente coordenadas, destinadas a influenciar as opiniões, sentimentos, as crenças e, portanto, as atitudes e o comportamento dos meios amigos, neutros e adversos, com a finalidade de: fortificar a determinação e o espírito combativo dos meios amigos; atrair a simpatia activa dos meios neutros; esclarecer a opinião de uns e de outros, e contrariar a influência adversa sobre eles; modificar a actividade dos meios adversos num sentido favorável aos objectivos a alcançar (...)”.

Estas medidas podem ser aplicadas para obter o apoio da população quer sobre as próprias forças quer ainda sobre as do adversário. Tanto as Forças Armadas Portuguesas como a FRELIMO utilizaram a arma psicológica, sendo conduzida através da propaganda, da contrapropaganda e da informação, visando a primeira a imposição sobre a opinião pública de certas ideias e doutrinas e procurando a segunda neutralizar a propaganda adversa. A informação pretendia esclarecer, fornecendo elementos aos indivíduos para melhor fundamentarem a sua opinião. Os processos utilizados foram variados, desde a técnica de panfleto ao uso dos modernos meios de comunicação social.

A manobra psicológica para potenciar os seus efeitos deve ser acompanhada de uma manobra sócio-económica de apoio, devidamente explorada através das diversas técnicas.

2.3.1 A manobra psicológica desenvolvida pelo Poder português

Uma das manobras da resposta possível dada pelo Poder português ao desafio colocado pela FRELIMO consistiu numa intensa manobra psicológica com a finalidade de separar as populações da guerrilha, desmoralizar o adversário e fomentar as apresentações. Podendo apenas exercer-se por si, foi utilizada como complemento ou adjuvante de qualquer das outras manobras.

Face a um contexto internacional tão adverso e à diversidade de instrumentos e métodos utilizados pelos movimentos independentistas para desenvolverem a sua Acção Psicológica, as dificuldades em vencer eram enormes para Portugal. Quando a guerra eclodiu, faltavam ainda, mesmo a nível militar, as estruturas de Acção Psicológica, pois, anteriormente, era habitual atribuir essas responsabilidades à 2.^a Repartição dos Quartéis-Generais (QG). Só em 1963 viria a ser criada a subsecção de Acção Psicológica, integrada na Secção de Contra Informação, individualizada em Julho de 1965 em Secção de Acção Psicológica.

Apesar da falta de estruturas e de um plano concertado para actuar àquele nível, algumas medidas foram tomadas com vista a atingir a população de origem europeia e a população autóctone. Destaca-se o labor legislativo do Governo Central e do Provincial.

A nível do Governo Central inscreve-se a Lei Orgânica do Ultramar Português e a criação em 1970 de uma Comissão Interministerial, com o objectivo de planear e coordenar a Acção Psicológica e a actividade dos diversos ministérios interessados. Esta Comissão só três anos depois promulga a Directiva n.º 1/73, subintitulada “Guerra Psicológica em Angola e Moçambique, 1973”, que estabelecia para os Estados de Angola e Moçambique as missões de informação pública, propaganda, contra-propaganda, informação psicológica e missão de formação técnica.

A partir da difusão desta Directiva n.º 1/73, era depois elaborada nos territórios uma directiva local, que abrangia civis e militares. Daqui, a nível militar, eram emanadas directivas em todos os escalões, que se desdobrariam em planos de acção trimestrais. No entanto, apesar do esforço, meio ano depois ainda se mencionava, em Directivas do Comando-Chefe de Moçambique, a necessidade de se desenvolver uma Acção Psicológica em colaboração com as autoridades administrativas, com vista essencialmente a uma maior consciencialização e determinação das Forças Armadas, quer em benefício da actividade operacional, quer em

proveito dos programas governamentais de reordenamento, progresso sócio-económico e segurança das populações presentes. Era ainda referida, expressamente, a necessidade desta coordenação civil/militar, de forma a desmoralizar os elementos da subversão e da população por eles controlada e a que se efectuasse a sua apresentação, neutralização da propaganda e exploração de apresentados, capturados e libertados do controlo da FRELIMO, através da difusão sonora aérea, promovendo a cisão FRELIMO/população.

No fundo, nunca se passou de actividades dispersas de alguns órgãos e entidades tanto civis como militares, porém com impacto nítido no campo da Acção Psicológica. Mas o facto de não existir uma coordenação nos diversos níveis não impediu que, com os meios disponíveis, tivessem sido publicados regulamentos específicos e outras instruções ministradas nos cursos de formação de especialistas, estágios e palestras. Em todos os Teatros se promoveu a criação de jornais da Unidade e jornais de parede. Foram criados os centros informativos, promoveram-se palestras, apresentaram-se fotografias, filmes e publicações diversas, dísticos e cartazes. A nível do Estado-Maior do Exército, salientamos o Boletim de Informação e os folhetos da colecção “Soldado! Coisas importantes que deves saber” e da RMM, a publicação semanal do boletim “Do Comandante ao Combatente”.

No caso específico de Moçambique, embora fossem registados progressos, assinala-se que, devido à extensão do território e à intensificação das actuações militares, muito haveria que aperfeiçoar.

Em 1965, a actuação conduzida pela RMM foi orientada sobretudo para neutralizar a propaganda da FRELIMO. A rentabilidade desta acção, de acordo com a análise de documentação oficial, foi afectada pela falta de orientação e coordenação, a nível do território, de todos os órgãos com possibilidades de participarem naquela actividade, não só pela já tradicional falta de verbas e pessoal especializado, mas ainda pela falta de continuidade e de generalização das acções desenvolvidas.

No último trimestre de 1969 ainda se sentia a falta de unidade de doutrina e uma ausência de directivas comuns civis-militares que definissem, com precisão, as responsabilidades de Acção Psicológica sobre as populações.

Em finais de 1970, encontrava-se já em funcionamento o Gabinete Provincial de Acção Psicológica, que dispunha, praticamente, só de pessoal militar. Apesar da incipiente organização, a sua utilidade fora posta à prova em diversos trabalhos, nomeadamente na exploração psicológica da apresentação do Régulo Manuel Catur e do dirigente da FRELIMO, Miguel Murupa. Esta coordenação, no entanto, não era sistemática. Nos Distritos do território, exceptuando o de Moçambique, o pessoal militar e civil não se dedicava em exclusivo à Acção

Psicológica sobre as populações, daí que os resultados esperados de um Gabinete, que só reunia esporadicamente, não pudessem ser proveitosos, inviabilizando qualquer resposta às actividades subversivas.

Em Tete e no Niassa, o Gabinete foi prontamente organizado. Em Nampula, funcionava apenas com militares e, nos restantes Distritos, ainda não estavam constituídos, verificando-se assinalável diferença no impulso da Acção Psicológica; todavia, conseguiu-se iniciar a distribuição às autoridades administrativas de documentação de Acção Psicológica pré-planeada para as populações presentes.

A publicação da Directiva Geral de Acção Psicológica Civil-Militar N.º 1/71, difundida em simultâneo pelo Governo-Geral e pelo Comando-Chefe, e da Directiva Particular, para a defesa psicológica de Tete, constituiriam o complemento doutrinário das Normas de Execução Permanente (NEP) de Acção Psicológica do Comando-Chefe e das fichas de instrução. Todavia, apesar dos progressos verificados, havia ainda casos de falta de mentalização, que, por vezes, impediam a aplicação judiciosa da doutrina estabelecida.

A Acção Psicológica desenvolvida pelas autoridades civis

Da Acção Psicológica desenvolvida pelas autoridades civis, destaca-se a actividade do Gabinete de Informação e Formação da Opinião Pública (GIFOP), criado em Janeiro de 1967. Este Gabinete visava estudar e determinar os métodos e sistemas de propaganda e contra-propaganda, com vista ao accionamento de informação e formação da opinião pública no sector contra-subversivo. O órgão distrital, a Comissão de Coordenação de Acção Psicológica (COCAP), que integrava Forças Armadas, Serviço de Coordenação e Centralização de Informações de Moçambique (SCCIM), PIDE e serviços públicos, foi apenas criado em meados de 1968. Foram desenvolvidas diversas actividades de informação e de contra-propaganda, com a finalidade de atingir os vários grupos humanos no território de Moçambique e nos países limítrofes e, ainda na opinião pública internacional. Em paralelo, a Rádio Voz de Moçambique transmitia programas em línguas nativas. Porém, dadas as limitações dos emissores de que resultava uma deficiente cobertura do território e das zonas fronteiras, a nova estrutura terá conduzido a resultados pouco proveitosos para a Administração. Destacamos ainda o papel da RTP, com o envio de equipas de reportagem para obter gravações de mensagens dos soldados.

Por Directiva do GIFOP, de 27 de Março de 1967, dava-se início à operação psicológica Alfa, envolvendo pela primeira vez, em simultâneo, as autoridades administrativas, as Forças Armadas e Militarizadas, a imprensa, a rádio e elementos da população devidamente

seleccionados e preparados. Esta operação visava a rendição ou abandono da luta por parte dos elementos da FRELIMO e incitava as populações fugidas a apresentarem-se às autoridades. Todavia, devido a uma coordenação menos eficaz com as autoridades administrativas, não foi possível explorar convenientemente os resultados obtidos.

A Acção Psicológica na aliança Alcora

A Acção Psicológica era também encarada ao nível da aliança Alcora. A ameaça psicológica aos países-membros era detalhadamente analisada, disso sendo demonstrativo o documento “Ameaça Psicológica Alcora”, classificado de Muito Secreto. Esta ameaça resultava da existência de “componentes”³ adversos aos princípios, objectivos e fins que orientavam a política Alcora. A nível interno era especificada a necessidade de se manter a situação psicológica das Forças Armadas e das populações e, se possível, melhorá-la, procurando ainda desacreditar a campanha psicológica adversa aos territórios. A nível externo, definia-se uma actuação coordenada sobre a opinião pública mundial. Assim, pretendia-se desenvolver uma “operação verdade” na Europa Ocidental, no intuito de através do esclarecimento de informação e de contra-propaganda, incentivar o esforço de conquista dos mais receptivos, visando sobretudo as elites desses países e, em especial, os alunos das escolas de jornalismo, diplomática e militares. No continente africano projectava-se actuar sobre os países “moderados”.

Nesta publicação destacamos ainda a Acção Psicológica desenvolvida pelo Poder português em Moçambique sobre as populações e sobre as Forças Armadas.

Acção Psicológica sobre as populações africanas

O primeiro plano de Acção psicológica da RMM relativo à actuação sobre as populações africanas surge em 1964; todavia, uma visão da etnicidade estratégica só vai ser impulsionada a partir de 1965 com o relatório de Ferraz de Freitas, “A conquista da adesão das populações”.

As populações fortemente pressionadas pelas acções militares e psicológicas, vivendo em clima de insegurança permanente e passando grandes privações, entraram num estado de desequilíbrio psicológico, susceptível de conduzir ao dissociar do binómio população-guerrilha, nomeadamente quando este processo se encontrava em fase inicial. Aquelas que se encontravam

³ Por componentes entendia-se o país, grupo de países ou organizações com afinidades políticas, ideológicas e económicas, sendo considerados a Europa Ocidental e Oriental, os componentes americano, asiático, africano e da australásia, as organizações internacionais e os movimentos internos subversivos.

refugiadas nas matas, segundo um relatório da RMM, acusavam cansaço da guerra, saturação da vida no mato e descrença nas promessas da FRELIMO, sendo no entanto as suas apresentações em número considerado de pouco expressivo.

Em Cabo Delgado, apesar das restrições aos movimentos dos cerca de 100 mil indivíduos controlados pela FRELIMO, continuavam a registar-se apresentações em número que era interpretado como uma tendência com significado. Contudo, verificava-se em simultâneo fugas de aldeamentos, em grande parte atribuídas à falta de condições dos mesmos, tendo no entanto a FRELIMO dificuldades de progressão para Sul, face à resistência oferecida pelos Macuas-Metos.

No Niassa, continuavam a verificar-se apresentações em número significativo, mas de populações vindas do Malawi e da Tanzânia. Naquele Distrito, as populações, colaboravam com as autoridades ou pelo menos não colaboravam com a FRELIMO.

Em Tete, a generalidade da população encontrava-se numa constante instabilidade psicológica, alternando-se as apresentações com fugas, surgindo resistência à construção de aldeamentos e ao seu apoio, mostrando algumas populações comprometimento ou colaboração com as autoridades. As apresentações podiam ser devidas às melhorias em alguns dos aldeamentos, factor que, aliado à actuação desenvolvida, constituía motivo de atracção para a população, atingindo-se, no 1.º trimestre de 1971, as 2000 apresentações. Segundo fontes militares portuguesas, as populações aldeadas deste Distrito davam provas (forma de reagir aos ataques), desde que garantida protecção eficaz, de preferirem o controlo do Poder português ao da FRELIMO, especificando essa mesma fonte, a espontaneidade com que um avultado número de elementos da população se oferecia para constituir GE e o entusiasmo contagiante pela autodefesa.

No Distrito de Vila Pery as populações revelavam neste período (1971) alguma inquietação. Em Gaza, verificava-se alguma contaminação subversiva, assim como em Lourenço Marques. Mas salientamos as acções de propaganda desenvolvidas na Universidade daquela cidade, onde a campanha era escutada e alastrava entre alguns professores e alunos, sendo difundidos documentos iguais aos que circulavam na Metrópole e mesmo afixados cartazes nas instalações.

Na área dos Macondes, no primeiro trimestre de 1971, era evidente uma progressiva deterioração da situação. A subversão continuava a progredir em Tete, e registavam-se sinais de agitação entre as “massas negras” em Lourenço Marques, Gaza e Inhambane. A preocupação psicológica do Comando-Chefe era sobretudo dirigida para as regiões em que a subversão se encontrava na fase de agitação, a fase de maior intensidade de actuação por propaganda, coacção e instabilidade. Aquele Comando acreditava também que a atitude de adesão das populações ao

controlo da FRELIMO era mais causada pelo medo do que resultante de uma adesão espontânea, sendo assim passível de recuperação. Esta opinião era sustentada pelo elevado número de autoridades tradicionais vítimas de morte.

Acção Psicológica sobre a população europeia

Quanto à população de origem europeia, esta nunca foi um objectivo consistente; a actuação psicológica sobre ela, pelo menos durante a maior parte da duração do conflito, segundo a Comissão de Estudos das Campanhas de África, parece ter sido insuficiente e de efeitos reduzidos. A actuação sobre aquela população visava mais o sector da informação pública e da propaganda do que o da Acção Psicológica. Neste âmbito, é de assinalar, pelo grande impacto que tinham sobre a opinião pública, as comemorações do “Dia da Raça”, onde eram entregues em cerimónia pública medalhas aos militares e ex-militares, bem como a transladação dos corpos dos combatentes para a sua terra de origem e as transmissões televisivas de boas-festas a partir dos diferentes Teatros de Operações.

Com o decorrer da guerra, apesar do muito esforço feito, os mecanismos de accionamento e/ou opinião que utilizavam censura improficua, propaganda predominantemente “branca” no terreno e Acção Psicológica de tutela dividida (para populações controladas e para não controladas), segundo Amaro Monteiro, levaram a que a informação pública respeitante à guerra, que inicialmente, ocorreu com desfasamento, passasse a ser exercida com restrições. Com o arrastar da guerra, a tendência viria a ser acreditar noutras fontes que não as governamentais, pelo que, como é óbvio, quer o quinta-columismo quer a subversão extraíram os seus dividendos para accionamento psicológico.

Grande impacto sobre a opinião pública nacional e internacional iria exercer a viagem efectuada pelo então Presidente do Conselho, Marcello Caetano, em Abril de 1969, às capitais dos territórios. Em Moçambique, Caetano especificava que a unidade nacional não prescindia das variedades regionais e da importância do governo local, afirmando o estilo de humanidade portuguesa, sem barreiras raciais, sendo todos os que nasceram sob a mesma bandeira unicamente portugueses, portugueses iguais à face da Pátria e da lei.

O Relatório de Acção Psicológica N.º 4/69 é explícito quanto ao comportamento das populações brancas residentes em Moçambique, que continuavam a revelar “(...) inconsciência, face à situação da Província (...)”. Aquelas populações, apegadas a expectativas e desconhecendo como enfrentar o fenómeno, deixavam-se conduzir pelo boato, propagavam-no, assumiam comportamentos derrotistas e diziam mal do Exército. Contudo, de acordo com o mesmo

relatório, reagiam favoravelmente sempre que se promovia a aproximação e se estimulava um entendimento. Esta opinião é corroborada pelo próprio General Kaúlza de Arriaga. Mas esta situação era favorecida não só pela forma como a informação pública era conduzida, mas também pelas intervenções optimistas como a que General fizera a 19 de Março de 1971 na RTP, através da qual informou como decorriam as operações, provocando grande impacto psicológico na opinião pública. Kaúlza de Arriaga, apesar de referir alguns condicionamentos em tom optimista, proclamava a vitória quase certa da guerra em Moçambique, transparecendo para o povo a imagem de uma paz próxima.

Com o aproximar de acções militares da cidade da Beira, a consciência da situação emergia, gerando-se o pânico, e a revolta crescente era já assumida publicamente contra os militares que não estavam a fazer a guerra e que se encontravam colocados nos grande centros populacionais distantes das frentes de combate.

Acção Psicológica sobre as Forças Armadas e em proveito das operações

Sobre as suas tropas o Poder português exerceu também importante esforço, procurando manter e fortalecer o moral dos combatentes. A Acção Psicológica sobre estes desenvolveu-se através da realização de sessões de esclarecimento, jornais de parede e de unidade, cartazes, programas de rádio e símbolos heráldicos, entre outros.

Houve também acções por parte da sociedade civil que contribuíam para o êxito daquela actuação sobre as Forças Armadas, como foi o caso das visitas de artistas, figuras públicas e altas entidades, destacando-se a actuação do Movimento Nacional Feminino e da Cruz Vermelha Portuguesa, que funcionavam como factor de elevação do moral dos combatentes, através de acções como a promoção do Natal do Soldado e das madrinhas de guerra, a visita aos feridos e a oferta de lembranças, entre outras. Marcello Caetano é, contudo, um severo crítico de toda a actuação psicológica do Exército sobre as suas próprias forças. Segundo ele, este pouco ou nada fazia para mentalizar os seus homens e motivá-los, de modo a emprestar-lhes combatividade; em geral, e sobretudo nos últimos tempos, o Exército ia cumprindo sem entusiasmo e sem zelo. Era o desgaste provocado por uma guerra prolongada e sem solução à vista.

A Acção Psicológica orientada para o apoio das operações militares visava o objectivo triplo das forças inimigas combatentes, os respectivos quadros políticos e as populações sob a sua influência. Estas acções ou eram de oportunidade ou eram planeadas antes das operações, sendo utilizados os diversos instrumentos e meios de propaganda e contra-propaganda, na maioria dos casos, as emissões de rádio, altifalantes, panfletos e, após captura, o contacto directo

e pessoal, dependendo a utilização e o doseamento de diversos factores, como, por exemplo, sejam a disponibilidade daqueles, da fase de operação em causa e da correspondente finalidade, e exerciam-se acções militares punitivas que visavam desgastar o “In” pela atrição.

A RMM desenvolvia Acção Psicológica pré-planeada, dispensando particular atenção às competições desportivas, cerimónias religiosas, assistência sanitária, banjas, cerimónias de hastear e arrear da bandeira e distribuição de panfletos e cartazes, fotogravuras e dísticos, explorando temas como; “Portugal, nação pluricontinental e multirracial”, “Muitas raças, todos portugueses”, “Todos contra a subversão para termos a paz”, “A independência não tem cor”, “Povo português é povo africano”.

As declarações dos “apresentados” eram exploradas no apoio às operações, não só armadas como também psicológicas, dado que, além do dispositivo, conseguiam-se analisar as motivações das populações sob controlo subversivo e ir ao encontro delas. A exploração das apresentações dos dirigentes dissidentes, como o de Alexandre Magno, ex-*chairman* da FRELIMO para a Zambézia, Lázaro Nkavandame e Miguel Murupa, através de entrevistas na RTP, conferências de imprensa, escrita de artigos e palestras, eram feitas com planeamento ou na exploração do sucesso de operações.

No apoio a operações, destacamos o que foi concebido para a operação “Nó Górdio”, onde, além de operações de combate, esteve envolvida em conjugação uma manobra psicológica, que se desenvolveu ao longo de toda a operação. Após um estudo prévio das populações Maconde, definiram-se os objectivos psicológicos a atingir, elaboraram-se temas para os alcançar e escolheram-se os processos para os pôr em prática. Em seguida, elaborou-se um plano de acção, adaptado às diversas fases da operação militar. Inicialmente, esta operação teve uma fase de desmoralização e descrédito da FRELIMO; posteriormente, uma fase de ameaça e terror (aquando dos ataques), seguida de uma propaganda de rendição.

Para fazer face à fuga das populações durante a operação, o Comando-Chefe procurou influenciar a adesão, ou no mínimo, a apresentação de população, difundindo temas como: “A guerra continua”, “Serão sempre perseguidos pelas Nossas Tropas”, “Para fugirem à guerra e alcançarem a paz, deverão dirigir-se para Chai e Antadora onde serão bem recebidas”, “Caso não ouçam estes conselhos, voltarão a ficar sujeitas às acções das Nossas Tropas dentro de alguns dias”.

Durante a operação, exploraram-se todos os acontecimentos com interesse para os objectivos a atingir, dando notícias dos êxitos alcançados pelas Forças Armadas Portuguesas e reproduzindo mensagens gravadas por elementos apresentados ou capturados. Fizeram-se cerca de 129 horas de voo com transmissão ininterrupta de mensagens à zona onde decorriam as

acções, distribuíram-se 1 milhão de panfletos. Nesta acção, em exploração de apresentados ou de notícias relevantes, produziram-se cerca de 100 mil panfletos, distribuídos num prazo máximo de 36 horas. As fases da operação com maior relevo foram fotografadas e filmadas.

2.3.2 A manobra psicológica sobre as comunidades muçulmanas

Em Moçambique, os muçulmanos, herdeiros de uma tradição de comércio de longo curso e de peregrinação, com domínio de um alfabeto escrito, com experiência organizativa e administrativa, possuíam uma herança única susceptível de ser aplicada por qualquer Poder/Contra-Poder. Os interesses destes teriam de visar e/ou ser compatíveis com os interesses muçulmanos envolvidos; se tais interesses fossem prejudicados, essas aptidões e qualidades organizacionais poderiam funcionar em sentido contrário. Assim, a atitude das comunidades muçulmanas dependeu das circunstâncias específicas e dos seus interesses em cada momento.

Em Moçambique, até 1967, as comunidades muçulmanas, nomeadamente no Niassa e em Cabo Delgado, denunciavam uma atitude desafecta ou mesmo hostil à Administração Portuguesa, e nos demais Distritos encontravam-se, segundo Amaro Monteiro, expectantes. Até aquele ano, o comportamento tendencial das massas islamizadas foi habilmente aproveitado pela subversão, tendo grande número de dignitários islâmicos a ela estado ligados, pois esta estimulava-os e utilizava-os na medida dos seus interesses. Apoiando-se nos *Xehes* e *Mualimos*, os agentes subversivos accionavam a alavanca religiosa para a manipulação das lideranças nativas islamizadas, com vista à conquista da adesão das populações a elas sujeitas, obtendo assim receptividade favorável à entrada de grupos armados na segunda fase do processo subversivo.

Em Moçambique procurou-se conhecer, nomeadamente a partir de 1965, a teia muçulmana sunita e torná-la interlocutora das autoridades administrativas, pelo que, ao nível dos SCCIM, foi delineado por Amaro Monteiro um plano de acção psicológica específico para as comunidades muçulmanas. Aquele plano passava por quatro fases: detecção, captação, comprometimento e accionamento.

Este projecto arrojado, em similitude ao Congresso do Povo na Guiné, procurava promover como órgão interlocutor do Governo-Geral com as Comunidades Muçulmanas, a realização de um “Conselho de Notáveis”, pela via do qual se desencadeasse aquele envolvimento. Era necessária muita cautela e evitar factores de controvérsia nesta área tão sensível, nomeadamente quando este conjunto de pessoas, que se sabia controlarem mecanismos de comunicação sócio-

política vitais para a segurança, davam sinais de se aperceber estarem já sob controlo enquanto órgão potencial; era preciso não suscitar, sob pretexto algum, razão para que se invocassem a liberdade de consciência, o princípio do não-constrangimento ou o seu acrisolado sentido de escrúpulo religioso. No conjunto, o plano foi um sucesso.

No campo de acção sobre as populações, numa estratégia global de aproximação aos grupos etno-linguísticos e religiosos e às autoridades tradicionais, uma outra atitude importante na captação, foram as mensagens dos Governadores-Gerais em 1968, 1969, 1970 e 1972, que colheram a maior satisfação nas Comunidades islamizadas. O Governador-Geral, Baltazar Rebelo de Sousa, pronunciou a Sura de Abertura (*Al-Fâthia*) do Alcorão via rádio, na noite de 17 de Dezembro de 1968, cerca do termo do Jejum anual, fechando depois com a saudação ritual a Mensagem com que, pela primeira vez na História do Ultramar Português, aquele Poder se dirigia aos muçulmanos como tal e falando na linguagem dessa comunidade.

Não inserida em nenhum plano de acção psicológica, mas com uma importância fundamental para a aproximação das comunidades muçulmanas, foi a actuação do Bispo de Vila Cabral que, a 6 de Setembro de 1966, divulga a sua “Carta Fraternal do Bispo de Vila Cabral, D. Eurico Dias Nogueira, ao Muçulmanos da sua Diocese”. O mesmo Prelado repetiria a actuação com a construção de uma mesquita geminada com uma capela e numa sessão da Comunidade Islâmica de Lisboa em Junho de 1970.

2.3.3 A manobra psicológica conduzida pela FRELIMO

A FRELIMO desenvolveu esforços de aliciamento tendente à conquista da adesão das populações em todo o território. Aquela Frente evidenciou quase sempre, uma perfeita e bem realizada Acção Psicológica dirigida às populações, explorando, entre outras, as condições ambientais, as falhas ou incorrecções das autoridades, menos cuidado ou atenção na resolução dos problemas dos autóctones.

A actuação psicológica da FRELIMO era idêntica à dos outros movimentos independentistas que lutavam contra o Poder português. Todos eles tinham como principais objectivos psicológicos da sua propaganda os países estrangeiros, a Metrópole e o Ultramar.

No caso particular de Moçambique, a Acção Psicológica conduzida pela FRELIMO no estrangeiro tinha em vista obter apoio financeiro e político, isolar Portugal e convencer da existência de áreas libertadas; além disso, a FRELIMO empolava ainda, nos seus comunicados de guerra, os resultados das actividades subversivas que levava a cabo. Contudo, denotava-se a preocupação do pormenor de forma a credibilizar estes comunicados.

Na sua actuação sobre a opinião pública nacional e internacional, como factores de desgaste do Poder português, consideramos a exploração mediática de quatro situações de primordial importância: as visitas das Nações Unidas às “áreas libertadas”, a construção da hidroeléctrica de Cahora Bassa, o distanciamento da Igreja Católica do Poder português (marcado pela audiência de Paulo VI aos líderes dos movimentos independentistas Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos) e a exploração pela imprensa londrina, a 10 de Julho de 1973, dos relatos do padre jesuíta Adrian Hastings sobre a actuação da 6.^a Companhia de Comandos em Wiryamu, em 16 de Dezembro de 1972. As notícias deste massacre sucederam-se nos órgãos de comunicação social internacionais, como a Rádio Moscovo, a BBC, a Rádio Suécia, a Emissora Nacional Suíça e a Rádio Praga, entre outras.

Podemos considerar que a Oposição política ao Regime complementou a actividade de desgaste do Poder português levada a cabo pelos movimentos independentistas. Através das suas actuações de propaganda procurava criar um clima revolucionário (desencadeando acções de descrédito do Governo e da sua política, tornando impopular a luta no Ultramar) e abalar as forças morais das instituições militares (lançando boatos difamatórios, incitando à indisciplina e à deserção, divulgando números exagerados de baixas em combate e explorando objecções de consciência e ideias pacifistas). A FRELIMO apenas beneficiava desse desgaste do Poder, pois em concreto nunca desencadeou qualquer actuação na Metrópole.

Quanto ao Ultramar, a FRELIMO pretendia conquistar as populações africanas (apregoando que a independência proporcionaria uma vida melhor, fomentando o ódio racial, exercendo acções selectivas como forma de intimidação e atribuindo ao Exército a prática de violências), procurava a adesão da população europeia (tentando antagonizá-la com as Forças Armadas, criando um estado de angústia e de descrença, mas em simultâneo oferecendo lugar seguro na futura independência) e fomentava a desmoralização das Forças Armadas Portuguesas (fazendo crer na injustiça e no insucesso da guerra e incentivando os militares à deserção).

A FRELIMO aproveitava as emissoras comunistas que apoiavam a FPLN e as emissoras de outros países apoiantes. A Rádio Moscovo tinha programas periódicos tais como “Fogueira dos guerrilheiros”, “Semana no sul de África”, “Programa para os soldados portugueses” e a “Situação nas colónias portuguesas”, explorando temas como “Liberdade às colónias portuguesas”, “Existe a escravidão nas colónias portuguesas”, “Ecos de guerra criminosa”, “Relatos de luta em Moçambique por um elemento da FRELIMO”. Este meio surtia grande efeito ao nível interno e internacional, quer junto das comunidades que se encontravam nos meios urbanos quer no mato.

Quando encontrava dificuldades na acção de aliciamento, a FRELIMO por vezes recorria ao “terror”. As formas de “terror” foram utilizadas de forma não sistemática pelas partes em confronto: o Poder português, através das acções violentas de alguns massacres; a FRELIMO, pela intimidação das populações quando estas não aderiam voluntariamente, pelo rapto e pelos assaltos e ataques armados. Como na maioria dos casos a ligação da população às autoridades administrativas se fazia pelo régulo, a FRELIMO, quando não conquistava esse elemento ou quando ele não se mostrava colaborante ou se encontrava politicamente renitente, eliminava-o, preenchendo depois o vazio em seu favor. Só na zona de Tete, em 1971, foram assassinados 50 chefes tribais. Era o princípio do *crês ou morres*. Porém, alguns líderes faziam jogo duplo, rendendo homenagem aos portugueses, ao mesmo tempo que sustentavam a guerrilha.

O trabalho de mobilização da FRELIMO processava-se, por exemplo, pelo contacto directo, pela rádio, pela literatura ou ainda pela utilização de “banjas” em larga escala. O aliciamento nas cinturas urbanas, quer através de elementos infiltrados, que recolhiam donativos e difundiam os ideais da Frente, quer através das campanhas de rádio, nunca foi descurado. Para evitar a denúncia dos contactos com a população utilizava-se a ameaça de morte para os prevaricadores.

Internamente, a FRELIMO exercia Acção Psicológica sobre as suas forças, não só motivando-as e incentivando-as à luta, procurando a sua consciencialização política, como refutando as actuações daquelas que abandonavam as suas fileiras. No trabalho de moralização das suas forças, pôde contar com o auxílio externo de especialistas em psicologia social chineses, editando ainda uma publicação “A Voz da Revolução”. Internamente, procurava ainda eliminar o problema do tribalismo, acusando os dissidentes de responsáveis e fomentadores dessa situação, sendo o termo tribalista usado com frequência nas suas emissões propagandísticas.

Com as tropas portuguesas, entre outras actividades, utilizava com frequência o panfleto e cartas após os ataques, aconselhando os soldados de recrutamento local a não combaterem, e explorava os desertores no apelo à deserção dos seus companheiros. Por vezes, a sua propaganda procurava colocar o combatente português na pele de assassino de um povo inocente, fazendo-lhe promessas aliciantes ou descrevendo quadros de guerra horrendos, de modo a afectar a sua moral e vontade de combater e levando-o à desistência ou à revolta.

2.4 A manobra sócio-económica

2.4.1 Breve análise da economia portuguesa

Já muito antes do início das hostilidades, o Poder português tinha a noção da necessidade de desenvolvimento social, económico e político dos territórios ultramarinos, pelo que o esforço de promoção do desenvolvimento do Ultramar teve origem nos finais da década de 1930, sistematizando-se e continuando essa política, com melhores técnicas, a partir de 1953, altura em que se lançaram os Planos de Fomento, fundamentais para a criação de infra-estruturas. O resultado desse trabalho prévio foi um acentuado processo de desenvolvimento da década de sessenta. O investimento público, intensificado com o início da luta armada, continuaria até 1974, tendo introduzido profundas alterações no tecido produtivo dos territórios africanos, nomeadamente de Angola e de Moçambique.

Podemos considerar que as características dominantes da evolução do “período glorioso” do crescimento económico português (1960-1973), de acordo com Silva Lopes, foram a aceleração do desenvolvimento económico, traduzido num crescimento médio anual do Produto Interno Bruto, de 6,9%, a abertura crescente ao exterior e a ausência de grandes desequilíbrios económicos. Esta situação beneficiou da conjuntura expansionista do comércio mundial, nomeadamente do comércio externo dos países da Europa Ocidental.

Nas décadas de 1930 a 1950 a economia da África portuguesa era regida pelo Acto Colonial. O comércio estava vocacionado para África e assentava na troca de matérias-primas por produtos manufacturados. Porém, logo no pós-II Guerra, e à medida que se processava a reconstrução económica europeia e a progressiva integração económica de Portugal naquele espaço, as transacções comerciais com os territórios africanos foram perdendo importância. A sua participação nas importações totais metropolitanas entre 1960 e 1973 baixou de 14,4 % para 10%, e nas exportações de 25,6% para 14,8% do total.

A abertura económica de Portugal ao exterior foi gradual. Desde 1948 que participava na OECE (Organização Europeia de Cooperação Económica), o que influenciou as políticas económicas internas e promoveu a liberalização das relações externas. Apesar da natureza do seu regime político e do subdesenvolvimento económico, Portugal foi admitido à EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre) em 1960, o que conduziu a um desmantelar progressivo dos direitos aduaneiros, à renúncia ao protecçãoismo e à implantação de um modelo de desenvolvimento assente na industrialização. A adesão a esta organização e o posterior acordo preferencial concluído com a Comunidade Europeia, em 1972, podem ser encarados como a

prioridade da opção econômica europeia sobre a ultramarina. Em 1961 Portugal entra no GATT (Acordo Geral sobre Comércio e Pautas Aduaneiras). Assim, o despoletar da subversão activa em Angola coincidiu com um período de reestruturação das instituições económicas internacionais a que Portugal aderira.

Com a adesão ao GATT, que levou a algumas reduções de barreiras às trocas com os países exteriores à EFTA, colocou-se o problema da manutenção do sistema de preferências em que estava estruturado o comércio das Províncias Ultramarinas com a Metrópole, pelo que o regime optou pela criação de uma zona de comércio livre, que veio a ser o “Espaço Económico Português”, cujo modelo era inspirado na EFTA, e que assentava numa zona de comércio livre e num sistema de pagamentos interterritoriais, tendo sido ainda previsto um “Fundo Monetário da Zona do Escudo”, de forma a suprir dificuldades de pagamentos resultantes de desequilíbrios transitórios das balanças externas de qualquer dos territórios. Assim, de acordo com Fernando Rosas, procurava-se criar condições para o advento de economias fortes, capazes de a médio/longo prazo aliviar o esforço financeiro da Metrópole, como a constituição de estruturas económicas com capacidade para concorrerem favoravelmente com a economia portuguesa metropolitana. Porém, a solução desejada era uma moeda única em todo o território português, pois o papel-moeda de cada Província, emitido pelo Banco Nacional Ultramarino, só era pagável na mesma, e nela não podia circular qualquer outra moeda fiduciária.

Ao nível de Moçambique, a vida económica concentrava-se sobretudo na Beira e em Lourenço Marques. Em 1968, 88% da população activa residente exercia a sua actividade no sector primário, 3% na indústria transformadora e electricidade, e os restantes 9% nos outros sectores.

Dada a sua inserção no espaço económico do Índico, e as fronteiras com a influência da anglofonia, Moçambique era das Províncias cuja economia tinha maior abertura ao exterior. Exportava essencialmente produtos do sector primário: algodão, açúcar em cana, castanha de caju, chá e copra. A indústria, virada fundamentalmente para o mercado externo, centrava-se na transformação desses produtos. A sua dependência do exterior era essencialmente em matéria de comércio externo e balança de pagamentos, bens de equipamento, pessoal técnico e formação de capitais para investimento público. Assegurava ainda uma prestação de serviços aos países do *hinterland* que, por forma a assegurarem as suas exportações, utilizavam os corredores rodoviário e ferroviário para os Portos de Nacala, Beira e Lourenço Marques.

A guerra, segundo Silva Lopes, não perturbou muito o crescimento da economia: o seu efeito económico negativo foi o acréscimo das despesas do Estado com as operações militares, não sendo, no entanto, as finanças públicas seriamente abaladas.

O esforço financeiro da guerra, de acordo com dados de Silvino Silvério Marques, traduziu-se num suplemento de 13,3% (97 de 732 milhares de contos) nas despesas públicas globais do Portugal europeu, sendo que as despesas com as Forças Armadas constituíram também fonte de diversificados investimentos, entre outros, em sectores como a saúde, educação, abastecimentos, infra-estruturas e equipamento diverso.

De todo o orçamento dispensado para o esforço de guerra – em 1961 era 5.385 milhares de contos, dos 21.716 milhares de contos das despesas públicas, e em 1974 eram 20.238 milhares de contos de 87.850 milhares de contos das despesas públicas – grande parte foi atribuído a programas sociais que beneficiavam a população na área da saúde, educação e agricultura, que contribuía directamente para a expansão económica planeada para a África portuguesa.

Segundo Gomes Bessa, em actuações contra-subversivas, apenas 10% a 20% do esforço deverá ser despendido em operações militares, ao passo que os programas sociais e políticos, compreendendo actividades diversificadas, representarão mais de 80%, não devendo estas despesas ser suportadas em exclusivo pela Metrópole. No final da guerra, aqueles territórios tinham contribuído com 16% (28 de 180 milhares de contos) das despesas com as Forças Armadas.

2.4.2 O esforço sócio-económico em Moçambique

A resposta geral portuguesa, em qualquer Teatro de Operações, consistia na afirmação da soberania, também através de acções sócio-económicas sobre as populações afectadas. O Poder português procurava proporcionar uma melhoria das suas condições de vida pela prática de reordenamento e do conseqüente aldeamento.

A base do esforço português, que estava já contida nas experiências francesa e britânica, visava não só a actuação militar pela atrição, isto é, pelo desgaste do “In”, mas também uma actuação psicológica, no sentido de conquistar os corações. Era fundamental conquistar a adesão plena das populações, pelo que a criação de um ambiente propício seria conseguido por uma acção social visando a elevação do nível de vida das mesmas, satisfazendo as suas necessidades mais urgentes, procurando anular a ideia-força “independência” e substituí-la pela ideia-força “integração”. Além do mais, acreditava-se que uma população cada vez mais satisfeita e próspera teria a tendência para apoiar o Governo português, em vez de se revoltar.

O Poder português acreditava ainda que com o apoio de uma acção social e educativa se podia realizar uma Acção Psicológica que arrastasse os autóctones ainda não “contaminados”, ou

os pouco seguros, para a causa portuguesa, fazendo que não temessem a tropa, pois ela estava em Moçambique para os proteger dos inimigos de Portugal, que eram também inimigos deles.

A responsabilidade primária da acção social competia às autoridades civis, mas, naquele pano de fundo, as Forças Armadas eram a instituição que melhor se podia incumbir daquela acção, pois, em termos de Administração, as brigadas dos Serviços de Acção Psico-Social actuavam como correctivas e não como preventivas.

Competiu, assim, aos militares, nomeadamente ao Exército, com o emprego da sua capacidade militar sobranter, através da estrutura administrativa, arcar com uma responsabilidade significativa na promoção sócio-económica das populações e efectuar algumas mudanças nas diversas áreas. Será sobretudo na sua actuação e estratégia que nos debruçaremos neste capítulo.

A execução da manobra contra-subversiva, preconizada pelo Comando-Chefe, visava o sector da manobra militar, o da promoção sócio-económica e o da manobra psicológica, estando a manobra militar e a sócio-económica interpenetradas, embora se desenvolvessem em esferas de acção diferenciadas – fomento e segurança –, correspondendo-lhes também acções diferenciadas.

A promoção sócio-económica destinava-se a sustentar a fidelidade das populações ao poder constituído. Essa fidelidade era desafiada pelos movimentos independentistas, os quais em certas regiões podiam colocar as populações sob uma das seguintes situações:

- controlo da contra-subversão;
- controlo da subversão;
- controlo duplo, ou seja, controlo diurno da contra-subversão e nocturno da subversão ou o inverso,

conforme a evolução da estabilidade desses grupos infiltrados em relação às áreas controladas pelas unidades de quadrícula ou pelas autoridades administrativas; ou seja, esta manobra visava conseguir a adesão das populações e impedir a FRELIMO da realização dos seus objectivos psicológicos, tendo a manobra militar que garantir o espaço e o tempo necessários para a consecução desse objectivo. Parece-nos evidente a inutilidade do esforço militar se os objectivos sócio-económicos, que estavam na base da contra-subversão, não se concretizassem.

No sentido de conquistar os corações e as mentes, a actuação sócio-económica era conjugada com uma intensa Acção Psicológica, pois esta era facilitada pela manobra social, e da conjugação destas surgiu o termo psico-social, que ficou designado na gíria militar por Apsic, sendo exercida sobre as populações em duplo controlo ou controladas pelo Poder português. Naquelas que se encontravam sob controlo da FRELIMO, apenas podia exercer-se Acção Psicológica pura, através das diversas técnicas de propaganda (onde se podiam incluir os “pólos

de atracção”), procurando recuperá-las.

Desde 1961 que as brigadas do Serviço de Acção Psico-Social visitavam as povoações, procurando promover melhores condições sócio-económicas para as populações. Antecipando-se ao confronto, recolhiam informações e preparavam as populações para aquilo que se designava por defesa civil. No ano em que se iniciou a guerra (1964), a acção psico-social visou uma intensificação do tratamento das populações, no sentido da sua total adesão à causa portuguesa e, naturalmente, o repúdio ao aliciamento subversivo. Foram visitadas populações que há mais de 40 anos não tinham contacto com o europeu, levando-lhes medicamentos, roupas e instrução, através de palestras, reuniões, actividades e festividades, tendo, assim, o autóctone oportunidade – segundo o Relatório anual de Comando (1964), da RMM – de avaliar o interesse demonstrado pelo Poder português em auscultar os anseios e defender os interesses daquelas gentes.

2.4.3 A assistência sanitária e educativa

Em Moçambique, como em toda a África tropical, os problemas de saúde eram idênticos: a carência de infra-estruturas e de pessoal especializado, a falta de medicamentos, de higiene e de água, o baixo nível sócio-económico e uma alimentação deficitária. Para suprir estas lacunas, o Exército criou unidades móveis de saúde, sendo ainda os doentes assistidos nas unidades, em instalações sanitárias e hospitais militares. Esperava-se a adesão em troca destes préstimos, que deveriam restabelecer/transmitir confiança e serem demonstrativos da boa vontade da Administração.

A acção de assistência sanitária, desenvolvida nas sedes de Unidades e por equipas itinerantes, continuava a revelar-se um poderoso meio de cativar populações. Esta acção, que era realizada com a compreensão e esforço de todas as unidades a eles se devendo o não alastramento da subversão para Sul, materializava-se, entre outras, sob a forma de assistência medicamentosa e materno-infantil e de campanhas de vacinação. A título ilustrativo, no período de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1965, a RMM assistiu medicamente 44.909 pessoas (20.116 militares), 32.987 doentes (adultos e crianças) e vacinou 2.123 indivíduos.

Todavia, esta acção esbarrava com a carência de meios, dada a escassez de verba, que em 1967 chegou a ser de 125\$00/mês por unidade escalão companhia, pelo que, em muitos casos, funcionava devido à cooperação civil-militar ou a donativos.

A nível educacional, procurou-se que o maior número de indivíduos tivesse acesso à educação em moldes europeus – ler e escrever português, bem como conhecimentos básicos de

aritmética. Assim, a rede escolar cresceu e nas unidades militares funcionavam escolas para adultos e crianças. A nível central, foram criados os estudos superiores em Lourenço Marques.

A assistência educativa e a instrução obtiveram resultados francamente favoráveis, dado o interesse real pela aprendizagem. A título de exemplo, no plano educativo, de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1965, a Região Militar foi responsável por ministrar 9.314 horas de aulas a crianças e 2.058 a adultos, num total de 1.884 e 406 alunos, respectivamente, e ministrou ainda ginástica a 3.525 crianças.

2.4.4 A estratégia do colonato e do aldeamento

Em Moçambique, as pedras-base da actuação sócio-económica foram de uma maneira geral o reordenamento populacional e a construção de aldeamentos e colonatos, com a sequente promoção escolar e sanitária, o progresso económico e com o desenvolvimento de infra-estruturas de apoio.

A política do colonato visava, numa estratégia demográfica, proporcionar condições de fixação a militares desmobilizados e cativar portugueses europeus para os territórios africanos. Esta política, vivamente contestada pela FRELIMO, nomeadamente quanto à fixação de um milhão de colonos no vale do Zambeze, não foi muito profícua. Foram poucos aqueles que quiseram ser os pioneiros. Até 1973 apenas se instalaram algumas centenas de imigrantes de origem madeirense e transmontana, mas com fraca formação técnica.

Nas áreas não afectadas pela guerra, o Poder português procurou intensificar a acção de presença, estreitar o contacto com as populações e obter um melhor conhecimento do meio humano, dando-se nas áreas afectadas particular interesse aos regressados.

Os Distritos do Norte conheceram grandes movimentos de população, comuns a quaisquer operações militares de grande envergadura. Numa tentativa de procurar corrigir a dispersão das populações, as autoridades iniciaram uma extensa campanha de promoção sócio-económica e de Acção Psicológica, assente numa filosofia preventiva, procurando reunir as populações em aldeamentos que viabilizassem o progresso social e, em simultâneo, e esta é a questão de fundo, evitassem o contacto com a subversão, para que não fossem "contaminadas". Além do mais, o reordenamento deixava livre espaço entre aldeamentos para operações militares de segurança, correctivas e punitivas.

A reinstalação em aldeamentos em estilo de "cordão sanitário", ao longo da fronteira com a Tanzânia e Malawi, surgiu para o Poder português como um esforço principal na sua estratégia

de contenção da actividade subversiva. O discurso de convencimento da sua aceitação era um discurso de desenvolvimento e de bem-estar sócio-económico.

Só em 1966 se construíram os primeiros aldeamentos em Moçambique e só em finais de 1968 é que a política começou a tomar forma concreta, estando, em Outubro de 1973, perto de um milhão de moçambicanos reagrupados em 895 aldeamentos e 125 pólos de atracção – estes situados nos Distritos da Zambézia e da Beira. Para o programa de 1974 estavam previstos 150 mil contos para infra-estruturas sócio-económicas, e a política seria a de consolidar os aldeamentos existentes e prosseguir o desenvolvimento ao longo da linha de energia proveniente de Cahora-Bassa, bem como transformar os pólos de atracção em aldeamentos.

Para o General Kaúlza de Arriaga, os aldeamentos eram a base da promoção do povo moçambicano, havendo inicialmente a necessidade de se construírem em quantidade e com urgência, sacrificando a qualidade. Segundo ele, eram obras imensas, de promoção e civilização rápidas, argumentando que só o aldeamento possibilitava o ensino, a assistência sanitária e técnica, o comércio e, de um modo geral, a fruição dos benefícios do progresso. Ora, esta urgência na promoção social e económica, significa, em nosso entender, que toda a política de promoção sócio-económica portuguesa estava ainda atrasada e que tinham sido cometidos até aí diversos erros na política ultramarina; porém, não podemos esquecer as dimensões dos territórios e as distâncias a que se encontravam de Lisboa, além de que cada um se via a braços com os seus problemas específicos.

Nesta política de aldeamentos, que constituiu o centro da resposta social contra a estratégia da FRELIMO, em princípio, as populações rurais retirariam algumas vantagens; contudo o sucesso dependia não só da sua adesão, mas também das reais condições proporcionadas pelas Autoridades.

O equilíbrio entre a resistência à mudança e os reais benefícios desta era sempre muito ténue, além disso havia que ter em conta o tempo em que o reordenamento era feito. Deslocar determinada população, depois de “contagiada” subversivamente, era contraproducente. Nestes casos, actuava-se primeiro através de uma intensa Acção Psicológica, de forma a provocar o desequilíbrio. O reordenamento viria depois. Porém, a posição governamental era afectada, entre outras circunstâncias, pela má aceitação de algumas populações, consideradas rebeldes – nomeadamente as nómadas, tradicionalmente avessas às restrições em instalações permanentes – e pela competição/sobreposição entre autoridades civis/militares, que conduzia a um alhear de responsabilidades.

Em Cabo Delgado, a política de aldeamentos foi realizada sem problemas de maior. O facto de os Macuas saberem que, se não se agrupassem de forma a terem uma defesa com o

auxílio das Forças Armadas Portuguesas, seriam chacinados pelos Macondes, terá facilitado essa tarefa. Porém, a acção de pacificação (designação adoptada no relatório de Acção Psicológica n.º 4/70) era afectada por factores de ordem social e pela intensa e permanente actividade operacional. As populações que se encontravam vacilantes não eram atraídas pelas condições de vida dos aldeamentos, pelo que se procurou solucionar o problema através da operação “Fronteira” e dos aldeamentos-piloto, juntamente com actuação psicológica. Esta operação representou uma nova feição da guerra em Cabo Delgado. A Região Militar promoveu ainda a constituição de Cantinas Militares para populações em locais onde a subversão campeava e onde não existia qualquer comércio.

Já no Niassa, esta política foi praticada sem constrangimentos, actuando-se a nível sócio-económico, o que permitiu ao Poder português conseguir de forma cautelosa assegurar a defesa de todos os aldeamentos. Mas em Tete, onde o trabalho de aldeamentos só foi iniciado em princípios de 1970, a estratégia portuguesa, face à actividade da FRELIMO, que se antecipou na conquista das populações, mostrou-se insuficiente, tornando mais difícil uma recuperação das mesmas. Neste Distrito registaram-se casos de fome em diversos aldeamentos, reconhecendo-se ainda que muitos deles não possuíam as condições de vida, segurança e de controlo das populações que lhe permitissem constituir pólos de atracção, por forma a tornar rendível a acção contra-subversiva, circunstância que desacreditava o reordenamento pretendido. Esta situação levou a que, por vezes, houvesse populações que abandonavam em massa os aldeamentos.

Paralelamente à insipiência dos aldeamentos, que estavam longe de constituir “pólos de atracção”, foi também factor determinante dessa atitude de fuga ou rejeição à política de reordenamento, o facto de se retirarem as populações dos locais tradicionais; estas reagiam, aproveitando todos os pretextos para dificultar ou retardar os trabalhos inerentes à construção dos aldeamentos ou para os abandonar, regressando à mata. Acresce ainda que a condução da população para os aldeamentos foi, segundo dados do COFI, nitidamente prejudicada em consequência do desprestígio a que foram votadas as autoridades tradicionais.

Por outro lado, a intensa actividade operacional tornava a vida na mata insegura e incómoda, tendo como resultado a lotação dos aldeamentos de um quantitativo importante de população apresentada, capturada, recolhida ou subtraída ao controlo da FRELIMO.

Assim, e apesar de tudo, vivendo em princípio nos aldeamentos em melhores condições de segurança e não sujeita à vida ambulatória que levava na mata, a população ia aceitando a situação, na medida em que, lenta mas progressivamente, lhe eram conferidas melhores condições de vida, em que o aspecto sanitário, a que a mesma era particularmente sensível, se revelava factor primordial. Todavia a aceitação do aldeamento não significava uma mudança da

sua mentalidade, pois, em consequência do arranque tardio na construção de aldeamentos, a população (recolhida, apresentada, capturada ou subtraída ao controlo da FRELIMO) que os constituía – porque muitas vezes “contaminada” do antecedente, face ao incipiente ou inexistente controlo por parte das autoridades administrativas – mantinha contactos com a subversão. De acordo com o documento que relata a História do COFI, aquelas autoridades não tinham sequer a consciência da importância transcendente do problema do controlo de populações.

Face ao agravar da situação militar em Tete e de forma a incrementar a actuação global de defesa/manutenção da soberania portuguesa sobre aquela região, uma das soluções adoptadas foi colocar aquele Distrito sob autoridade militar a partir de Maio de 1971. Nesta data, o Comando-Chefe pensava ser ainda possível “recuperar”, na região de Tete, grande parte da população sob controlo da FRELIMO e defender aquela que ainda não tinha sido afectada. Assim, a par de uma acção militar, deveria ter lugar o reordenamento de todas as populações de forma a possibilitar o controlo das mesmas, sendo o aldeamento considerado a melhor forma de o fazer, acompanhado por uma intensa Acção Psicológica, fundamentada em conceitos de força, vantagens e razão. Esta teria, naturalmente, que ser adaptada às diversas situações e às características dos grupos humanos a que se destinava.

Nesta ordem de ideias, o plano português de Maio de 1971 visava atingir entre outros os seguintes objectivos:

“(…)

- Nas zonas onde se sabe existirem populações fugidas nos matos, sem qualquer controlo, conduzir uma acção, de modo a conquistar a sua confiança e orientá-las para a apresentação à autoridade;
- Levar as populações a compreenderem e aceitarem a sua reunião em aldeias;
- Preservar da acção do In as populações que não caíram sob o seu domínio, levando-as a colaborar na contra-subversão;
- Realizar uma intensa campanha, no sentido de oferecer às populações um futuro melhor como resultado do desenvolvimento que estamos a realizar, designadamente no que respeita à barragem de Cahora-Bassa e outros planos do Gabinete do Plano do Zambeze (...).”

O desenvolvimento deste plano impunha o emprego de agentes de Acção Psicológica, a formar por etnias e local de actuação, envolvendo programas de rádio, sendo de salientar a dotação de sistemas de ampliação para os aldeamentos, equipas de fotocine e de acção psico-social e a realização de estágios para oficiais e graduados recém-chegados da Metrópole.

Por seu lado, a FRELIMO procurava contradizer a estratégia sócio-económica portuguesa, visando também objectivos económicos, como quintas no Niassa e comboios rodoviários e ferroviários de mercadorias para e dos países do *hinterland*, tendo inclusivamente também afastado milhares de turistas do parque da Gorongosa, após o assassinato de um cirurgião espanhol, em Julho de 1973. Mas eram as retaliações militares aos aldeamentos (onde efectuava infiltrações e pressionava os ocupantes ao abandono) que criavam perante as populações autóctones a noção de impotência da defesa arquitectada pelos portugueses e da segurança que estes procuravam transmitir. Por vezes estas actuações, levavam as populações, que pretendiam continuar a sua actividade e ser deixadas em paz, a autodefenderem-se para manterem esse privilégio, como foi o caso de Mecanhelas. Por outro lado, a FRELIMO utilizava-as como fonte de abastecimento e recrutamento.

Já Eduardo Mondlane, no seu livro “Lutar por Moçambique”, considerava que os aldeamentos eram factor de impedimento propositado de cooperação povo/FRELIMO. A FRELIMO, na sua propaganda, apresentava-os como local de reunião para depois se executar a população. Este conceito traduz com plena exactidão o significado e o valor atribuído ao aldeamento. Só nele, e por meio dele, a população podia ser tida pelo governo no sentido da sua posse física, da possibilidade do seu controlo. Outro factor que é demonstrativo da importância da política dos aldeamentos é o facto de, no período pós-independência, a FRELIMO ter adoptado um procedimento semelhante através das suas aldeias comunais.

2.5 A manobra de Informações

2.5.1 Estrutura organizacional

Aquela que designámos por “resposta/actuação possível”, em que o Poder português procurou desequilibrar as populações em favor do seu controlo, para ser rendível, pressupunha informações precisas e os diversos órgãos em sintonia no seu esforço de pesquisa, para saber como, onde e quando se deveria actuar. Além do mais, as informações eram não só fundamentais para as actuações armadas como valiosíssimas para o planeamento e condução de Apsic rendíveis.

A FRELIMO carecia também de um sistema montado para, no mínimo, saber das movimentações e intenções das Forças Armadas, de forma a actuarem antecipadamente. Assim, para ambas as partes, as Informações eram o garante da surpresa.

Em 1950 foi organizado e estabelecido o Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN), comportando uma 2.^a repartição com a incumbência, entre outras, de estabelecer e accionar os Serviços de Informação Estratégicos. Posteriormente, em 1954, reorganizou-se a PIDE e, pelo Decreto-Lei N.º 40541, de 2 de Fevereiro de 1956, foi colocada sob a alçada do Ministro do Ultramar toda a actividade daquela corporação nos territórios ultramarinos. Entretanto, em Agosto de 1956, foi publicada a "Lei da Organização da Nação para a Guerra", que criou o Conselho Superior Militar. Na base XXI, atribuía ao Governo a competência para orientar tudo o que respeitasse à segurança interna e às actividades de carácter informativo que interessassem à Defesa Nacional, designadamente no que se referia à prevenção de actos de subversão, à repressão da espionagem e dos actos de entendimento com o inimigo, à manutenção da ordem pública, aos refugiados e à guarda dos elementos e serviços vitais da economia nacional.

Verifica-se pois que, quando do despoletar da subversão activa na baixa do Cassange e em Catete, em Angola, existia já uma estrutura no campo das Informações, ainda que aquém das necessidades. A 2.^a repartição do QG Região Militar de Angola em 1960 era já conhecedora das eventuais acções violentas a desencadear no dia 30 de Março de 1961. Por isso, não podemos dizer que o Poder português tivesse sido surpreendido com aquela situação; apenas não respondeu preventivamente com uma actuação capaz por forma a evitar os massacres.

Os diversos organismos que trabalhavam as Informações estavam distribuídos pelos serviços específicos dos vários ministérios, mas, o seu esforço era descoordenado e em sobreposição, induzindo muitas vezes em erro o Governo Central relativamente a várias situações, sendo necessário um organismo que centralizasse e coordenasse as informações dos vários serviços existentes e que elaborasse análises oportunas e prospectivas sobre problemas ou atitudes que envolvessem decisões àqueles níveis. Desta forma, evitar-se-ia a dispersão.

Só quando o General Venâncio Deslandes foi nomeado para o cargo de Governador-Geral e Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola, é que foi decidido criar-se um verdadeiro SCCI(s), surgindo os SCCIM (Moçambique) em Junho de 1961. Desta forma, no Ultramar, resolvia-se em parte aquela carência, sendo a coordenação a nível inferior feita através dos contactos directos entre as entidades interessadas ou pelas comissões de contra-subversão. Eram, em simultâneo, órgãos do Governo-Geral e do Comando-Chefe (com subordinação hierárquica e administrativa ao primeiro).

Estes serviços tinham como missão centralizar, coordenar, estudar, interpretar e difundir informações que interessassem à política, à administração e à defesa das respectivas Províncias. Os serviços procediam à análise das informações de carácter estratégico e produziam estudos específicos. Efectuavam pesquisa exploratória, na medida do indispensável, do que sabiam pelas

outras vias, e aberta (raríssimas vezes coberta). A sua informação não se destinava ao aproveitamento operacional tático.

Junto dos SCCI funcionava a então designada Comissão de Informações, cuja constituição era designada pelos Governadores-Gerais, com a finalidade de, em reuniões periódicas, coordenarem toda aquela actividade. Finalidade que não cumpriam, pois, apesar da criação dos SCCIM, estes nunca conseguiram fazer-se aceitar perante os canais militares e/ou a PIDE (depois DGS), como orientador do esforço de pesquisa, ou mesmo impor-se aos canais da administração civil.

A nível das Informações militares em Moçambique, desde 1964 que estavam estabelecidas as bases e inscrita no terreno a estrutura do Serviço de Informações, de modo a garantir um rendimento apreciável em tempo de paz, mas com necessidade de adaptação nas áreas onde se iniciou a fase armada da subversão. O Relatório anual de Comando da RMM, datado de 1964, considerava como factores que contrariavam um bom rendimento:

- As áreas de pesquisa serem muito extensas;
- As populações estarem dispersas e as vias de comunicação serem reduzidas, nomeadamente no Norte e Centro;
- A existência de diversas dificuldades na transmissão oportuna de factos com interesse;
- O insuficiente rendimento da exploração local e processamento das notícias colhidas, que dificultavam o conhecimento geral e pormenorizado da situação da FRELIMO nos escalões mais elevados;
- O insuficiente número de oficiais habilitados na RMM, que não possibilitava a realização de trabalhos de planeamento e previsão;
- A elaboração de documentação de difusão interna oportuna.

Nas Normas Gerais para a Actividade da Informação na Província de Moçambique, datadas de 1965, estabeleciam-se os princípios da relação entre os serviços de informação civil e os militares e definiam-se as responsabilidades relativas no esquema geral de planificação das Informações na Província. Nestas, especificava-se que o Governador-Geral e o Comandante-Chefe eram os responsáveis pela política de informação a seguir nas Províncias, dentro de cada sector de competência.

A PIDE era utilizada em assuntos específicos com interesse militar e estava organizada provincialmente, distritalmente e com brigadas a nível local. Este serviço, que trabalhava muito bem a nível de pesquisa operacional, já não era tão bom na análise. Além do mais, tinha estreitas

ligações com o Poder político, em Lisboa, não aceitando, assim, a coordenação local. A nível da administração civil actuava a própria malha administrativa.

A pesquisa táctica era efectuada ao nível da companhia de caçadores, que não possuía no entanto qualquer estrutura de Informações a nível orgânico, nem sensibilidade trabalhada para tal. Só a partir do Comando de Zona, a nível militar, apareciam verdadeiras estruturas de Informações. Os Batalhões laboravam com base na pesquisa efectuada pelas unidades operacionais, que realizavam diversos tipos de operações de informação. Normalmente utilizavam os métodos de pesquisa humana (Human Intelligence), pesquisa por imagem (Imagery Intelligence), pesquisa das comunicações (Communications Intelligence), exploração de elementos informadores, documentação e equipamento apreendidos, interrogatórios de prisioneiros ou capturados, depoimentos de apresentados, reconhecimentos aéreos e do terreno, entre outras, sendo a melhor fonte o contacto com o adversário e o pessoal capturado, que era explorado logo a nível de escalão de Companhia.

Nas NEP da RMM era referido explicitamente: “(...) mais do que em qualquer outro tipo de guerra, o carácter das operações militares, em Moçambique, exige a colaboração total de todos os combatentes que, em serviço, ou fora dele, devem prestar o máximo da sua atenção e dedicação a tudo o que os rodeia, de modo a constituírem órgãos de pesquisa activos e permanentes do SIM/RMM (...)”. Ao nível táctico, era imperioso que a utilização das Informações fosse feita em tempo oportuno e logo fornecidas de imediato ao comandante. A restante informação era fornecida e difundida através de diversos tipos de relatórios. As fugas de informação resultavam em actuações militares falhadas, encontrando as forças apenas o local abandonado.

Estes eram os canais de informação formais. Porém, informalmente, Jorge Jardim tratava de Informações através dos seus próprios serviços, os Serviços Especiais de Informação e Intervenção, sediados na Beira e chefiados pelo Major Arnaud Pombeiro. Existiam ainda, e desde 1960 a trabalhar para a PIDE, equipas especiais de Informações, que se constituíam em pseudo-unidades de caça, destacando-se Orlando Cristina, o qual desempenhou depois papel de relevo também junto a Jorge Jardim.

No confronto Poder português/FRELIMO, as partes utilizaram profusamente a figura do elemento infiltrado. A PIDE infiltrava elementos na organização subversiva, subornando/chantageando ou forçando quadros daquela frente. Por outro lado, a FRELIMO, para além de utilizar mulheres na recolha de informações, colocava os seus agentes em locais-chave da Administração e do Comando-Chefe.

Reforçando as dificuldades que se opunham às actividades dos vários Serviços de

Informações, pela limitada capacidade de meios, técnica e estrutura territorial, o Comando-Chefe registava em 1965 uma maior rentabilidade do esforço da FRELIMO, mercê do melhor conhecimento do meio, das populações e dos seus dialectos. Além disso, estes começavam a evidenciar uma adequada técnica de guerrilha no contacto com as populações autóctones, manifestando-se, no entanto agressivos e violentos, empregando a força quando necessário para aniquilar qualquer actividade “gentílica” (designação referida no relatório em análise) que lhe fosse desfavorável. Reduziam assim o número de elementos de que os Serviços de Informação ou a administração se poderiam servir para pesquisa de notícias.

Apesar de toda a estrutura de Informações montada e a funcionar, surgiam algumas falhas, como uma que ocorreu em 1969 em Tete com consequências graves para o desenrolar da guerra. A manobra da FRELIMO mudou de ataques maciços a Cahora Bassa para a politização da população. Esta alteração táctica permitiu-lhe um rápido alastrar, apanhando os portugueses desprevenidos. As falhas na estrutura deviam-se, no caso de Moçambique, e segundo Amaro Monteiro, a uma interacção de factores negativos, como o enfraquecimento sectorial da tónica estratégica, acentuada dualidade civil/militar, inadequada (senão ausente) coordenação do esforço de pesquisa e uma disfunção na análise global. Ao nível do esforço de pesquisa, eram necessários quadros informados sobre as estruturas clánicas e tribais das sociedades negras, para assim poderem accionar mecanismos de comunicação paralelos, ou convergentes, como as linhas de influência islâmica.

Ainda em 1974 se referia a necessidade de se estabelecer um Serviço de Informações adequado, que detectasse convenientemente, em toda a Zona de Acção, a actividade da FRELIMO. Este serviço serviria de base a toda a actividade.

2.5.2 As Informações e o estudo das populações

Nesta guerra de cariz subversivo, porque o alvo visado era a população (aquém e além do artificialismo das fronteiras), o seu conhecimento e respectivo accionamento, quer por parte dos movimentos independentistas, quer por parte da Administração Portuguesa, eram imprescindíveis. Nesta ordem de ideias, além de se efectuar os estudos da missão, do terreno, do inimigo, dos meios e do tempo disponível, impõe-se realizar um estudo das populações sob o ponto de vista étnico, linguístico e, de importância extrema, o sócio-religioso. Para o compreender e accionar, o Poder português carecia, logicamente, de deter o completo conhecimento da sua tessitura, nomeadamente de como funcionavam os canais de comando e accionamento, para, no mínimo, serem perceptíveis numa carta de situação

quais as trajectórias utilizadas por alguma acção comandada a partir do exterior, pois não há subversão/contra-subversão que não use ou vise itinerários humanos.

Assim, a preparação e a informação dos quadros acerca das estruturas clânicas, tribais e sócio-religiosas das sociedades negras foram necessárias por ser forçoso um conhecimento do terreno humano. Sem aquele estudo e preparação, não seria possível empreender com êxito a conquista da adesão das populações. Porém, esta situação era reconhecida sobretudo como axioma, pois o estudo ao nível adequado só frouxamente se pôs em prática. A tendência era mais para uma actuação convencional, conducente à posição de contabilizar armas e documentos capturados ou a população recuperada ou apresentada.... Facto que, dramático no contexto, se compreende facilmente se pensarmos que um determinado tipo de concepção castrense não muda só porque uma cúpula a formula como norma. A instituição militar contém, natural e forçosamente, ingredientes conservadores, atinentes a uma “Ordem”; e o espírito de uma Ordem ou a sua aptidão/vocação específica não mudam em alguns anos, nem mesmo face à experiência de outras Forças Armadas (casos da Indochina e da Argélia, por exemplo). Ela transporta, como tudo o que é humano, a necessidade indirimível de sofrer a própria experiência em que, por vezes, naufraga.

Os primeiros estudos sérios serão dos SCCIM, destacando-se de 1965 a 1968 a vasta pesquisa concebida e controlada por Fernando Amaro Monteiro, tendente entre outros objectivos a identificar e caracterizar, na óptica do conflito quer no domínio interno como no da possível projecção externa, as lideranças das populações muçulmanas de toda a Província; seguiu-se-lhe pelo mesmo elemento dos SCCIM, entre 1968 e 1972, uma série de pesquisas de campo, em aberto, por todo o território, que apuraram os resultados finais do trabalho começado em 1965. São de realçar antes, em 1965, o pormenorizadíssimo estudo sobre “A conquista da adesão das populações” de Romeu Ivens Ferraz de Freitas, com uma carta étnica detalhada, e em 1966, “Prospecção das forças tradicionais – Manica e Sofala”, de José Alberto Branquinho.

A análise de documentação classificada da PIDE/DGS, SCCIM e 2.^a Repartição do QG/RMM, mostra-nos essa preocupação pela *etnometria*. A etnicidade era remetida para a reformulação conflitual, estratégica e táctica, procedendo-se por diversos métodos a uma «arrumação» das chefaturas tradicionais, da classificação etno-linguística das populações e dos grupos permeáveis ou aderentes à subversão. As cartas étnicas elaboradas pelas diversas instâncias do Estado reflectem, por conseguinte, essa necessidade de «arrumação» para posterior tomada de decisões políticas, definições estratégicas e actuação sobre as populações. No que se refere à conquista da adesão das populações, estes estudos interessavam para a identificação das diferenças entre os vários grupos etno-linguísticos, tendo por finalidade conhecer os seus

antagonismos, com possibilidades de serem avivados, revividos ou fomentados. Naquela conjuntura, e noutras posteriores, os antagonismos eram passíveis de facilitar a manutenção da liderança pelo Poder instituído, sendo o inverso também verdade. Este fenómeno foi compreendido pelos movimentos independentistas, que procuraram promover a coesão, facilitadora da sua actuação.

O recurso à utilização das autoridades tradicionais foi imprescindível para as partes em confronto, porque, em princípio, aquelas asseguravam o apoio popular. Não era crível que tais autoridades, por si só, representassem uma solução adequada para as partes, pois surgiam indivíduos decorrentes do processo de aculturação que aspiravam a participar na liderança, forçando a um ajustar das estruturas políticas tradicionais onde os mesmos fossem admitidos.

Também a 2.^a Repartição do QG/RMM, chefiada pelo então Tenente-Coronel Pedro Cardoso, produz em 1967 os relatórios “Populações de Moçambique” e “Panorama Religioso de Moçambique”, onde, para além da reunião de elementos de História, caracterização sociológica de cada grupo etno-linguístico e das suas fronteiras, se explicita a malha de controlo sobre as autoridades tradicionais e a população em geral, as suas relações com o exterior e a atitude das populações face à subversão, procurando assim facilitar aos escalões subordinados o conhecimento sumário da população e a orientação de estudos de situação e do meio humano que fossem necessários elaborar.

Porém, estes estudos, feitos de forma atenta e cuidadosa, tinham pouco impacto e ressonância ao nível tático; parece que a Informação se perdia no trajecto das cúpulas para os Sectores e destes para os escalões inferiores.

Apesar do conhecimento dos movimentos independentistas e da sua doutrina, a reacção portuguesa, a despeito do grande e dilatado esforço, foi lenta nas aplicações adequadas à guerra revolucionária; confinou-se predominantemente à vertente armada da resposta. Atraído com isso pesado ónus para a instituição militar, a qual, por sua vez, não o declinou de forma que abrangesse também todo o aparelho civil, pois responsável. Assumindo-se ingénua e imprudentemente sozinha no conflito, entrou na preocupação de não *adquirir* um desastre como o da Índia, não estimando que este último nada tinha a ver com os teatros de Angola, Guiné e Moçambique. No entanto, procurou sempre, na disputa pela população, preservar a que tinha sob seu controlo, dissociar o binómio população/inimigo e captar população sob duplo controlo, através de uma manobra global em que as acções social e psicológica desempenharam papel de certo relevo, embora muito insuficiente. Assim, o permanente contacto com as populações, de forma a exercer-se uma profunda acção psicológica e social e, quando necessário fosse, medidas

de controlo, era especificado nas directivas portuguesas, sem embargo de faltas no “conhecimento de causa” e dos meios.

2.5.3 O relacionamento das comunidades sócio-religiosas de Moçambique com o Poder português e com a subversão

O panorama religioso de Moçambique apresentava, nos seus aspectos fundamentais, sintomas de ansiedade messiânica e libertadora. No sentido da necessidade de alertar os Quadros para a importância do problema, que tendia a ser subestimado, para servir de apoio e orientação na tarefa do conhecimento do meio humano onde a luta se desenrolava, e tendo em vista o estabelecimento de processos válidos na conquista da adesão das populações (enquanto a atitude religiosa fosse desfavorável a Portugal, as populações dificilmente adeririam à causa portuguesa), o QG/RMM, em Outubro de 1967, difunde o relatório “Panorama religioso de Moçambique”.

Por seu lado, e na perspectiva da subversão, também se procurava a manipulação do campo das crenças e mitos tradicionais para conduzir as populações e obter a sua colaboração (activa e passiva). Não se podia prescindir, para movimentar as massas, de “(...) tudo quanto tais crenças enquadravam ou veiculavam, mesmo se transpirando um tribalismo que a guerra arvorava querer destruir (...)”.

2.5.3.1 A Igreja Católica

Pelo Acordo Missionário, foram criadas três Dioceses em Moçambique: Lourenço Marques, Beira e Nampula. Em 1954 é criada a Diocese de Quelimane, desmembrando-se a da Beira. Em 1957 é criada a Diocese de Porto Amélia, desmembrando-se a de Nampula. Em 1962 são criadas as de Tete e Inhambane, e em 1963 a de Vila Cabral.

Todas as Missões Católicas eram portuguesas e dependentes exclusivamente do Bispo da diocese. Podiam, no entanto, pertencer ao Arciprestado de uma Ordem religiosa estrangeira em que os Padres, na sua maioria ou totalidade, não eram Portugueses.

O facto de algumas Missões Católicas fornecerem apoio a elementos da FRELIMO era naturalmente considerado pelo Poder português como uma atitude de colaboracionismo com o inimigo. As Missões Católicas, assim como as populações, estavam por vezes entre fogo cruzados, de um lado as autoridades portuguesas, do outro a FRELIMO. Algumas, nas áreas mais nevrálgicas, a despeito de serem vigiadas pelo Exército e/ou pela PIDE/DGS, eram

visitadas pela guerrilha, que obtinha apoio em alimentação, roupas e medicamentos, quando não em informações. Esta situação, que criou problemas à Igreja, por se ver coarctada na sua missão evangelizadora, levou a que alguns Bispos intervissem junto dos responsáveis do Poder português, por escrito e pessoalmente, em defesa quer dos missionários quer das populações.

As Forças Armadas Portuguesas tinham o seu próprio entendimento do papel desempenhado pela Igreja Católica durante a guerra. Nesta conformidade, o relatório suplementar de informações “Panorama Religioso de Moçambique”, além de aludir à evolução do Catolicismo em Moçambique, focando os aspectos dominantes da sua penetração e da sua estrutura, tece também considerações, sobre o comportamento de alguns missionários e Missões e a respectiva influência na subversão. Refere-se naquele documento que não se pretendia marcar nenhuma posição nem sequer estabelecer ou sugerir normas que regulassem os procedimentos dos militares para com determinadas Missões. Apenas se intentava esclarecer o pessoal militar sobre as possíveis causas das ilegalidades de membros de certas Missões, e informar, ainda que sumariamente, sobre as suas actividades.

Quanto à atitude da Igreja Católica relativamente à subversão, o relatório em análise é extremamente cauteloso no tratamento do assunto, alertando para a necessidade de evitar generalizações em que “(...) lamentavelmente, caem alguns relatórios sobre o procedimento francamente hostil dos sacerdotes católicos nas áreas subvertidas (...)”, pois, ainda com base naquele documento, era forçoso reconhecer que *a maioria* dos missionários católicos existentes naquele território possuía um elevado sentido de servir e as suas actividades estavam ao abrigo de qualquer suspeita; era de salientar a diferença de atitude dos missionários portugueses da de alguns dos estrangeiros. Atitudes desfavoráveis destes últimos eram interpretadas quer como uma continuação das posturas políticas dos seus países de origem, quer pela preocupação de “descomprometer” a Igreja das suas ligações com o “colonialismo”. Mostravam-se receptivos à propaganda subversiva, que lhes prometia “(...) um lugar de evidência, após a expulsão dos colonialistas portugueses (...)”, pelo que certos elementos optariam por uma política de circunstância, devido ao receio de identificação da Igreja com a presença portuguesa em África. Assim, assumiam com frequência atitudes consideradas hostis à Soberania portuguesa, encobrendo actividades de carácter subversivo e, por vezes, colaborando directamente com elas. Salienta-se que estas atitudes pareciam corresponder à convicção de assim se poder fazer o descomprometimento da Igreja.

D. Eurico Dias Nogueira, na época Bispo de Vila Cabral, comenta este relatório no seu livro “Episódios da minha missão em África”, referindo ter ficado impressionado com as *inverdades* nas referências às Missões, o que criaria para com elas a animosidade dos militares.

Pensamos, no entanto, que a análise feita pelo QG provou com o tempo que o comportamento de alguns missionários, sobretudo estrangeiros, era de facto contrário aos interesses portugueses no território. Foram diversos os elementos do Clero que por vezes actuaram contra o Estado; lembramos, entre outros, o caso dos Padres Brancos (1971), os incidentes na Igreja do Macutí (1972), as homilias do Bispo de Nampula (1974), e mesmo a utilização da imprensa internacional para denunciar ao mundo inúmeros acontecimentos no território. Estas eram normalmente detalhadas em factos e números, sendo disso exemplo a denúncia dos massacres de Mucumbura, em 1971, e de Wiryamu, em 1972, pelos Padres de Burgos.

Foi com D. Sebastião Soares de Resende, Bispo da Beira, que a contestação da política portuguesa em África foi iniciada. O primeiro Bispo da Beira optou por uma postura polémica para o Poder. Na Carta Pastoral “Moçambique na encruzilhada”, datada de 1 de Dezembro de 1958, o discurso é nitidamente pela igualdade racial, pela justiça, pelo apelo à verdade e pelo bem. Após possuir os factos, D. Sebastião passava à acção junto das autoridades ou através dos seus escritos, normalmente no “Diário de Moçambique”, o jornal da Diocese.

Também D. Manuel Vieira Pinto, Bispo de Nampula, em Janeiro de 1974 torna público um documento elaborado por si, intitulado “Repensar a Guerra”. Explicitando a encíclica *Populorum Progressio*, afirmava o direito do povo moçambicano à autodeterminação e à escolha livre das suas próprias instituições políticas, culturais, económicas e sociais. Condenou a guerra e o facto de não haverem sido envidados esforços para alcançar uma paz honrosa, considerando “(...) injustas e criminosas as operações militares, ou as acções de guerrilha, que não respeitem o direito à vida, à dignidade e integridade da pessoa humana, a imunidade das populações civis (...)”; denunciou ainda a trágica situação das populações cuja conquista era disputada pelas partes em confronto.

No mês seguinte surge com um novo documento na mesma linha do anterior, intitulado “Imperativo de Consciência”. Ali se acusava a hierarquia eclesiástica de ambiguidades e de compromissos com o Poder português, a renúncia da Igreja ao *múnus* profético, o deixar a Igreja tornar-se num contra-testemunho nas relações com o Poder e na sua missão evangelizadora dos povos.

Este Prelado, pelas posições assumidas, acabaria por ser expulso do território.

2.5.3.2 Igrejas protestantes e seitas cristãs nativas

Face aos progressos do Catolicismo e do Islamismo, o Protestantismo parecia contentar-se em sobreviver. Contudo, não podia subestimar-se a sua influência que, através de Missões

preocupadas sobretudo com o aspecto prático e utilitário e, em geral, dispendo de recursos consideráveis, conduziam com facilidade o autóctone à conversão, o que não seria inconveniente para a Administração Portuguesa se os missionários (cujo número de portugueses brancos era muito reduzido) não fossem abertamente contrários aos interesses e à causa lusa; o clero protestante assumiu franca e hábil hostilidade para com a soberania portuguesa. As atitudes tidas por inconvenientes para aquela soberania, por parte de alguns missionários estrangeiros, podiam ser explicadas, segundo as Informações Militares Portuguesas, pelas linhas de articulação e dependências externas que esses missionários mantinham com os seus países de origem.

As Igrejas Protestantes, no desempenho das suas actuações sócio-económicas e de catequização, eram auxiliadas com fundos dos países de origem e por algumas organizações internacionais. Mas, no sistema político então vigente, em que era inviável uma tomada de posição aberta daquelas Igrejas para com a subversão, diversas delas, através do Conselho Mundial das Igrejas, apoiaram a FRELIMO com fundos para fins humanitários; tal auxílio processava-se apenas para o Seminário de Ricatla. Acreditava-se ainda que a “*Conférence des Églises de Toute L’Afrique*” desempenhava em relação às confissões protestantes influência relevante que não seria apenas espiritual.

Ainda de acordo com o relatório “Panorama Religioso de Moçambique”, algumas Missões protestantes apoiavam francamente todos os movimentos independentistas e desenvolviam violenta campanha contra Portugal e a sua política ultramarina; a missão civilizadora daquelas era por vezes transformada em acção subversiva. Este documento, além de discriminar detalhadamente quais as Missões e sua localização, tece ainda considerações sobre as actividades das mesmas no território, incluindo as subversivas. Acerca da Missão Suíça de Lourenço Marques eram veiculadas notícias que aludiam a actividades hostis por parte de alguns pastores. Da Missão de Chicumbane surgiram também rumores de actividade subversiva, bem como na de Maússe, onde estudara Eduardo Mondlane.

Fora da sua colectividade originária, o negro-africano fica destribalizado, desamparado e inseguro. Restam-lhe complexas vias alternativas. Uma dessas vias, segundo Amaro Monteiro, pode integrar um “(...) processo de sublimação assumido através do carisma salvífico de uma seita cristã de anelos imediatistas (...)”. Estas seitas eram consideradas como drasticamente adversas ao *Branco*, procurando fazer a síntese do Cristianismo com as religiões tradicionais, repudiando o ensino recebido nas missões católicas. Diversas seitas nativas cristãs eram apoiadas e controladas por algumas confissões Protestantes (sobretudo a Metodista Livre), nelas estimulando orientação nitidamente contrária aos interesses portugueses.

2.5.3.3 Comunidades muçulmanas

As comunidades muçulmanas mostraram também a sua gritante importância. Entre 1964 e 1974 seriam alvo inestimável, quer para a FRELIMO, quer para a Administração Portuguesa, tanto por acção como por omissão. O Poder português necessitou de deter o completo conhecimento da tessitura islâmica de Moçambique, designadamente a articulação e comandamento interno e externo, para assim ser capaz de negociar com os de início incógnitos polarizadores daquela força sócio-religiosa; de maneira a utilizar, na medida que a descontinuidade de Governadores-Gerais entre 1967 e 1974 ainda assim permitiu, uma massa muçulmana que em 1974 se estimava em 1.200.000 pessoas distribuídas por áreas vitais, mormente do Rovuma ao Zambeze.

Até 1967, o comportamento tendencial das massas islamizadas vinha sendo habilmente aproveitado pela subversão, que as estimulava e utilizava na medida dos seus interesses. Quer por reacção ao espírito pós-conciliar, quer pelo cálculo de contrastarem com o comportamento daqueles elementos do clero católico que enveredaram por excessos no *aggiornamento*, quer ainda pelos resultados do plano de Acção Psicológica estudado nos SCCIM desde 1965, verificou-se que, exceptuando casos pontuais, os líderes do Islão moçambicano integraram de forma assaz activa, entre 1968 e 1972, o esforço da resposta da Administração Portuguesa à subversão, após o que entraram em retracção até 25 de Abril de 1974. A partir daí, tendo-se apercebido do que iria acontecer em Setembro seguinte no Acordo de Lusaka, quiseram passar à acção. Mas as incoerências e hesitações das fontes de onde poderiam obter as armas e munições pretendidas levaram-nos a compreender que nada mais lhes restava senão aguardar o futuro. Muitos integrariam depois a “Resistência Nacional Moçambicana”, pelo menos até 1976, içando sempre que possível o pavilhão português (convertido em símbolo de contestação à FRELIMO).

CONCLUSÃO

Os territórios ultramarinos portugueses, no contexto da Guerra-Fria e após Bandung, foram alcançados pela transformação do mundo numa zona de excepcional confluência das superpotências e, logo das competições e/ou dos acordos de bastidor que, entre si, visavam o predomínio.

Neste contexto, e apesar dos esforços levados a efeito pela Administração portuguesa para isolar os territórios africanos do processo internacional de descolonização, o País aguentou

durante treze anos os encargos humanos e materiais da longa frente de batalha que se estendida da Guiné ao Rovuma.

Na situação social, política, administrativa e psicológica do território moçambicano encontravam-se reunidas as condições propícias ao desenvolvimento de actividades subversivas, visando a tomada do Poder. A parca e não raro qualitativamente fraca ocupação administrativa e as forças militares então existentes no Norte do território, de maneira nenhuma preparadas para o tipo de hostilidades a surgir, permitiram, com relativa facilidade, que se constituíssem no território diversos movimentos independentistas, porém, apenas a FRELIMO, apesar das cisões internas, conseguiu expressão a todos os níveis.

Ao iniciar-se a luta revolucionária armada, em Setembro de 1964, o Poder português fora desafiado a competir com aquela Frente no controlo das populações, com isso se iniciando o desgaste nas estruturas locais do Estado. A FRELIMO desenvolveu uma apreciável actividade de guerrilha e, simultaneamente, foi conquistando a adesão activa de parte ponderável das populações. Favoreciam ainda a actividade frelimista a fraca densidade populacional de certas áreas e uma ténue presença europeia no “mato”. Estes factores, adicionados a uma favorável conjuntura internacional e a alguma tradição de resistência de povos daquele território à soberania europeia, catalisaram a propagação subversiva que, tal como um incêndio progrediu por fases, com limites mal definidos; mas, note-se, com uma implantação que não chegou de maneira nenhuma a ser total.

A decisão política foi a de ficar e afirmar a soberania lusa, sendo a actuação portuguesa a «possível», claro está, pois Portugal teve de conduzir a guerra de forma a minimizar o impacto desta nas estruturas sociais portuguesas, pelo que tinha de manter, forçosamente, um ritmo lento, compatível com os recursos disponíveis e, em simultâneo, disseminar um tal fardo o mais possível pelos territórios africanos. Em última análise, traduziu-se naquilo a que John Cann designou por “o modo português de fazer a guerra”, derivado de uma estratégia nacional de poupança dos recursos limitados de que dispunha, dependendo a eficácia da organização global da contra-subversão muito do espírito de cooperação entre as autoridades civis/militares. E dependia totalmente, o que nenhum dos componentes do binómio conseguiu, na prática, aplicar q.b..

A manobra portuguesa assentou numa integração das cinco manobras parcelares descritas, interdependentes e a atuarem de forma dinâmica entre si: político/diplomática, militar, psicológica, sócio-económica e de informações, sendo envolvidos nesta acção numerosos efectivos.

No caso específico do território de Moçambique, a manobra político-diplomática passou pela concentração dos poderes do Governador-Geral e Comandante Chefe numa só entidade, pelas estreitas ligações à África do Sul e à Rodésia e pela decisão político-económica da construção da barragem de Cahora Bassa, com todo o impacto que lhe estava associado.

Ao nível da manobra militar, em sentido lato, podemos afirmar que se realizaram operações militares de grande e pequena envergadura em apoio das forças e das Autoridades; face ao evoluir da situação, alteraram-se os comandos e dispositivos de forma a adaptar o emprego dos meios militares e implementar uma colaboração mais funcional entre os comandos militares e as Autoridades administrativas. A resposta militar assentou ainda numa evolução doutrinária, baseada nos homens da designada «geração NATO» e numa crescente localização de efectivos. Esta alteração da base de recrutamento, crescente como dissemos, mas insuficiente, reduziu as despesas, conseguiu uma sustentabilidade em tempo e manteve o conflito sob controlo. A localização dos quadros das Forças Armadas servia também a Lisboa de arma preciosa para o reforço da legitimidade política necessária ao confronto e para alimentar a propaganda do carácter não-racial da estratégia portuguesa.

Com base num dispositivo de quadrícula, competia às operações militares impedir o alastrar das actividades inimigas armadas, actuando punitivamente sobre os grupos que prejudicassem a manobra sócio-económica e de aliciamento das populações, expulsando-os da zona de esforço por acções de retaliação e acções punitivas, e procurando ao mesmo tempo aliciá-los para o lado da autoridade constituída. Aquelas operações tinham também um carácter preventivo de vigilância e de controlo nas áreas ainda não sublevadas, eliminando qualquer foco existente, evitando ao mesmo tempo o isolamento de qualquer parcela do território e garantindo a segurança tanto dos centros ou regiões importantes das actividades básicas como dos elementos fundamentais da infra-estrutura económica; portanto cooperava na acção psico-social e no apoio às populações.

A inversão do curso da guerra com o reorientar das acções da FRELIMO para o Distrito de Tete e para o avanço em direcção a Sul, fez gorar parte dos efeitos da acção militar desencadeada até então. O Comando-Chefe tentou neutralizar a expansão subversiva, nomeadamente garantindo a protecção dos objectivos económicos e dos eixos de comunicação, procurando não descurar também a promoção social e económica das populações que tinha sob seu controlo; isto apesar de a responsabilidade primária da acção social competir às Autoridades civis. As Forças Armadas ultrapassaram assim as suas competências, também com isso assumindo o ónus de "aguentar a guerra".

A manobra militar visava ganhar tempo para a solução política e permitia ao mesmo tempo a criação de um ambiente mais seguro para que a manobra sócio-económica de conquista dos “corações e das mentes” se concretizasse.

Aquela conquista era conseguida pela procura de melhoria das condições de vida das populações com a estratégia de aldeamento e através de uma estreita coordenação com a manobra psicológica, que incidia sobre a FRELIMO, e fundamentalmente sobre as diversas comunidades, chegando a existir planos específicos para actuação, nomeadamente sobre as comunidades muçulmanas.

Esta estratégia delineada pelo Poder português só foi possível com o apoio de uma manobra de informações que, apesar das dificuldades e das deficiências, não visava apoiar apenas a manobra militar, trabalhando também em prol das outras manobras, destacando-se os estudos das populações, que permitiram um melhor conhecimento da realidade sócio-cultural e religiosa do território, contribuindo para que a manobra total de afirmação da soberania portuguesa se fosse concretizando.

Porém o sistema internacional mudara e não acolheu o modelo pretendido por Portugal, a solução tinha de ser outra. Dominaram os factores exógenos, que não deixaram de agir até hoje.

Esgotada que estava a capacidade de resposta portuguesa, a decisão do fim do Império acabou por ser do aparelho militar, que retirou as suas “caravelas” e entregou o Poder aos novos soberanos.

Bibliografia e outras Fontes

- HASTINGS, Adrian, “Wiryamu”. Porto: Ed. Afrontamento, 1974.
- ANTUNES, Freire, “A Guerra de África 1961-1974”. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, Vol. I e II.
- - “Jorge Jardim agente secreto”. Venda Nova: Ed. Bertrand, 1996.
- ARRIAGA, Kaulza de, “Guerra e política – em nome da verdade – os anos decisivos”. Amadora: Ed. Referendo, 1987.
- BERNARDO, Manuel, “Combater em Moçambique – Guerra e Descolonização (1964 – 1975)”. Lisboa: Prefácio, 2003.
- CAETANO, Marcello, “Depoimento”. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1974.
- CARRILHO, Maria, “Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no séc. XX – para uma explicação sociológica do papel dos militares”. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.
- CHRISTIE, Iain, “Samora – uma biografia”. Maputo: Edições Ndjira, 1996.
- COELHO, João Paulo Borges, “A Primeira frente de Tete e do Malawi”. “Arquivo”, Maputo: N.º 15, (Abril de 1994), pp. 43-108.
- - “O Início da luta armada em Tete, 1968-1969: a primeira fase da guerra e a reacção colonial”. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1989.
- COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA, “Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), 1º volume, Enquadramento Geral”. Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1988.
- - “Subsídios para o estudo da doutrina aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)”. Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1990.
- - Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), 4º volume, Dispositivo da nossas forças – Moçambique”. Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1990.
- CUNHA, Joaquim da Silva, “O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril”. Coimbra: Atlântida Editora, 1977.
- DAVIDSON, Basil, “A Luta da política armada – libertação nacional nas colónias africanas de Portugal”. Lisboa: Ed. Caminho, 1978.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, “O Exército na guerra subversiva”, Regulamento, I Generalidades. Lisboa: 1966.
- - “O Exército na guerra subversiva – III Acção Psicológica”. Lisboa: 1966, Reservado.

- - Boletim de Informação, N.º 50, Fevereiro de 1969, Reservado.
- FELGAS, Hélio, “Os Movimentos terroristas de Angola, Guiné, Moçambique (Influência externa)”. Lisboa: Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1966.
- FLOWER, Ken, “Serving secretly – Rhodesia CIO chief on record”. Cape Town: Galago Books, 1987.
- FRELIMO, “O Processo revolucionário da guerra popular de libertação”. Edição do Departamento do Trabalho Ideológico, Março de 1977.
- HENRIKSEN, Thomas, “Revolution and counterrevolution – Mozambique’s war of independence, 1964-1974”. London: Greenwood Press, 1983.
- JARDIM, Jorge, “Rodésia, o escândalo das sanções”. Lisboa: Editorial Intervenção, 1978.
- LOPES, José da Silva, “A Economia portuguesa desde 1960”. In António Barreto (Organização), “A Situação Social em Portugal 1960-1995”. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 1997. pp. 233-363.
- MACHEL, Samora, “O Processo da revolução democrática popular em Moçambique”. Lourenço Marques: Ed. FRELIMO, Coleção “Estudos e Orientações”, caderno N.º 8.
- MARQUES, Silvino Silvério; (et al.), “África – A vitória traída”. Lisboa: Ed. Intervenção, 1977.
- MONDLANE, Eduardo, “Lutar por Moçambique”. Lisboa: Editora Sá da Costa, 1975.
- MONTEIRO, Fernando Amaro, “A Guerra em Moçambique e na Guiné – Técnicas de accionamento de massas”. Porto: Universidade Portucalense, 1989. (Curso de 6 Lições).
- - “O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique 1964-1974)”. Porto: Universidade Portucalense, 1993.
- MOREIRA, Adriano, “Concentração de Poderes”. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1961.
- - “D. Sebastião de Resende: Bispo da Beira, Profeta em Moçambique”. Lisboa: Difel, 1994.
- MUNSLOW, Barry, “Mozambique, the revolution and its origins”. New York: Longman, 1983.
- NOGUEIRA, D. Eurico Dias, “Episódios da minha Missão em África”. Braga: Diário do Minho, 1995.
- NOGUEIRA, Franco, “Salazar – A resistência (1958-1964)”. Porto: Livraria Civilização Editora, 1984. Vol. V

- – “Salazar – o último combate (1964-1970)”. Porto: Livraria Civilização Editora, 1985. Vol. VI.
- OLIVEIRA, Hermes de Araújo, “A Resposta à guerra subversiva”. In “Subversão e Contra-Subversão”. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1963. pp. 47-95. (Estudos de Ciências Políticas e Sociais, N.º 62).
- PINTO, D. Manuel Vieira, “D. Manuel Vieira Pinto Arcebispo de Nampula — Cristianismo: Política e Mística”. Lisboa: Ed. ASA, 1992.
- PROENÇA GARCIA, Francisco, “Análise global de uma guerra (Moçambique 1964 - 1974)”. Lisboa: Prefácio Editora, 2003.
- ROSAS, Fernando, “O Estado Novo (1926-1974)”. In MATTOSO, José – “História de Portugal”. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. Vol. VII.

História oral: depoimentos

- Abel Cabral Couto – Oeiras, 21 de Maio de 1998.
- Baltazar Rebelo de Sousa – Lisboa, 24 de Julho de 1998.
- Francisco da Costa Gomes – Lisboa, 27 de Julho de 1998.
- Joaquim Moreira da Silva Cunha – Lisboa, 12 de Março de 1998.
- José Luís Almiro Canelhas – Lisboa, 23 de Dezembro de 1998
- Júlio de Oliveira – Lisboa, 15 de Março de 1998.
- Kaúlza Oliveira de Arriaga – Lisboa, 25 de Maio de 1998
- Manuel Sousa Menezes – Caxias, 18 de Abril de 1994.
- Pedro Alexandre Gomes Cardoso – Lisboa, 27 de Maio de 1994 e 8 de Agosto de 1995.
- Renato Fernando Marques Pinto – Lisboa, 6 de Setembro de 1999.
- Sebastião Mabote – Maputo, 2 de Setembro de 1998.
- Sérgio Vieira – Maputo, 2 de Setembro de 1998.
- Silvino Silvério Marques – Lisboa, 22 de Junho de 1998.

Arquivos consultados:

- Arquivo do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane – Maputo (CEA/UEM).
- Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Lisboa.
- Arquivo Nacional – Torre do Tombo.
- Arquivo Histórico de Moçambique.
- Arquivo Histórico Militar – Lisboa.
- Arquivo da Divisão de Informações do Estado-Maior General das Forças Armadas – Lisboa.
- Arquivo do Serviço de Documentação e História Militar – Lisboa.

Acrónimos

AFL-CIO	American Federation of Labour - Congress of Industrial Organizations
AM	Academia Militar
Apsic	Acção Psicológica
CC	Comando-Chefe
CCC	Comando das Cargas Críticas
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
COCAP	Comissão de Coordenação de Acção Psicológica
COFI	Comando Operacional das Forças de Intervenção
CIOE	Centro de Instrução de Operações Especiais
CGGE	Comando Geral dos Grupos Especiais
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas
COREMO	Comité Revolucionário de Moçambique
CODCB	Comando Operacional da Defesa de Cabora Bassa
CTC	Comando Territorial do Centro
DGS	Direcção Geral de Segurança
EFTA	Associação Europeia de Comércio Livre
EME	Estado-Maior do Exército
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FPLM	Forças Populares de Libertação de Moçambique
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FUNIPAMO	Frente Unida Anti-Imperialista Africana de Moçambique
GATT	Acordo Geral de Comércio e Pautas Aduaneiras
GE	Grupos Especiais
GEP	Grupos Especiais Paraquedistas
GIFOP	Gabinete de Informação e Formação da Opinião Pública
KANU	Kenya National African Union
MANU	União Nacional Africana de Moçambique
N	Norte
NATO/OTAN	Organização do Tratado Atlântico Norte
NEP	Norma de Execução Permanente
NU	Nações Unidas
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização de Unidade Africana
PERINTREP	Relatório Periódico de Informações
PIDE	Polícia Internacional de Defesa do Estado/
QG	Quartel-General
RA	Região Aérea
RMM	Região Militar de Moçambique
SCCI	Serviço de Centralização e Coordenação de Informações
SGDN	Secretariado Geral da Defesa Nacional
SIC	Serviço de Informações Civis
SIM	Serviço de Informações Militares
SUPINTREP	Relatório Suplementar de Informações
TANU	Tanganyca African National Union
UNAR	União Nacional Africana da Rombézia

UDENAMO	União Democrática Nacional de Moçambique
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNAMI	União Africana de Moçambique Independente
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZIN	Zona de Intervenção Norte
ZOT	Zona Operacional de Tete

Definições a colocar nos textos superiores

No desenvolvimento clássico do fenómeno subversivo, em principio distinguem-se dois períodos e cinco fases, de limites mal definidos, frequentemente indistinguíveis, e que são o período pré-insurreccional, que compreende a fase preparatória e a fase de agitação, e o período insurreccional, que compreende a fase armada (de terrorismo ou guerrilha), a de Estado Revolucionário e a fase final. O seu valor é relativo pelo que os conflitos devem ser estudados casuisticamente; a implantação das mesmas fases pode não ser simultânea na totalidade do território-alvo; procurando, em todo o caso, respeitar a lógica do esquema e evitar ser detida na transição do período pré-insurreccional para o insurreccional.

O Estado-Maior do Exército entendia a propaganda como uma comunicação de notícias, factos, comentários, explicações, apelos, etc., com a intenção de exercer influência sobre as opiniões, emoções, atitudes e comportamentos dos indivíduos ou dos grupos humanos, em benefícios de quem os difunde. Visa assim, a imposição de certas ideias e doutrinas na opinião pública.

Quando a propaganda é feita com a finalidade de rebater e de neutralizar a propaganda adversa, designa-se por contra-propaganda.

A informação é uma comunicação de notícias, factos, comentários, explicações (não de apelos), mas a sua finalidade é esclarecer os indivíduos, dando-lhes as bases para alicerçarem objectivamente a sua opinião, e não impor ideias e doutrinas.